

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO**  
**MESTRADO PROFISSIONAL**

**MARCIA REJANE CARVALHO LEITE**

**ELAS NO PARLAMENTO MARANHENSE:** impactos, desafios e avanços institucionais  
em um registro biográfico digital das deputadas eleitas no século XXI para Assembleia  
Legislativa do Maranhão

São Luís

2024

**MÁRCIA REJANE CARVALHO LEITE**

**ELAS NO PARLAMENTO MARANHENSE:** impactos, desafios e avanços institucionais  
em um registro biográfico digital das deputadas eleitas no século XXI para Assembleia

Legislativa do Maranhão

Dissertação apresentado ao Programa de Pós-graduação em Comunicação – Mestrado Profissional da Universidade Federal do Maranhão para a obtenção do título de Mestre em Comunicação.

Orientador: Prof. Dr. José Ribamar Ferreira Junior.

São Luís

2024

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).  
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Leite, Márcia Rejane Carvalho.

Elas No Parlamento Maranhense : Impactos, Desafios e Avanços Institucionais Em Um Registro Biográfico Digital das Deputadas Eleitas No Século Xxi Para Assembleia Legislativa do Maranhão / Márcia Rejane Carvalho Leite. - 2024.

102 f.

Orientador(a): José Ribamar Ferreira Júnior.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Comunicação - Modalidade Profissional/ccso, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2024.

1. Mulher. 2. Política. 3. Legisladoras. 4. Alema.  
5. Gênero. I. Ferreira Júnior, José Ribamar. II. Título.

## **MÁRCIA REJANE CARVALHO LEITE**

**ELAS NO PARLAMENTO MARANHENSE:** impactos, desafios e avanços institucionais  
em um registro biográfico digital das deputadas eleitas no século XXI para Assembleia  
Legislativa do Maranhão

Dissertação apresentado ao Programa de Pós-graduação em Comunicação – Mestrado Profissional da Universidade Federal do Maranhão para a obtenção do título de Mestre em Comunicação.

Aprovada em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

### **BANCA EXAMINADORA**

---

**Prof. Dr. José Ribamar Ferreira Junior** (Orientador)

Doutor em Comunicação e Semiótica, PUC, SP.  
Universidade Federal do Maranhão, UFMA, Brasil

---

**Profa Dra Patrícia Rakel de Castro Sena**

Doutorado em Programa de Pós-Graduação em Comunicação  
Universidade Federal de Pernambuco, UFPE, Brasil

---

**Profa Dra Rosângela Araújo Darwich**

Doutorado em Psicologia (Teoria e Pesquisa do Comportamento).  
Universidade Federal do Pará – UFPA, Brasil.

Para minha filha, Mainumi. Fruto e força do  
meu caminhar.

## AGRADECIMENTOS

A Deus, energia responsável pela existência do universo.

Ao meu orientador, doutor em Comunicação e Semiótica, professor José Ferreira Júnior, por sua paciência, compreensão e disponibilidade para me ajudar a vencer cada um dos desafios do mestrado profissional.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação (Mestrado Profissional) em Comunicação da UFMA, por me darem a oportunidade de ingressar no PPGCOMPro.

À minha mãe, Júlia Carvalho, por ser um exemplo, ao meu pai e companheiro de luta, Firmo Peixoto (in memoriam), e aos meus irmãos, Firmo Júnior e Andreia Leite.

À minha querida amiga, Maria Thereza Soares, pela insistência para que eu voltasse a estudar e por todo o apoio ao longo desse processo.

Às amigas Nádia Belaglovis e Nina Mochel, por comemorarem comigo cada conquista.

Aos queridos colegas de trabalho da Assembleia Legislativa que atuam na Mesa Diretora, Biblioteca, Arquivo "Vivo" e Complexo de Comunicação da ALEMA, em especial a Jacqueline Heluy, Kadja Nobel, Glaucione Pedrozo, José de Ribamar Santana, Josimar Melo e ao querido Luís Bandeira, por abraçarem comigo essa causa.

À professora Mary Ferreira, por, mesmo sem saber, inspirar essa linha de pesquisa que me acompanha desde a graduação.

Às deputadas e ex-deputadas que acreditaram no importante trabalho de resignificação da memória política feminina do Maranhão.

Às mulheres que, com muita coragem e dedicação, têm desde sempre lutado em instâncias diversas contra a misoginia, violência, silenciamento e racismo, e por respeito, justiça social e equidade de gênero, melhorando a vida de meninas e mulheres em todo o país.

*“A mulher pode ser mãe e esposa amantíssima e oferecer ao mesmo tempo à pátria uma boa parcela das suas energias cívicas e morais” (Alzira Soriano, Rio Grande do Norte, 1928).*

## RESUMO

Este trabalho consiste em uma pesquisa aplicada de análise da presença das deputadas estaduais na Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão no século XXI, pontuando o panorama dessa participação e a escassez de informações sobre as parlamentares eleitas para cumprir mandatos no parlamento estadual, a partir da liberação do voto feminino no Brasil. Mulheres que exerceram a função de legisladoras, cuja histórias foram invisibilizadas. O objetivo é sistematizar o conhecimento científico e oportunizar a diversos públicos o acesso às informações bibliográficas sobre a política estadual com foco na participação feminina, ao preservar a memória da existência das primeiras mulheres do parlamento maranhense, proporcionando maior visibilidade ao tema, que atualmente está cada vez mais em evidência. Especificamente, visa analisar a participação das deputadas estaduais na ALEMA no século XXI, mapear essa presença, destacar a memória, avaliar a percepção pública e a efetividade dos meios de comunicação. O pressuposto de pesquisa, é o fato de a cultura patriarcal, até hoje, influenciar a sociedade, silenciando e desqualificando mulheres que tentam ocupar esses espaços de poder. A invisibilidade das mulheres na política, como afirma Maria Mary Ferreira (2018), se dá pela imagem que tem sido construída ao longo dos séculos de que as mulheres seriam aversas e inábeis de assumirem posições de legislar. Tal comportamento se traduz na formação das bancadas na Assembleia Legislativa do Maranhão, ocupadas majoritariamente por homens ao longo da história. Em 189 anos de fundação da ALEMA, é a primeira vez que o parlamento tem na presidência do parlamento uma deputada estadual. Trata-se de um marco, cuja importância faz refletir sobre a ausência de dados das parlamentares pioneiras no acervo memorial da Assembleia Legislativa do Maranhão. Aliada a essa pesquisa de mestrado, propõe-se a publicação de uma página na internet, linkada ao site oficial da ALEMA, com informações bibliográficas, a fim de preservar a memória ao destacar os avanços legais para a efetivação da participação da mulher em espaços políticos de decisão no parlamento maranhense. Esta investigação pretende, também, contribuir com pesquisadores acerca do tema, ao facilitar o acesso a dados biográficos e de atuação parlamentar feminina. A metodologia utilizada contempla pesquisas bibliográficas e documental, além da análise de questionários semiestruturados, aprovados pelo Comitê de Ética na Pesquisa (CEP-UFMA) e respondidos por 45 pessoas - homens e mulheres, com ou sem atuação político-partidária. Buscou-se por meio deles compreender a percepção do público-alvo sobre a existência e atuação das legisladoras maranhenses, além da eficácia dos meios de comunicação no processo de ressignificação da

participação das mulheres na política, sobretudo as maranhenses. Como resultado da pesquisa, espera-se contribuir para dar maior visibilidade sobre o tema.

**Palavras-chave:** comunicação; cultura; mulheres; política; poder legislativo.

## **ABSTRACT**

This work consists in an applied research that analyzes the presence of state deputies in the Legislative Assembly of the State of Maranhão in the 21st century, highlighting the panorama of this participation and the scarcity of information about female parliamentarians elected to fulfill mandates in the state parliament, from the release of female suffrage in Brazil. Women who served as legislators, whose stories were made invisible. The objective is to systematize scientific knowledge and provide to various audiences access to bibliographic information on state policy with a focus on female participation, by preserving the memory of the existence of the first women in the Maranhão parliament, providing greater visibility to the topic, which currently is increasingly in evidence. Specifically, aims to analyze the participation of state deputies in ALEMA in the 21st century, map and make memory visible and evaluate public perception and the effectiveness of the media. The research assumption is the fact that patriarchal culture, to this day, influences society, silencing and disqualifying women who try to occupy these spaces of power. The invisibility of women in politics, as stated by Maria Mary Ferreira (2018), is due to the image that has been built over the centuries that women would be averse and incapable of assuming legislative positions. This behavior translates into the formation in the Legislative Assembly of Maranhão, occupied mostly by men throughout history. In the 189 years since ALEMA was founded, this is the first time that parliament has had a state deputy as president of the House. This is a milestone, whose importance makes us reflect on the lack of data on pioneering parliamentarians in the memorial collection of the Legislative Assembly of Maranhão. Combined with this master's research, it is proposed to publish a page on the internet, linked to the official ALEMA website, with bibliographic information, in order to preserve memory by highlighting the legal advances towards ensuring women's participation in political Spaces of decision-making process in the Maranhão parliament. This investigation also intends to contribute to researchers on the topic, by facilitating access to biographical data and female parliamentary performance. The methodology used includes bibliographic and documentary research, in addition to the analysis of semi-structured questionnaires, approved by the Research Ethics Committee (CEP-UFMA) and answered by 45 people - men and women, with or without party political activity. Through them, we sought to understand the target audience's perception of the existence and performance of female legislators from Maranhão, in addition to the effectiveness of the media in the process of redefining the participation of women in politics, especially those from Maranhão. As a result of the research, it is expected to contribute to greater visibility on the topic.

**Keywords:** communication; culture; women; politics; legislative power.

## LISTA DE FIGURA

|                                                                                                                                                  |    |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| Figura 1 – Ana Joaquina Jansen Pereira .....                                                                                                     | 19 |
| Figura 2 – Quando e onde as mulheres votaram e autorizações legais. ....                                                                         | 23 |
| Figura 3 – Nísia Floresta.....                                                                                                                   | 33 |
| Figura 4 – 2º Edição Direito das Mulheres e Injustiça dos homens, 1833. ....                                                                     | 34 |
| Figura 5 – Leolinda Daltro, fundadora do Partido Republicano Feminino .....                                                                      | 35 |
| Figura 6 – Celina Guimarães: a primeira eleitora do Brasil .....                                                                                 | 35 |
| Figura 7 – Alzira Soriano: primeira prefeita eleita no Brasil .....                                                                              | 36 |
| Figura 8 – Mietta Santiago .....                                                                                                                 | 37 |
| Figura 9 – 2º Congresso Internacional Feminista, 1931.....                                                                                       | 38 |
| Figura 10 – Bertha Maria Júlia Lutz “Bertha Lutz” .....                                                                                          | 38 |
| Figura 11 – Antonieta de Barros, primeira deputada estadual negra do Brasil. ....                                                                | 39 |
| Figura 12 – Joana Rocha, “Dona Noca” .....                                                                                                       | 40 |
| Figura 13 – Zuleide Fernandes Bogéa (1º Deputada estadual do Maranhão) .....                                                                     | 41 |
| Figura 14 – Edição, O Imparcial da Constituição Política do Maranhão (1935) .....                                                                | 42 |
| Figura 15 – Deputada Dalva Bacelar (Única Deputada Estadual Constituinte – 1947).....                                                            | 43 |
| Figura 16 – Lia Rocha Varella (1967) .....                                                                                                       | 43 |
| Figura 17 – Deputada Iracema Cristina Vale (Presidente ALEMA).....                                                                               | 44 |
| Figura 18 – Bancada Feminina da ALEMA .....                                                                                                      | 45 |
| Figura 19 – Procuradora da Mulher e Presidente da ALEMA entregam kits para instalação<br>de Procuradorias da Mulher nas Câmaras Municipais. .... | 62 |
| Figura 20 – Link ou hiperligação proposta para página Elas no Parlamento-MA .....                                                                | 77 |
| Figura 21 – Home da Página Elas Política .....                                                                                                   | 79 |
| Figura 22 – Elementos secundários: biografias por esfera de poder, artigos e notícias .....                                                      | 79 |
| Figura 23 – Barra lateral da página.....                                                                                                         | 80 |
| Figura 24 – Aba Notícias.....                                                                                                                    | 80 |
| Figura 25 – Aba Leis para ELAS .....                                                                                                             | 81 |
| Figura 26 – Aba Elas na Política - Artigos .....                                                                                                 | 81 |
| Figura 27 – Aba 1 Deputadas Estaduais - MA .....                                                                                                 | 81 |
| Figura 28 – Aba 5 Deputadas Estaduais - MA .....                                                                                                 | 82 |

## LISTA DE QUADROS

|                                                                      |    |
|----------------------------------------------------------------------|----|
| Quadro 1 – Exemplos de leis de autoria das deputadas estaduais. .... | 49 |
| Quadro 2 – Deputadas Estaduais do Maranhão (1934-1998).....          | 51 |
| Quadro 3 – Deputadas Estaduais do Maranhão (2002 a 2006) .....       | 52 |
| Quadro 4 – Deputadas Estaduais do Maranhão (2010 a 2022) .....       | 53 |
| Quadro 5 – Assembleias Legislativas dos estados 2022-2023 .....      | 59 |
| Quadro 6 – Arquitetura do Site.....                                  | 78 |

## LISTA DE GRÁFICOS

|                                                                                                                                   |    |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| Gráfico 1 – Produtividade das parlamentares (2002 a 2006). .....                                                                  | 47 |
| Gráfico 2 – Leis para mulheres - MA.....                                                                                          | 48 |
| Gráfico 3 – Percentual da participação feminina nas eleições estaduais - MA (2018-2022). ..                                       | 58 |
| Gráfico 4 – Evolução da proporção de mulheres eleitas- Brasil (2002).....                                                         | 60 |
| Gráfico 5 – Evolução da proporção de mulheres eleitas- Brasil (2022).....                                                         | 61 |
| Gráfico 6 – Meios de comunicação... ..                                                                                            | 65 |
| Gráfico 7 – Rede social utilizada com mais frequência. ....                                                                       | 65 |
| Gráfico 8 – Importância da equidade de gênero na política .....                                                                   | 66 |
| Gráfico 9 – Motivo para o afastamento das mulheres na política. ....                                                              | 66 |
| Gráfico 10 – Votos em mulheres para cargo eletivos .....                                                                          | 67 |
| Gráfico 11 – Frequência de leitura sobre deputadas estaduais do Maranhão.....                                                     | 67 |
| Gráfico 12 – Sobre o nome das deputadas estaduais maranhenses .....                                                               | 68 |
| Gráfico 13 – A deputada estadual maranhense com maior visibilidade .....                                                          | 68 |
| Gráfico 14 – Sobre conhecer alguma política pública, lei ou projeto de lei de autoria de<br>deputadas estaduais do Maranhão. .... | 68 |
| Gráfico 15 – Área em que a mulher deve legislar .....                                                                             | 69 |
| Gráfico 16 – Sobre conhecer o nome da primeira deputada estadual maranhense .....                                                 | 70 |
| Gráfico 17 – A importância de conhecer a história das mulheres da política maranhense.....                                        | 70 |
| Gráfico 18 – Leitura sobre mulheres da política estadual maranhense. ....                                                         | 72 |
| Gráfico 19 – Qual o meio de comunicação utilizado para informação sobre política.....                                             | 72 |
| Gráfico 20 – A importância da equidade de gênero na política brasileira .....                                                     | 73 |
| Gráfico 21 – Leitura sobre mulheres da política estadual maranhense .....                                                         | 73 |
| Gráfico 22 – O que costuma eleger uma mulher .....                                                                                | 73 |
| Gráfico 23 – Motivos que afastam as mulheres da política partidária .....                                                         | 74 |
| Gráfico 24 – Acesso a biografias de deputadas (os) estaduais que atuam no legislativo<br>maranhense.....                          | 74 |
| Gráfico 25 – Sobre o nome das deputadas estaduais maranhense.....                                                                 | 75 |
| Gráfico 26 – Opinião sobre uma página na internet destinada a preservar a história de todas parlamentares<br>maranhenses .....    | 75 |

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

|           |                                                                  |
|-----------|------------------------------------------------------------------|
| ALEMA     | Assembleia Legislativa do Maranhão                               |
| CEP       | Comitê de Ética em Pesquisa                                      |
| CNDM      | Conselho Nacional dos Direitos da Mulher                         |
| CNJ       | Conselho Nacional de Justiça                                     |
| DEM       | Democratas                                                       |
| EMAG      | Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico                   |
| FBPF      | Federação Brasileira pelo Progresso Feminino                     |
| FGV       | Fundação Getúlio Vargas                                          |
| GEDEMA    | Grupo de Esposas dos Deputados do Maranhão                       |
| MDB       | Movimento Democrático Brasileiro                                 |
| MPF       | Ministério Público Federal                                       |
| OAI       | Open Access Initiative                                           |
| ONU       | Organização das Nações Unidas                                    |
| PcdoB     | Partido Comunista do Brasil                                      |
| PDT       | Partido Democrático Trabalhista                                  |
| PEC       | Proposta de Emenda Constitucional                                |
| PEM       | Procuradoria Especial da Mulher                                  |
| PFL       | Partido da Frente Liberal                                        |
| PL        | Partido Liberal                                                  |
| PMDB      | Partido do Movimento Democrático Brasileiro                      |
| PP        | Progressistas                                                    |
| PPB       | Partido do Povo Brasileiro                                       |
| PPGCOMPro | Programa de Pós-Graduação em Comunicação Modalidade Profissional |
| PPS       | Partido Popular Socialista                                       |
| PR        | Partido da República                                             |
| PSB       | Partido Socialista Brasileiro                                    |
| PSD       | Partido Social Democrático                                       |
| PSDB      | Partido da Social Democracia Brasileira                          |
| PT        | Partido dos Trabalhadores                                        |
| SPM       | Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres                |
| STF       | Supremo Tribunal Federal                                         |
| TSE       | Tribunal Superior Eleitoral                                      |

|      |                                  |
|------|----------------------------------|
| UFMA | Universidade Federal do Maranhão |
| URM  | União Republicana Maranhense     |

## SUMÁRIO

|                                                                                                     |            |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| <b>1 INTRODUÇÃO .....</b>                                                                           | <b>14</b>  |
| <b>2 ONDAS FEMINISTAS.....</b>                                                                      | <b>22</b>  |
| <b>2.1 No Brasil.....</b>                                                                           | <b>24</b>  |
| <b>2.2 A influência dos meios de comunicação .....</b>                                              | <b>28</b>  |
| <b>3 PIONEIRISMO: o passado fortalece o presente e inspira o futuro.....</b>                        | <b>32</b>  |
| <b>3.1 As maranhenses .....</b>                                                                     | <b>40</b>  |
| <b>3.2 Trajetória e Produtividade .....</b>                                                         | <b>45</b>  |
| <b>3.3 Mapeando a presença das Deputadas na ALEMA .....</b>                                         | <b>49</b>  |
| <b>4 LEIS E ESTRATÉGIAS DE AMPARO .....</b>                                                         | <b>55</b>  |
| <b>4.1 PEC 117/2021 .....</b>                                                                       | <b>57</b>  |
| <b>4.2 Procuradoria Especial da Mulher: estratégia de apoio .....</b>                               | <b>58</b>  |
| <b>4.2.1 Procuradoria da Mulher ALEMA: apoio e proteção das maranhenses .....</b>                   | <b>61</b>  |
| <b>5 ANÁLISE DA PESQUISA: percepção sobre presente e passado .....</b>                              | <b>64</b>  |
| <b>5.1 Formulário 01 .....</b>                                                                      | <b>65</b>  |
| <b>5.2 Formulário 02 .....</b>                                                                      | <b>71</b>  |
| <b>6 ARQUITETURA DO SITE: Elas política .....</b>                                                   | <b>77</b>  |
| <b>7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>                                                                  | <b>84</b>  |
| <b>REFERÊNCIAS .....</b>                                                                            | <b>88</b>  |
| <b>APÊNDICE A – Formulário Semi-estruturado 01 .....</b>                                            | <b>96</b>  |
| <b>APÊNDICE B – Formulário Semi-Estruturado 02 para Parlamentares e Ex-<br/>Parlamentares .....</b> | <b>97</b>  |
| <b>Anexo A – Parecer Consubstanciado do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) .....</b>                 | <b>99</b>  |
| <b>Anexo B – Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE) .....</b>                              | <b>101</b> |

## 1 INTRODUÇÃO

Quando eu ainda estava na graduação, em 2004, período em que as plataformas digitais, redes sociais, *blogs* e a forma de se relacionar e se comunicar pela *internet* davam os primeiros sinais de um novo tempo, tive a oportunidade de conhecer mulheres que tentavam ingressar na política. Entre elas, a professora Maria Sousa Lira, candidata do Partido dos Trabalhadores (PT), eleita naquele ano para ocupar o cargo de prefeita do município de Bom Jesus das Selvas. Chamou-me a atenção as dificuldades e os embates travados por mulheres na campanha eleitoral.

Tal fato inspirou o trabalho de conclusão da minha formação em Comunicação Social, na Universidade Federal do Maranhão (UFMA). O resultado da minha peça prática de graduação em Rádio e Televisão foi um piloto de programa de rádio apresentado por mulheres para debater com mulheres políticas públicas e outros temas de interesse do gênero.

Dez anos depois, trabalhando na Assembleia Legislativa do Maranhão (ALEMA), observei de perto a baixa representatividade feminina no parlamento maranhense e, ao mesmo tempo, a importância dessa presença. A vivência profissional no legislativo estadual me tornou testemunha ocular da chegada e do desaparecimento político de algumas mulheres que, por um ou mais mandatos, exerceram o cargo de deputada estadual no Maranhão.

Qual é a história dessas mulheres? Quem eram elas e de onde vieram? Em pleno século XXI, as respostas para tais questões duravam apenas o período do mandato daquelas que não se reelegiam. Levantar esses dados e torná-los acessíveis se tornou um dos objetivos desta pesquisa.

Poucos estudos acadêmicos se debruçam sobre o tema "mulheres". Esmiúça-se uma realidade não apenas do Maranhão, mas de todos os estados brasileiros e, possivelmente, na maioria dos países democráticos. Afinal, em quantos países democráticos, sejam eles presidencialistas ou parlamentaristas, há de fato equidade na ocupação desses espaços de poder entre homens e mulheres?

Antes de prosseguir para os relatos contemporâneos acerca da ocupação de cargos eletivos no poder legislativo maranhense, é imprescindível ressaltar que os direitos conquistados pelo movimento feminista são, historicamente, resultados de uma luta empreendida por mulheres brancas, negras, indígenas ou asiáticas, que sempre questionaram o papel imposto a elas pela sociedade patriarcal heteronormativa. Mulheres que analisavam sua condição de gênero aliada à condição racial e social (Soares; Mazzarino, 2021) para a obtenção de direitos políticos e jurídicos.

Durante um longo período, as mulheres foram invisibilizadas na história e no direito de ir e vir, bem como o de ser e estar. A cultura patriarcal, ainda resistente na sociedade contemporânea, determinou a elas, quando muito, o papel secundário da organização do lar. Na ausência de um casamento, as menos abastadas eram condenadas à servidão.

A presença das mulheres em posições de poder tem peso, principalmente, simbólico. Ao desafiar a tradição patriarcal, ocupar cargos ou exercer mandatos políticos, as mulheres deixam o campo da invisibilidade e da imutabilidade, afirmando sua existência e participação ativa, ainda que não sejam poupadas das obrigações domésticas.

Apesar do apagamento histórico, muitas mulheres lutaram ao lado dos homens contra todos os tipos de opressão. Elas participavam de guerras e organizavam greves, mas somente no final do século XIX, período marcado pela conquista do sufrágio universal, a luta das mulheres se tornou um movimento mais organizado e se espalhou pelo mundo.

A conquista do sufrágio universal marcou o período conhecido como Primeira Onda do Movimento Feminista. Até o início do século XX, o voto, na quase totalidade dos países, era um direito exclusivo dos homens – especialmente, homens ricos (Sá; Abreu, 2023). Sem os avanços das ondas feministas, como o emblemático sufrágio tendo sido um dos pontos de partida para as relações entre as mulheres e a política, pouco ou nenhum progresso teria sido feito.

Na segunda onda, o feminismo aparece como um movimento libertário, que não quer só espaço para a mulher - no trabalho, na vida pública, na educação - mas que luta, sim, por uma nova forma de relacionamento entre homens e mulheres, em que esta última tenha liberdade e autonomia para decidir sobre sua vida e seu corpo (Pinto, 2010).

No período, manifestou-se a necessidade de reavaliar estratégias e o foco do movimento. Evidenciou-se a existência de outras formas de opressão: o sexismo, a discriminação, o racismo e a ideologia de classes do Ocidente, que, a princípio, ignoraram a amplitude de um movimento que não respondia às demandas dos diversos grupos de mulheres.

Tais questões enriqueceram os debates e caracterizaram o que estudiosos do tema consideraram a Terceira Onda Feminista. Com apoio do movimento, as mulheres continuaram avançando, mesmo que lentamente, na conquista dos direitos, sobretudo no campo político institucional.

Após o obscuro período ditatorial, durante o processo conhecido como redemocratização do Brasil, a criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), em 1985, demarca essa evolução. O CNDM tratou de quase todos os temas que centralizavam

a luta feminista brasileira até ser esvaziado, em 1989, no governo do ex-presidente Fernando Collor de Mello (Pinto, 2003).

Mais tarde, em 2003, a criação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, com *status* de Ministério, fortaleceu a construção de políticas públicas, especialmente as de combate à violência contra as mulheres, inclusive a violência política.

No atual contexto, considerado por especialistas a Quarta Onda, a presença de mulheres ocupando cargos eletivos ainda não é o ideal, mas é maior graças aos avanços na legislação e ao apoio da *internet/ web*, que amplificou as vozes femininas no mundo (Buarque, 2018).

Se por um lado a *internet* ampliou os debates, permitindo às mulheres a liberdade em tempo real de manifestarem suas ideias e lutarem por bandeiras comuns, sobretudo o direito de ocupar espaços de poder e decisão, o risco de invisibilidade da história das mulheres que atuam na política permanece. “A história das mulheres é o principal instrumento para a emancipação das mulheres” (Lerner, 2019, p. 22).

Resgatar/ressignificar essa memória é uma das propostas da pesquisa. Diante do cenário de invisibilidade das mulheres, o trabalho busca fidelizar as histórias das deputadas estaduais maranhenses com a oferta de um repositório de informações na *internet*, que possa ser atualizado e acessado, no caso específico do Maranhão, no *site* da ALEMA, por meio de um *link*.

O objetivo é sistematizar o conhecimento científico e oportunizar, a diversos públicos, o acesso às informações bibliográficas sobre a política estadual com foco na participação feminina, ao preservar a memória da existência das primeiras mulheres do parlamento maranhense, proporcionando maior visibilidade ao tema, que atualmente está cada vez mais em evidência. Especificamente, analisar a participação das deputadas estaduais no século XXI, mapear, avaliar a percepção pública e a efetividade dos meios de comunicação e visibilizar a memória das parlamentares.

Não há, por exemplo, até a data deste trabalho, em nenhuma das plataformas digitais da Assembleia Legislativa do Maranhão, informações de fácil acesso sobre as deputadas estaduais que ocuparam cadeiras na ALEMA, a partir de 1935 - ano no qual Zuleide Bogéa e Hildenê Gusmão Castelo Branco se tornaram as primeiras legisladoras estaduais maranhenses.

Com apoio da *internet* e *sites* de buscas, observa-se a dispersão de informações sobre as deputadas maranhenses. É possível encontrar pequenos recortes da história das personalidades em questão em fontes nem sempre confiáveis, havendo, portanto, o risco da reprodução de fatos não comprovados.

Evidenciam-se, portanto, os perigos das ausências de registros oficiais quando se trata de informações precisas sobre personalidades, tanto homens quanto mulheres, que desempenharam papéis significativos, especialmente na esfera política local. A memória é um elemento essencial do que se costuma chamar de identidade, seja ela individual ou coletiva (Le Goff, 2003 *apud* Gevehr, 2016).

No caso do acervo documental da Assembleia Legislativa do Maranhão, há uma explicação para a escassez de documentos. Repetindo as palavras dos servidores da Casa, responsáveis pelo setor conhecido como arquivo "vivo", "transições administrativas, golpes de Estado e mudanças de endereço seriam as razões para o extravio de registros importantes".

Essa situação é particularmente evidente durante períodos nos quais o Parlamento foi suspenso e os mandatos dos deputados estaduais foram anulados em decorrência de intervenções políticas, como ocorreu durante o Estado Novo (1937-1945) e durante a Ditadura Militar (1964-1985), períodos suscetíveis a apagamentos e distorções históricas.

O Maranhão de 1935 era um estado de grandes e violentos embates políticos. Muitos deputados estaduais eleitos para aquela legislatura eram opositores do Senador Vitorino Freire. Milson Coutinho (1981) relata que a eleição ocorrida em 1934 - primeira no Brasil em que mulheres puderam participar - foi bastante judicializada. Entre os vitoriosos que não assumiram o mandato, a professora Rosa Castro.

No caso da ALEMA, pressupõe-se também que o apagamento da história da passagem das primeiras deputadas do parlamento maranhense atenda, mesmo que não propositalmente, ao machismo estrutural presente na sociedade. Escolhas que rompem vínculos com o passado, restringem a condução de pesquisas, manipulam e distorcem a história.

Dessa forma, torna-se ainda mais crucial a construção de lugares de memória que abordem o tema desta pesquisa. Esses espaços representam uma ligação entre o passado e o presente, desempenhando um papel fundamental na educação das gerações futuras.

A ausência de estudos no Maranhão que reconstruam a trajetória de lutas das mulheres na política é uma lacuna que contribui para que, oficialmente, a sociedade desconheça os sujeitos femininos que promoveram e construíram modelos de rebeldia que se opuseram aos modelos tradicionalmente permitidos às mulheres, sem se deixar dominar pelo conformismo da época, que ousaram pensar uma sociedade diferente daquela determinada pelos padrões vigentes (Ferreira, 2006).

Consequentemente, é praticamente inviável ignorar a responsabilidade da cultura de exclusão profundamente enraizada na sociedade brasileira, caracterizada por critérios de classe, raça e gênero.

Partindo das ausências identificadas na pesquisa, o presente trabalho visa preencher as lacunas relacionadas às mulheres que tiveram destaque político no Maranhão, especialmente aquelas que ocuparam cargos legislativos estaduais.

Além da análise da importância do movimento feminista, a partir das características de cada momento histórico que demarcou os avanços dos direitos na contramão do que insiste determinar a cultura machista e patriarcal, que ainda prevalece na sociedade, a abordagem teórica deste trabalho incorpora o conceito de memória do sociólogo francês Maurice Halbwachs (1990).

Halbwachs ressalta que a memória desempenha um papel fundamental nos processos históricos e na importância da preservação digital, necessidade que "emerge da própria dominância do meio eletrônico e de sua transversalidade nas práticas cotidianas e em todas as dimensões da vida" (Tavares, 2012, p. 9).

O trabalho apresentado na tese de doutorado defendida, em 2006, pela professora Mary Ferreira e os estudos da pesquisadora acerca da participação das mulheres na política maranhense - protagonismos e sub-representação - servem de base para esta dissertação.

Ao desvendar a presença feminina no legislativo estadual maranhense, a autora destaca que, apesar do aumento no número de parlamentares mulheres na Assembleia Legislativa do Maranhão, esse avanço não representa mudanças estruturais nas relações de gênero.

Tal constatação encontra amparo no conceito de campo político do sociólogo francês Pierre Bourdieu, que afirma que nem sempre a presença das mulheres no parlamento significa influência na elaboração de leis e na representação do mundo social, mesmo que indique um número maior de proposições.

O campo político é uma estrutura hierarquizada e a hipótese aqui desenvolvida é que a sub-representação das mulheres se agrava conforme nos aproximamos de suas posições centrais (Miguel; Biroli, 2009, p. 2).

Ainda que a presença das mulheres na política possa desafiar o domínio masculino e promover a inclusão, a estrutura de poder é baseada na política tradicional. Muitas dessas mulheres acabam reproduzindo, ao longo dos mandatos, as mesmas formas de dominação e manipulação, limitando a possibilidade de uma real transformação política e social.

Matos *apud* Folter (2021) explica que, na atualidade, o patriarcado está nas relações sociais, políticas e econômicas da democracia liberal, um sistema que revela um Estado capitalista, racista e patriarcal, no qual as pessoas são vistas como livres, no entanto, alguns são sempre mais livres do que outros (Matos *apud* Folter, 2021).

Assim, o primeiro capítulo dedica-se à historiografia das ondas feministas. A pesquisa destaca a influência dos movimentos feministas, previamente mencionados nesta introdução, para a conquista da emancipação das mulheres, examinando a divisão histórica de cada período e suas características distintivas, com o uso da metáfora “ondas”.

A contribuição dos meios de comunicação à luta feminista, durante o período da Redemocratização do Brasil, também é considerada na pesquisa, bem como a produção acadêmica, cujo tema gênero passa a gerar interesse nas universidades.

Ilze Zirbel (2021) lembra que, em muitos momentos, o movimento serviu para dar visibilidade e espalhar as narrativas das feministas brancas de classe média estadunidense e ativistas brancas inglesas e francesas, ocultando a forte atuação das mulheres da classe operária e mulheres negras no movimento, somente enfatizado na terceira onda.

As desigualdades atuais entre homens e mulheres são resquícios de um patriarcado não mais existente ou em seus últimos estertores. De fato, como os demais fenômenos sociais, também o patriarcado está em permanente transformação (Safiotti, 2015, p.49).

O segundo capítulo versa sobre as mulheres que fizeram história no movimento feminista. Em "Pioneirismo: o passado fortalece o presente e inspira o futuro", são analisadas a presença e a atuação das mulheres na política partidária brasileira, com especial enfoque no contexto maranhense.

Esse capítulo revisita a história das mulheres que se destacaram ao ocupar cargos eletivos em diversas esferas do poder no Brasil, abrangendo tanto o âmbito federal, estadual e municipal, quanto os poderes executivo e legislativo, a partir da conquista do direito ao voto. Além disso, são brevemente mencionadas as mulheres que exerceram, mesmo antes da legalidade do sufrágio no Brasil, o direito de participação política por meio do voto.

Apesar de o Maranhão ser um estado no qual a influência das mulheres na política partidária é observada desde o século XVIII, com o exemplo de Ana Joaquina Jansen Pereira (Figura 1), na terra natal da professora e escritora abolicionista Maria Firmina dos Reis, da médica Maria Aragão e da primeira mulher a governar um estado brasileiro, a socióloga Roseana Sarney, a sub-representação da mulher nos espaços de poder e decisão é evidente.

Figura 1 – Ana Joaquina Jansen Pereira



Fonte: Captura de tela Blog Ed Wilson Araújo, 2022.

Para não dizer que não falei de flores (Geraldo Vandré, 1968), o segundo capítulo também contempla a história da deputada Iracema Vale, primeira mulher presidente da ALEMA em 188 anos de fundação do parlamento estadual maranhense, bem como a atual bancada feminina - considerada a maior de todas as legislaturas - as trajetórias, ligações de parentesco, produtividade e contribuições das parlamentares nas últimas décadas.

No terceiro capítulo, "Mapeando a presença das mulheres na ALEMA", apresento os nomes das deputadas eleitas para ocupar mandatos na Assembleia Legislativa, entre 1935 e 2023. Neste contexto, busco demonstrar a influência das mudanças na legislação brasileira, especialmente a partir de 1988, para a garantia dos direitos e a promoção do ingresso das mulheres na política partidária.

O capítulo também apresenta um panorama das leis aprovadas nas últimas quatro legislaturas, entre 2011 e 2024, demonstrando o que foi apresentado na tese da Doutora Mary Ferreira, cujo estudo realizado entre 2003 e 2005 indica a preocupação das deputadas em apresentar projetos de leis que fortaleçam a cidadania das mulheres, sem desconsiderar a ação do feminismo e suas demandas diretas às parlamentares” (Ferreira, 2010, p. 162).

No quarto capítulo, apresento os avanços da legislação eleitoral do Brasil com o objetivo de proteger e incentivar a participação das mulheres na política partidária, a exemplo da norma que determina aos partidos a cota mínima de mulheres candidatas nas eleições. Também apresento as estratégias para o fortalecimento da participação feminina na política partidária brasileira. A Procuradoria Especial da Mulher (PEM) é um exemplo de ferramenta de apoio.

Nos últimos 14 anos, seguindo o exemplo da Câmara Federal, diversas Assembleias Estaduais e Câmaras Municipais têm, em todo o país, implantado Procuradorias da Mulher em suas sedes. Um exemplo disso é a Procuradoria da Mulher instalada, em 2016, na ALEMA. O órgão tem se destacado por sua atuação. Em 2023, entre os meses de fevereiro e setembro, mais 80 procuradorias foram instaladas em Câmaras Municipais, impulsionadas pelo incentivo da Procuradoria da Mulher da ALEMA.

No quinto capítulo, apresento o resultado da pesquisa quali-quantitativa realizada por meio de questionários semiestruturados encaminhados pela *internet* para 45 pessoas com ou sem mandato eletivo. Os questionários foram aprovados pelo Comitê de Ética da Plataforma Brasil. O objetivo foi observar a percepção dos entrevistados sobre a importância da equidade de gênero, entender quais meios de comunicação ou redes sociais são mais acessados pelo público-alvo e a opinião dos entrevistados sobre a existência de uma plataforma digital que resgate a história das mulheres que contribuíram e contribuem politicamente para o Estado.

Na instrumentalização desta pesquisa, destaco, no sexto capítulo, a apresentação do *site* "Elas Política", que estará acessível na *internet* e reunirá a bibliografia das parlamentares maranhenses e mulheres que se destacaram politicamente no Maranhão. Ao registrar as biografias das deputadas estaduais em um *site* específico ou em uma página única vinculada ao *site* oficial da ALEMA, conforme proposto, valoriza-se a memória e a contribuição das políticas maranhenses para a sociedade.

Finalizo este trabalho com as considerações finais acerca do estudo e sigo com a apresentação das referências bibliográficas e apêndices.

## 2 ONDAS FEMINISTAS

A conquista do voto é uma consequência da luta do movimento feminista por mais direitos. Ao analisar o livro *O Contrato Social*, de Jean-Jacques Rousseau, publicado pela primeira vez em 1762, a professora Mary Ferreira lembra que, apesar de se constituir um tratado em defesa do Estado de Direito e conter os princípios da construção de uma sociedade de iguais, essa igualdade se limitava aos homens. O direito à cidadania e à liberdade foram negados às mulheres.

As mulheres não faziam parte deste novo mundo que se descortinava a partir da Revolução Francesa que moldou os destinos da sociedade (Ferreira, 2019, p.21).

Este é apenas um mero exemplo das inúmeras barreiras impostas à participação efetiva das mulheres na política e em outros campos sociais, exceto o doméstico. Mas, felizmente, o feminismo evoluiu, demarcado por diferentes ondas, cada uma com foco e objetivos distintos.

Essa evolução perpassa a existência da consciência feminista, que, segundo a historiadora Gerda Lerner, nasceu na Europa Ocidental e nos Estados Unidos entre 700 d.C. e 1870, e indica a luta milenar das mulheres para libertar suas mentes do pensamento patriarcal (2022). Para Lerner, a cultura patriarcal as oprimia, impedindo-as inclusive de acreditar que eram humanas. A ausência da compreensão da própria humanidade foi um dos motivos que impediam as mulheres de lutar por seus direitos.

As mulheres, por mais tempo do que qualquer outro grupo estruturado na sociedade, viveram em uma condição de ignorância ensinada, alienadas da própria experiência coletiva por meio da negação da existência da História das Mulheres (Lerner, 2022, p. 31).

A cultura patriarcal<sup>1</sup>, com seus valores e práticas discriminatórias, molda a forma como as mulheres são vistas e tratadas na sociedade, incluindo o campo político. Ao escolher lutar por esses direitos, as mulheres precisaram romper padrões, defender e justificar as razões pelas quais deviam participar desses espaços, luta que permanece até hoje.

O sufrágio universal é, portanto, um ponto essencial e uma das mais significativas conquistas femininas. O episódio histórico se tornou conhecido como a Primeira Onda do Movimento Feminista. A metáfora da onda se tornou uma forma de nomear a mobilização das

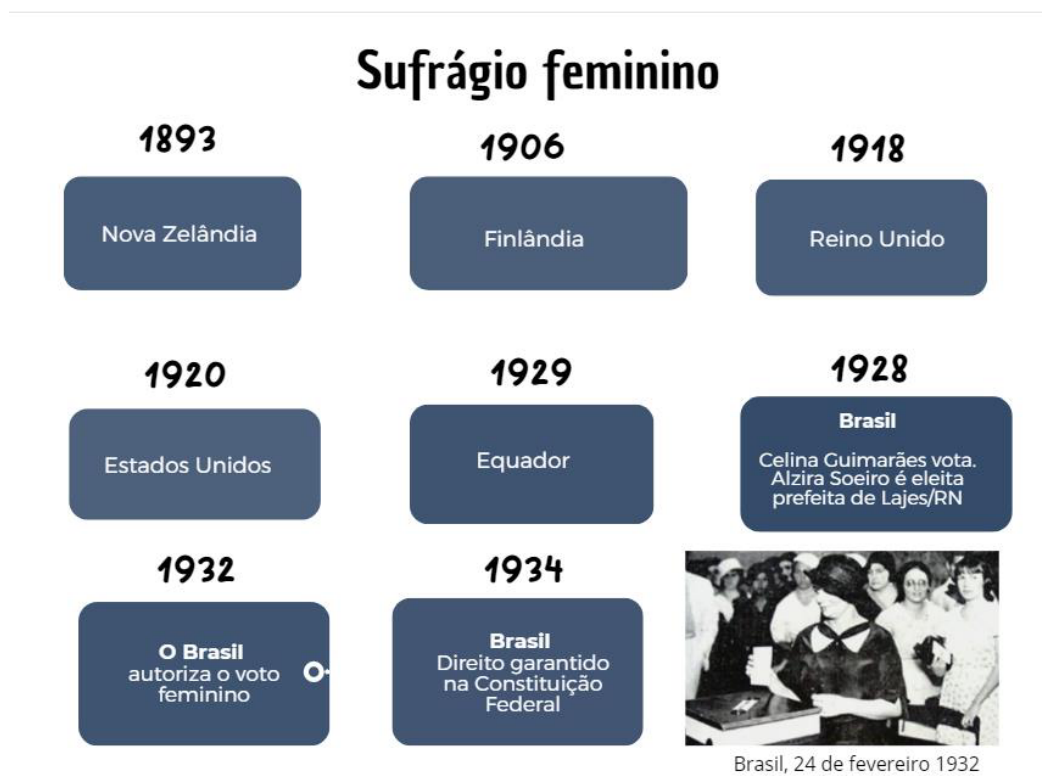
---

<sup>1</sup> Gerda Lerner (2022) explica que uma vez estabelecido como um sistema funcional de relações hierárquicas complexas, o patriarcado transformou as relações sexuais, sociais e econômicas e dominou todos os sistemas de ideias que explicam e regulam a civilização ocidental. As principais suposições sobre gênero na sociedade patriarcal determinam que Homens são “naturalmente” superiores, mais fortes e mais racionais, por isso foram criados para dominar. Como resultado, homens são cidadãos políticos e representam e são responsáveis pelo sistema. Mulheres são “naturalmente” mais fracas, têm capacidade intelectual e racional inferior, são instáveis em termos emocionais e, portanto, incapazes de participação política.

mulheres, apesar de o termo ter surgido bem depois, na década de 1968, a partir de um artigo da ativista Martha Weinman Lear, intitulado “A segunda onda feminista” (Zirbel, 2021, p. 2).

Destarte, a primeira onda do feminismo ocorreu no final do século XIX e início do século XX. Período no qual as sufragistas, como são conhecidas, buscaram romper com as restrições sociais e políticas impostas às mulheres, lutando pelo direito ao voto e por igualdade legal. O primeiro país a liberar o voto feminino foi a Nova Zelândia, em 1893. Somente 41 anos depois, o Brasil garantiu, na Constituição, a participação feminina nas eleições do país, conforme a figura abaixo (Figura 2).

Figura 2 – Quando e onde as mulheres votaram e autorizações legais.



Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

A conquista do sufrágio foi um grande salto na história do movimento feminista por proporcionar às mulheres maior participação nos espaços públicos. De acordo com Alves e Pitanguy (2017), foi o momento em que o feminismo adquiriu características de uma prática de ação política organizada, na qual as mulheres passaram a reivindicar direitos à cidadania, enfrentando obstáculos.

A desigualdade era tamanha que as mulheres não poderiam nem sequer opinar seu entendimento político se não fosse através dos maridos, que sempre

escolhiam quem ocuparia o lugar de destaque e poder na política, representando o grupo social. A conquista desse direito deu a voz que as mulheres precisavam para se expressarem e assim buscarem mais oportunidades por igualdade, fazendo desse momento apenas o início do movimento (Menuci, 2018, p. 377).

## 2.1 No Brasil

A doutora em Filosofia, Ilze Zirbel (2021), lembra que um estudo mais amplo das lutas feministas pelo mundo e ao longo do tempo nos mostra que mulheres de variadas etnias e classes, de diferentes gerações, nacionalidades, orientação sexual, constituição física (etc.) estiveram em diálogo umas com as outras ao longo dos séculos, "embora nem sempre tenham articulado o mesmo conjunto de prioridades ou concordado entre si" (Molony; Nelson, 2017 *apud* Zirbel, 2021, p. 11).

O Brasil, um país colonizado por europeus e culturalmente marcado pelo racismo estrutural e, consequentemente, pelo machismo herdado do patriarcado, mesmo com direitos garantidos na Constituição, continua a excluir politicamente mulheres e negros. A sobrecarga nas tarefas domésticas, o preconceito e as condutas morais estabelecidas pela sociedade são fatores que justificam o confinamento das mulheres ao espaço privado. Tais imposições não apenas excluem, mas também retardam o processo de ocupação de espaços públicos, sobretudo de poder e decisão pelas mulheres, mesmo em pleno século XXI.

A ocupação desses espaços por mulheres torna-se um desafio ainda mais complexo em sociedades onde persiste a ideia de que poucas mulheres preenchem as condições de acesso definidas por grupos dominantes. Dessa forma, a presença feminina continua pouco representativa nos cargos de direção de partidos, sindicatos e organizações políticas, refletindo o não reconhecimento das mulheres como sujeitos políticos. Isso ocorre apesar de a presença feminina ser valorizada nas atividades cotidianas que mantêm as organizações vivas (Ferreira, 2019).

Durante a segunda onda do feminismo, que emergiu nas décadas de 1960 e 1970, o movimento concentrou-se em questões como direitos reprodutivos, igualdade salarial, acesso à educação e combate à violência doméstica, sendo este último o tema que mais mobiliza os movimentos organizados por mulheres. Nota-se, nesse momento, um debate mais amplo sobre a diversidade de grupos que buscam direitos.

A Segunda Onda do Movimento Feminista trouxe para a esfera pública a elaboração do conceito de gênero<sup>2</sup>, entendido como uma construção social atribuída ao sexo. Inicia-se, então,

---

<sup>2</sup> Embora para muitas de nós exista um significado claro, a palavra “gênero” é usada de duas maneiras, até certo ponto contraditórias. De um lado, "gênero" é usado em oposição a sexo para descrever o

um debate mais abrangente que leva em consideração opressões além do gênero, como o racismo e a classe social.

O feminismo aparece como um movimento libertário, que não quer só espaço para a mulher - no trabalho, na vida pública, na educação -, mas que luta, sim, por uma nova forma de relacionamento entre homens e mulheres, em que esta última tenha liberdade e autonomia para decidir sobre sua vida e seu corpo (Pinto, 2010, p.2).

Ao examinar a importância global do movimento feminista, a escritora e ativista Bell Hooks (1952) argumenta que, na tentativa de denunciar os efeitos deletérios do sexismo, as mulheres direcionaram seus esforços quase exclusivamente para a análise da ideologia e das práticas de dominação masculina.

Para Hooks, esse enfoque resultou em um movimento que se assemelhava mais a uma retórica de antagonismo entre os sexos do que a uma luta política voltada para a erradicação da opressão sexista. Hooks propunha, portanto, a busca por uma nova base ideológica que permitisse o diálogo entre os gêneros, "um espaço para crítica, luta e transformação" (Hooks, 1952, p. 68).

Ao realinhar o foco, o movimento evidenciou a existência de outras formas de opressão que também demandavam atenção. A discriminação, o racismo e a ideologia de classes refletiam um sistema de dominação no qual as feministas brancas estavam inseridas. Nesse contexto, a situação de mulheres de outras etnias não era considerada prioritária nos debates do movimento feminista da época.

Mulheres negras eram trabalhadoras na casa das mulheres brancas instruídas, chegavam em casa e tinham o dinheiro tomado por maridos ociosos, bastante ofendidos porque não tinha comida pronta em casa (Akotirene, 2022, p.26).

No período demarcado pela segunda onda, no Brasil, a partir de 1964, direitos políticos e movimentos sociais foram cassados. A Ditadura Militar perseguia as associações consideradas de oposição e condenava as manifestações que não aceitavam o modelo repressivo de governar o país. Mulheres que ousavam lutar contra o Estado golpista se desviavam dos padrões estabelecidos pela sociedade, pois desconsideravam o lugar que lhes era destinado.

A repressão caracteriza a mulher militante como Puta Comunista (...) as próprias mulheres militantes assumem a dominação masculina, tentando camuflar a sua sexualidade numa categoria sem sexo - a militante política. Para se constituírem como sujeitos políticos, estas mulheres estabelecem identidade com o discurso masculino diluindo as relações de gênero na luta

---

que é socialmente construído em oposição ao "sexo" que é biologicamente dado (...) pensado como referência a personalidade e comportamento, não o corpo; "gênero" e "sexo" são, portanto, distintos. De outro lado, "gênero" tem sido cada vez mais usado como referência a qualquer construção social que tenha a ver com a distinção masculino/feminino (Nicholson, 2000, p. 1).

política mais geral. A condição de gênero está subsumida ao discurso de unificação dos sujeitos. Como espaço fundamentalmente masculino, impunha-se às mulheres a negação de sua sexualidade como condição para a conquista de um lugar de igualdade ao lado dos homens. As relações de gênero diluíam-se na luta política mais geral. As mulheres assexuavam-se numa tentativa de igualarem-se aos companheiros militantes (Colling, 1997, p. 7).

O movimento feminista brasileiro se desenvolveu sob um clima de ditadura, repressão e morte. Celi Regina Pinto (2003) destaca que, na década de 1970, existiam movimentos de mulheres entre as classes médias e populares no Brasil. “Foram movimentos organizados não para pôr em xeque a condição de opressão da mulher, como no caso do feminismo norte-americano, mas para, a partir da própria condição de dona de casa, esposa e mãe, intervir no mundo público” (Pinto, 2003, p. 43).

Eram movimentos que lutavam contra a carestia e pela anistia, mas também havia organizações que atuavam com o objetivo de consolidar o apoio das bases sociais ao governo golpista. Sob as bandeiras de promoção dos valores morais e cívicos, mulheres intelectuais, esposas de políticos e militares se uniram para defender a causa.

A União Cívica Paranaense, criada em 1963, foi um exemplo. O centro investia no processo de emancipação intelectual, artística e moral da mulher, ao mesmo tempo que fortalecia o modelo de feminilidade e de mulher devotada à família e ao lar (Sousa *apud* Seixas, 2011). Outro exemplo de mobilização foram as “Marchas da Família com Deus pela Liberdade”, no início dos anos 1960.

Mesmo assim, a modernização da sociedade e os movimentos de contracultura vindos “de fora”, propiciaram terreno fértil para a aglutinação de iniciativas “de dentro” em oposição aos padrões vigentes. Entre elas, destacou-se o movimento feminista que combinou duas frentes de luta. Ao mesmo tempo que se organizava em defesa da especificidade da condição da mulher, estabelecia uma profunda ligação com a luta contra a ditadura militar. Isto desembocou num tensionamento permanente entre dois vetores: aquele associado às lutas que davam ênfase à sexualidade, ao corpo e ao prazer versus aquele outro que priorizava a luta de classes e pela democracia. (Escosteguy, 2020, p. 9).

Ao final da década de 1970, início do período conhecido como redemocratização do Brasil, as ideias feministas se difundiram pelo Brasil. Os meios de comunicação abriram espaço para a questão da mulher, conferindo ainda que, indiretamente, maior visibilidade e credibilidade ao movimento (Sarti, 1988).

Tais fatos no Brasil influenciaram as características da Terceira Onda do Movimento Feminista, identificada no final da década de 1980. Nessa fase, as ativistas passaram a contestar as definições do ser feminino relacionadas às ideias e experiências de mulheres brancas

integrantes da classe média-alta, que excluía, por exemplo, as demandas das mulheres negras e de classes sociais consideradas inferiores.

A terceira onda ou terceira fase do movimento feminista busca desenvolver o próprio conceito da categoria “mulher” (...) Reconhece-se que as mulheres não são iguais entre si, tendo em vista a presença de elementos diferenciadores como a classe e a raça, que propiciam relações de dominação e subordinação, impossibilitando uma efetiva solidariedade (Caetano, 2017, p. 7).

A luta do movimento negro em relação às diferenças na busca por direitos e igualdade entre mulheres brancas e negras se tornou mais ampla e efetiva. A partir da década de 1980, houve um enfoque na subjetividade da mulher, reconhecendo as interseções entre marcadores de opressão e discutindo como essas combinações específicas se refletem no próprio ser mulher (Caetano, 2017).

Segundo Marlise Matos (2014), a quarta onda trouxe como uma de suas características o fortalecimento institucional das pautas femininas, exemplificado pela criação, em 2003, da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM). A SPM reformulou o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, incentivando a construção de políticas de combate à violência contra a mulher, promovendo a autonomia econômica, a proteção à saúde e à educação, além de pautas voltadas à defesa da igualdade de gênero.

O uso das mídias sociais para mobilização e conscientização tem sido uma característica marcante dessa nova onda (Zirbel, 2021). A internet proporcionou o surgimento de novas tecnologias de comunicação, que mudaram as relações sociais, de consumo e de trabalho. Nesse cenário, os movimentos sociais e o próprio movimento feminista se adaptaram às diversas possibilidades de comunicação com a sociedade. As mulheres passaram a ter mais autonomia para falar por si mesmas.

A ausência de intermediários possibilitou diferentes conclusões para o mesmo cenário. Narrativas hierárquicas, muito comuns nos movimentos sociais, foram quebradas. As vozes ativas proporcionada pelas redes permitiu um ganho significativo de visibilidade de correntes do feminismo, até então pouco amplificadas, como o feminismo negro, trans ou lésbico. [...] A grande diferença hoje não está apenas na pauta do feminismo jovem, mas no encaminhamento dessas questões através da capacidade multiplicadora e articuladora da internet. (Costa, 2018. p.60)

As redes sociais (Facebook, Twitter e Instagram) proporcionaram autonomia e colaboraram para o ressurgimento e fortalecimento do movimento feminista. Essa autonomia é considerada a razão da grande transformação social do século XXI (Castells, 2013). A presença

de mulheres ocupando cargos eletivos é maior graças aos avanços na legislação e ao apoio da internet, que amplificou as vozes femininas no mundo (Buarque, 2018).

## **2.2 A influência dos meios de comunicação**

O período da ditadura militar no Brasil (1964-1985) foi marcado por um controle rigoroso da mídia, que se tornou um instrumento de propaganda para a construção de uma imagem positiva do regime, tanto no âmbito nacional quanto internacional. O que era considerado negativo era censurado e reinterpretado pela propaganda estatal. As mídias tradicionais, como rádio, televisão e cinema, se dedicavam à disseminação da ideologia do regime, evitando temas políticos e promovendo campanhas de "amor, paz e união" (Camana, 2012, p. 18).

Neste contexto, as temáticas femininas também foram marginalizadas, e as mulheres que lutavam por liberdade e igualdade de direitos eram frequentemente ridicularizadas e estigmatizadas. Enquanto alguns veículos de comunicação, alinhados ao conservadorismo, reforçavam estereótipos de gênero, retratando as mulheres como submissas, agressivas e desprovidas de inteligência, outras publicações alternativas, surgidas na década de 1970, desempenharam um papel decisivo para a visibilização da luta feminista em plena ditadura militar.

A atuação dos veículos alternativos, que circulavam à margem do controle do regime, permitiu que as demandas e reivindicações do movimento feminista chegassem a um público maior, contribuindo para a manutenção da resistência e avanço da luta por direitos das mulheres em um período de grande repressão.

Ainda nesse período, "Malu Mulher", um seriado de televisão protagonizado por Regina Duarte e exibido na Rede Globo, entre 1979 e 1980, apresentava ao público personagens femininas emancipadas que desafiavam os padrões sociais e expondo questões consideradas polêmicas para a época. A série explorava temas como a independência financeira feminina e a busca por autonomia nas relações interpessoais.

"Malu Mulher" sinalizou novos tempos da televisão brasileira, que a partir da década de 1980, durante o chamado processo de redemocratização do Brasil, proporcionou espaço para a luta das mulheres em um meio de comunicação com capacidade de moldar a representação social, por se tratar de um palco privilegiado para a discussão de temas considerados tabus, como separação, sexualidade, aborto e desigualdade salarial entre homens e mulheres.

Outro destaque foi o "TV Mulher", apresentado pela jornalista Marília Gabriela. Através de reportagens e entrevistas, o programa buscava retratar a diversidade da realidade feminina

no Brasil, mostrando as diferentes lutas e desafios enfrentados por mulheres de norte a sul do país. Enquanto no Sudeste a pauta principal era a reivindicação por emprego, melhores salários e igualdade de direitos, no Nordeste, a luta se concentrava na garantia de alimento para a família (Coleção [...], [2018?]).

A presença da temática feminina na televisão durante a redemocratização foi fundamental para ampliar o debate sobre os direitos das mulheres e contribuiu para a construção de uma nova imagem da mulher brasileira, impulsionando mudanças sociais e influenciando atitudes, comportamentos e estilos de vida.

Na edição do "TV Mulher" veiculada na década de 1980, postada há 15 anos na plataforma do YouTube por Emanuel Nunes, a apresentadora inicia o programa falando sobre mulheres que se reuniam para debater seus problemas.

Com chuva, sem chuva, com entendidos e mal-entendidos, as mulheres se reuniram em congressos e debates para discutir seus problemas. Problemas sérios que vão desde a discriminação em todos os setores, principalmente no trabalho até a validade ou não da legalização do aborto, passando pela necessidade de creches e da divisão do trabalho doméstico. Sem esquecer das condições em que vivemos pelo motivo de sermos brasileiras ou seja, os problemas do Brasil interessam e muito as mulheres, afinal somos um pouquinho mais que a metade da população (...) os problemas brasileiros são problemas das mulheres brasileiras também, um deles que está acontecendo neste momento é a seca, que mais uma vez maltrata o Nordeste trazendo a fome e a morte, Nas cidades os comerciantes temem o saque, a invasão da população em busca de qualquer tipo de comida. E como é terrível usar a palavra invasão ou saque para falar de outros brasileiros que estão querendo comer. A coisa é séria e terrível e esse é um problema nosso. De mulheres e homens que vivem no Brasil todo (TV Mulher [...], 1980).

O "TV Mulher" também se destacou com o quadro **Comportamento Sexual**, apresentado pela psicóloga Marta Suplicy. Durante cinco minutos, a apresentadora lia cartas de telespectadoras e respondia perguntas sobre saúde mental e sexual de homens e mulheres, gravidez, aborto e masturbação. O quadro, considerado polêmico, conquistou inimigos que não aceitavam que certos termos fossem utilizados na televisão, sendo alvo de xingamentos e até de manifestações públicas dos conservadores.

A repercussão trouxe notoriedade para Marta Suplicy. A sexóloga foi eleita senadora, deputada federal e até prefeita da cidade de São Paulo. Marta Suplicy, inclusive, é autora da lei que obrigava que 20% das vagas de candidatos em um partido ou coligação nas eleições proporcionais fossem preenchidas por mulheres.

Politicamente, o país comemorava o fim de um regime opressor. A anistia trouxe de volta ao Brasil, em 1979, militantes vanguardistas da esquerda, que retornaram com novas ideias. Nesse contexto, de acordo com a historiadora, cientista política e escritora Celi Regina

Jardim Pinto (2003), a anistia marcou, também, uma época de maior liberalização, com menos medo e mais possibilidade de manifestação. O movimento feminista tomou novos rumos.

Nos anos 1980 houve espaço para o surgimento e desenvolvimento do que se poderia chamar de feminismo acadêmico, ancorado no Departamento de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas em São Paulo e em pesquisas de ciências humanas e educação realizadas em grandes universidades do país, em algumas das quais surgiram os Núcleos de Pesquisa em estudos da Mulher (Pinto, 2003, p. 68).

O campo da comunicação e as questões de gênero ganharam maior destaque no debate acadêmico a partir da virada do milênio, impulsionados pelo fortalecimento dos feminismos nas esferas públicas e universitárias. A segunda década do século XXI, em especial, testemunhou um crescimento significativo dessa discussão.

Ana Carolina D. Escosteguy, doutora em Ciências da Comunicação pela ECA/USP, destaca a importância da mídia como ferramenta de transformação social, exemplificando com jornais como "Brasil Mulher" (1975-1980) e "Nós, Mulheres" (1976-1978). Essas publicações evidenciavam o reconhecimento da importância da mídia na ação transformadora almejada pelo movimento (Escosteguy, 2020, p.10).

A análise de congressos e grupos de trabalho em universidades brasileiras revela a riqueza e a diversidade de temas que compõem o debate entre comunicação e gênero: desde a representação da mulher nos meios de comunicação até a análise crítica de discursos e práticas comunicativas que perpetuam desigualdades de gênero, passando pela investigação das tecnologias digitais como ferramentas de empoderamento feminino.

A consolidação desse campo de pesquisa na academia brasileira sinaliza a crescente importância da análise crítica da comunicação como ferramenta de transformação social e de combate à discriminação de gênero.

Nesse período, houve a efervescência do ativismo político, fomentando debates sobre questões de gênero e sexualidade. Essa mudança de visão influenciou o movimento feminista. Com o processo de redemocratização mais avançado, as feministas se dividiram entre aquelas que lutavam pela institucionalização do movimento, aproximando-o do Estado, e aquelas que viam essa aproximação com desconfiança, considerando-a uma nova forma de controle.

A institucionalização acabou ocorrendo, sendo a forma mais visível os conselhos da condição da mulher, embora não tenha sido a única e possivelmente não a mais bem-sucedida. O Conselho Nacional dos Direitos da Mulher foi criado junto ao Ministério da Justiça em 1985, pelo presidente José Sarney, e promoveu a articulação de demandas do movimento feminista

até 1989, quando foi enfraquecido na gestão do então presidente Fernando Collor de Mello (Pinto, 2003).

As novas mídias possibilitaram a popularização do tema feminismo, em que os sujeitos, no caso as mulheres, passaram a ter mais autonomia para se expressar. As mulheres não necessitam mais de uma formação acadêmica ou publicações em grandes editoras para serem ouvidas (Holanda, 2018), já que a web oferece essa possibilidade, explica Heloisa Buarque de Holanda, pesquisadora e autora do livro *Explosão Feminista: arte, cultura e universidade*.

Essas preocupações generalizadas nas falas tanto dos deputados como das deputadas que, sem dúvida, limita o exercício parlamentar, entretanto, observei que as deputadas apontam outras dificuldades que, aparentemente, não são consideradas como problemas. Trata-se das dificuldades nas relações de gênero no interior do parlamento que interditam sua ação política (Ferreira, 2010, p. 168).

### **3 PIONEIRISMO:** o passado fortalece o presente e inspira o futuro

Nunca foi fácil ser mulher em sociedades marcadas pela cultura patriarcal e machista. Ainda que o conceito de patriarcado seja muito utilizado na literatura das ciências sociais para se referir às sociedades pré-capitalistas, a explicação a partir da perspectiva feminista sobre o patriarcado, mantém, segundo Fernanda Maria Caldeira de Azevedo, o homem no centro do poder, enquanto sinônimo de "dominação masculina" e "opressão das mulheres", ou substituído por falocracia, androcentrismo e relações de gênero (Azevedo, 2016, p. 14).

Historicamente, o patriarcado relega as mulheres à esfera privada, com papéis sociais restritos à maternidade, ao casamento e à administração do lar. Um lugar determinado, imposto "por uma rigidez social que não permitia às mulheres os chamados 'privilégios masculinos', entre esses destacam-se: o estudo, o trabalho e o exercício de atividades políticas, que eram exclusivas dos chefes de família, os homens" (Sá; Abreu, 2023, p. 253).

Ainda que o movimento feminista e suas mais variadas frentes de luta tenha proporcionado avanços e conquistas de direitos, a cultura machista e patriarcal se revela nas desigualdades amparadas nas relações de força e poder, nas quais os homens são a maioria e preenchem as condições de acesso ao campo político.

Espaço, que, segundo Pierre Bourdieu (2012), trata-se de um lugar em que certo número de pessoas joga um jogo particular, do qual os outros estão excluídos. "Há sempre dominantes e dominados, até mesmo nos partidos que se presume expressarem as forças supostamente voltadas para libertar os dominados" (Bourdieu, 2012, p. 196).

Ao refletir sobre o passado sexista e excludente, Mary Ferreira lembra que as mulheres foram (e ainda são) silenciadas e cerceadas do acesso aos espaços de poder, "uma vez que a produção das ideias acerca do mundo social está subordinada a uma lógica da conquista de poder [...] exercido a partir de inúmeros pontos e em meio às relações desiguais e móveis" (Ferreira, 2010, p. 48).

Relacionando às ideias de Bourdieu sobre campo político, Ferreira (2010) exemplifica, entre tantos outros, alguns obstáculos que prejudicaram (e que ainda prejudicam) a participação efetiva das mulheres nos espaços de poder e decisão, colocando-as em desvantagem em relação aos homens e reforçando, em muitos aspectos, a falácia de que elas não estariam preparadas para o exercício da política partidária.

Bourdieu considera que o exercício nesse campo requer, domínio da linguagem, retórica política, com provas e ritos de passagem que impõem valores e hierarquias que em muitas situações se revestem de constrangimentos, tornando para alguns sujeitos uma relação difícil e penosa (Ferreira, 2010, p. 51).

Diante de tantos desafios, a luta para conquistar a cidadania resulta em um processo lento e gradual que, até os dias de hoje, exige da mulher determinada a ocupar lugares de representação, com raras exceções e guardadas as devidas proporções, um esforço maior para comprovar sua capacidade de exercer os direitos políticos.

No Brasil, a história da conquista de espaços, direitos e emancipação feminina destaca a iniciativa de mulheres que defenderam ideais ao combater as discriminações sociais que alcançavam as classes e os sexos, sobretudo em favor das mulheres.

No século XIX, a escritora, jornalista, educadora, abolicionista e republicana, Nísia Floresta Brasileira Augusta, pseudônimo de Dionísia Gonçalves Pinto (Figura 3), rompeu barreiras ao descrever, em suas obras, a necessidade de desconstruir as diferenças de gênero.

Figura 3 – Nísia Floresta



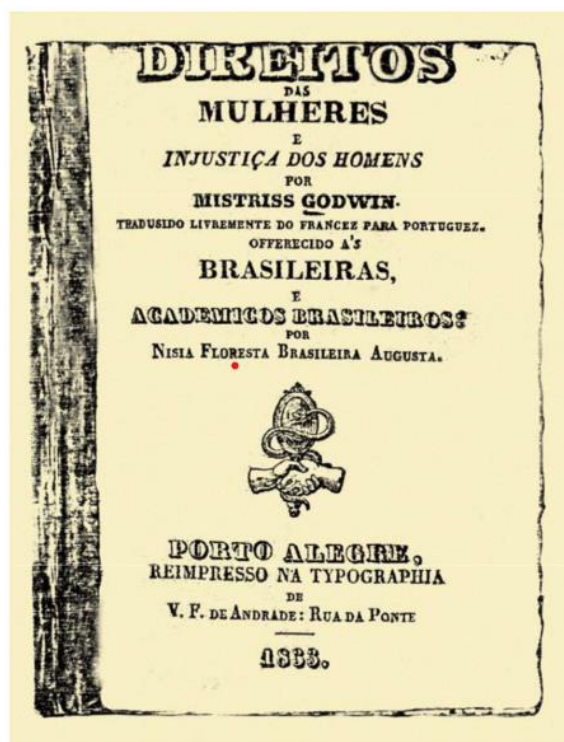
Fonte: Brasil de Fato, 2019

*Direitos das Mulheres e injustiça dos homens*, (Figura 4), publicado em 1833, em Porto Alegre (RS), é um dos seus livros mais emblemáticos ao abordar a insatisfação das mulheres no Brasil daquele período. A obra, publicada em três edições, era uma tradução livre de *Em defesa dos direitos da mulher*<sup>3</sup>, da escritora inglesa, defensora dos direitos das mulheres, Mary Wollstonecraft.

---

<sup>3</sup> Vindication of the rights of woman.

Figura 4 – 2ª Edição Direito das Mulheres e Injustiça dos homens, 1833.



Fonte: Itaqui (2013, p.30)

Uma discussão que caracterizaria as ideias de Nisia Floresta gerou frutos de pesquisas e análises e provocou uma reação feminina mais abrangente. Por isso, o título de precursora do feminismo no Brasil (Itaqui, 2013, p. 20-21, 40).

Os homens não podendo negar que nós somos criaturas racionais, querem-nos provar a sua opinião absurda, e os tratamentos injustos que recebemos, por uma condescendência cega às suas vontades; eu espero, entretanto, que as mulheres de bom senso se empenharão em fazer conhecer que elas merecem um melhor tratamento (Floresta *apud* Itaqui, 2013, p. 41).

O legado de Nisia Floresta abriu caminhos para outras feministas que, nas décadas seguintes, enfrentaram toda sorte de preconceitos e violências para romper com as amarras que excluía as brasileiras, oficialmente, da vida pública e política.

Ações do movimento sufragista foram identificadas no Brasil logo nos primeiros anos do século XX. Um fato importante foi a criação do Partido Republicano Feminino, fundado em 1910, liderado por Leolinda Figueredo Daltro (Figura 5). A "mulher diabo", como era tratada pela sociedade da época, nasceu na Bahia, em 14 de julho de 1859. Foi professora, sufragista e indigenista, e lutou para que as mulheres conquistassem autonomia (Garcia, 2019).

Figura 5 – Leolinda Daltro, fundadora do Partido Republicano Feminino



Fonte: (Garcia, 2019)

Mãe de cinco filhos, desquitada e ativa politicamente, Leolinda acreditava na transformação por meio da educação. O Partido Republicano Feminino foi fundado com o apoio da poetisa Gilka Machado, bem como de três jornais dedicados às mulheres que deram apoio ao movimento das sufragistas.

Por mais de dez anos, Leolinda e suas companheiras de partido criticaram a cidadania incompleta das mulheres e participaram de todos os eventos que podiam ter repercussão na imprensa. (Garcia, 2019).

A professora progressista e juíza de futebol, Celina Guimarães Vianna, foi a primeira eleitora do Brasil. Natural de Mossoró, Rio Grande do Norte, atuou ativamente para que mulheres conquistassem o direito de participar da política (Figura 6).

Figura 6 – Celina Guimarães: a primeira eleitora do Brasil



Fonte: Imagens Tribunal Superior Eleitoral

Com o apoio da articulação do movimento feminista, que aumentava no Brasil, e da Lei nº 660, de 25 de outubro de 1927 – que regulamentava as eleições no Estado e não proibia a participação das mulheres por não fazer a distinção de sexo – alistou-se e participou do processo. Neste mesmo pleito, Alzira Soeiro, também potiguar, se candidatou e foi a primeira prefeita eleita do Rio Grande do Norte (Figura 7).

Figura 7 – Alzira Soriano: primeira prefeita eleita no Brasil



Fonte: Hemeroteca Digital do Brasil, Revista da Semana nº 28

A eleição de Alzira Soeiro ocorreu em 2 de setembro de 1928. A primeira prefeita do Brasil e da América Latina recebeu 60% dos votos da cidade de Lages. Bertha Lutz (1894-1996), fundadora da Federação Brasileira para o Progresso Feminino e figura central na luta pelo voto feminino no país, foi a responsável pela indicação de Alzira Soriano como candidata à Prefeitura de Lages.

Há também o caso da advogada e escritora mineira Maria Ernestina Carneiro Santiago Manso Pereira, Mietta Santiago (Figura 8), primeira mulher a exercer plenamente os direitos políticos, fato considerado de maior repercussão em nível nacional na década de 1928.

A escritora e advogada mineira Mietta Santiago, em 1928, notado que a proibição ao voto feminino contrariava o artigo 70 da Constituição da República Federativa dos Estados Unidos do Brasil (24 de fevereiro de 1891), então em vigor. Com base nisso, Mietta impetrou, como advogada, Mandado de Segurança e obteve sentença (fato inédito no país) que lhe permitiu votasse em si mesma para um mandato de deputada federal. Embora ela não tenha

conseguido se eleger, o que seria uma ousadia para a época. (Schumacher; Ceva, 2015, p. 1).

Figura 8 – Mietta Santiago



Fonte: (Melo; Salgado, 2022)

Em 1932, a mulher foi autorizada a votar. Resultado da luta feminista brasileira, que no período, já demonstrava força por meio da realização de congressos internacionais no Rio de Janeiro (Figura 9). O texto do Decreto foi revisado por Vargas, que autorizou o voto feminino sem restrições.

A primeira experiência eleitoral feminina foi na Eleição para Assembleia Constituinte de 1933, ao todo sete mulheres se candidataram às cadeiras de deputadas da Constituinte, foram elas: Leolinda Daltro, Natércia da Silveira, Bertha Lutz, Ilka Labarte, Georgina Azevedo Lima, Tereza Rabelo de Macedo e Julita Soares da Gama, todas foram candidatas pelo Distrito Federal- que na época ficava no Rio de Janeiro- delas, a que recebeu maior votação foi Bertha Lutz com mais de 16 mil votos, porém, a votação não fora suficiente para lhe assegurar uma cadeira na Constituinte, ela ficou como primeira suplente do Partido Autonomista (Sá; Abreu, 2023, p. 258).

Figura 9 – 2º Congresso Internacional Feminista, 1931.



Fonte: Hemeroteca Digital do Brasil, Revista da Semana nº 28, 1931, p.15.

No ano seguinte, ano de eleições, o voto feminino ainda era facultativo e só se tornou um dever emanado na Constituição em 1934. Bertha Maria Júlia Lutz foi uma das responsáveis pela conquista.

Bióloga formada em Sorbonne, Universidade de Paris, foi a segunda mulher a entrar no serviço público brasileiro. Ao lado de outras pioneiras, criou, em 1919, a Liga para a Emancipação Intelectual da Mulher, que foi o embrião da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF).

Candidata-se, em 1934, a uma vaga na Assembleia Nacional Constituinte, não se elege, mas fica na suplência. Assumiu o mandato de deputada federal, em 1936, após a morte do titular, deputado Cândido Pessoa. O empenho de Bertha Lutz tornou-a conhecida no Brasil como a maior liderança da luta pelos direitos políticos das mulheres (Agência Senado, 2015) (Figura 10).

Figura 10 – Bertha Maria Júlia Lutz “Bertha Lutz”

## BERTHA LUTZ

BIOGRAFIA



**Data de falecimento:** 16/09/1976

**Profissões:** Tradutora; Bióloga

**Mandatos (na Câmara dos Deputados):**

Deputado(a) Federal - DF, Dt. Posse: 28/07/1936.

Fonte: Câmara dos Deputados

Lutz foi a segunda mulher a ocupar uma vaga na Câmara Federal. A primeira deputada federal eleita, em 1934, foi a médica Carlota Pereira de Queiroz, que se tornou conhecida durante o processo de reconstitucionalização do Brasil.

Antonieta de Barros (1901-1952) foi deputada estadual em Santa Catarina nas décadas de 1930 e 1940. Foi a primeira mulher negra a assumir um mandato popular no Brasil, estando entre as três primeiras mulheres eleitas na história do país. Foi autora do projeto que definiu o dia 15 de outubro como o Dia do Professor em Santa Catarina, data que só foi oficializada no calendário nacional em 1963 (Agência Senado, 2023) (Figura 11).

Figura 11 – Antonieta de Barros, primeira deputada estadual negra do Brasil.



Fonte: Agência Senado, 2023

### 3.1 As maranhenses

No Maranhão, Joanna Rocha Santos, "Dona Noca", filiada ao Partido Social Democrático (PSD), foi a segunda mulher no Brasil a assumir uma prefeitura. Esteve à frente do município maranhense de São João dos Patos entre 1934 e 1950, primeiramente por indicação do interventor da época, Paulo Ramos, sendo eleita por voto popular em 1954 até 1959, por promover uma série de avanços na cidade (Figura 12).

Figura 12 – Joana Rocha, “Dona Noca”



Fonte: Revista O Cruzeiro, 14/06/1952

Na primeira eleição após a conquista do voto, duas mulheres foram eleitas para o legislativo maranhense, as professoras Zuleide Fernandes Bogéa (Figura 13) e Rosa Castro. No pleito, também concorreu à cadeira para a Assembleia Constituinte a professora Hildenê Gusmão Castelo Branco.

Figura 13 – Zuleide Fernandes Bogéa (1º Deputada estadual do Maranhão)



Fonte: Arquivo pessoal/ família, 1934.

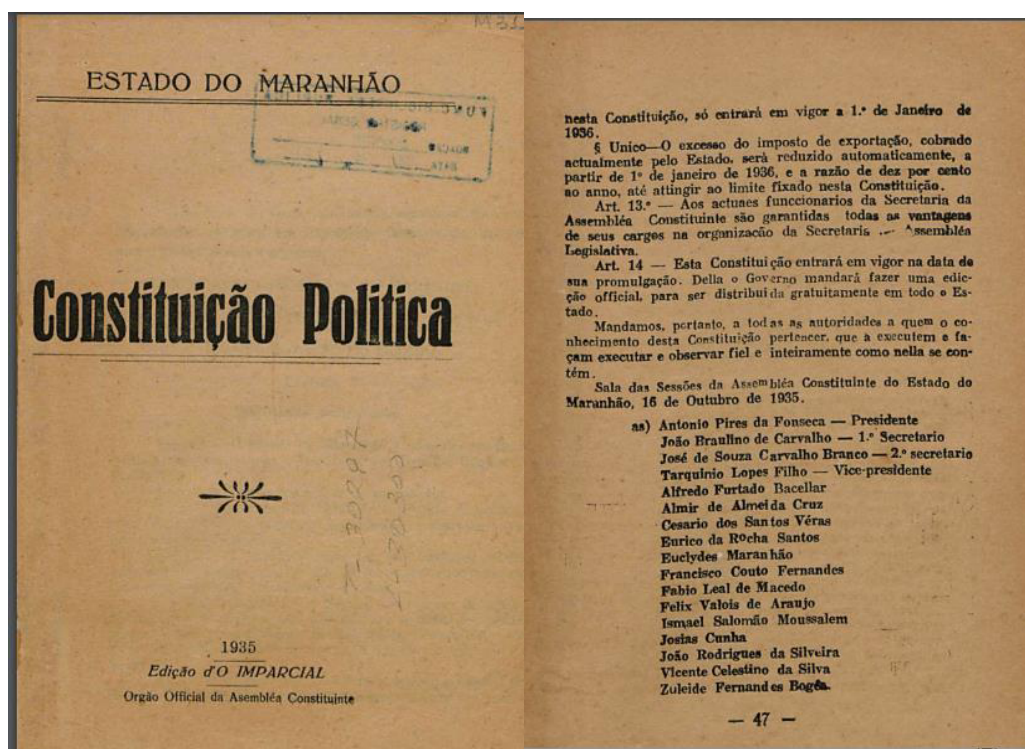
Em 1934, Lilah Lisboa de Araújo funda a Ação Feminina Integralista da Província do Maranhão. A professora de piano, aluna de Heitor Villa-Lobos, reconhecida pela fundação da Sociedade de Cultura Artística do Maranhão, foi a única candidata ao cargo de deputada federal naquele ano, mas não se elegeu.

De acordo com Milson Coutinho, foi uma disputa bastante acirrada. Concorreram 300 candidatos à Assembleia Constituinte e mais 50 para a Câmara Federal. A batalha judiciária para garantir a diplomação dos eleitos também foi acirrada. Nesse processo, o diploma da deputada Rosa Castro foi cassado.

Ainda segundo Coutinho, o Maranhão era um estado marcado pela violência política. Temendo as perseguições e retaliações do Interventor Martins de Almeida, conhecido por mandar espancar adversários, 16 deputados entraram com pedido de *habeas corpus* para garantir o direito de se reunir. Somente em 20 de junho de 1935, dia da instalação da Constituinte, a deputada Zuleide Bogéa e os demais parlamentares eleitos assumiram oficialmente o mandato (Coutinho, 1981).

A segunda mulher na Assembleia Constituinte do Maranhão tomou posse no dia 1º de agosto de 1935. A deputada Hildenê Gusmão Castelo Branco assumiu o cargo após a renúncia de Franklin Viégas. Além do Diário Oficial da Assembleia Constituinte, na edição da Constituição Política do Estado, imprensa pelo Jornal O Imparcial (Figura 14) e dos breves relatos acerca da atuação da deputada Hildenê no livro de Milson Coutinho, não foram encontrados registros sobre a trajetória da parlamentar.

Figura 14 – Edição, O Imparcial da Constituição Política do Maranhão (1935)



Fonte: Acervo Digital Biblioteca Benedito Leite

No dia 10 de junho de 1937, com apoio dos militares, integralistas e intelectuais, Getúlio Vargas instaurou, por meio de um golpe, o chamado Estado Novo. O presidente cassou os partidos políticos e suspendeu a Constituição de 1934. A ditadura getulinista durou até 1945.

Após o período conhecido como Estado Novo, em 1946, uma nova Assembleia Constituinte foi instalada. No Maranhão, a ex-prefeita da cidade de Coelho Neto, Dalva Bacelar, foi a única deputada maranhense a tomar posse na Assembleia Constituinte do Estado (Ferreira, 2010, p. 26, 98). Em sua passagem pelo parlamento, de 1947 a 1951, Dalva Bacelar precisou lidar com o furor das disputas internas pelo poder, destilado, principalmente, pelo deputado Fernando Viana, adversário da família da parlamentar (Buzar *apud* Ferreira, 2010), e encerrou a carreira política ao final do mandato. (Figura 15).

Figura 15 – Deputada Dalva Bacelar (Única Deputada Estadual Constituinte – 1947)



Fonte: Arquivo pessoal/ família, 1940

Em 1967, no Maranhão, a advogada Lia Rocha Varela ficou na suplência de deputada estadual. Eleita vereadora, em 1975, foi a única mulher a presidir a Câmara Municipal e a primeira mulher afrodescendente a assumir a prefeitura de uma capital brasileira (Figura 16).

Figura 16 - Lia Rocha Varela (1967)



Fonte: Blog Diego Emir, 2022.

Somente em 1978, outra mulher foi eleita para o cargo na Assembleia Legislativa do Maranhão, a deputada Maria da Conceição S. Mesquita. A candidata do PMDB foi reeleita em 1982, permanecendo por dois mandatos consecutivos na casa legislativa.

Tal situação demonstra que, embora a conquista do voto feminino tenha sido um marco significativo para a concretização de direitos sociais, as mulheres continuaram enfrentando grandes obstáculos para participar das disputas eleitorais e ocupar posições de liderança, seja nos partidos políticos ou em qualquer esfera de poder.

Na linha do tempo que destaca marcos de conquistas simbólicas, apenas 188 anos após a instalação da ALEMA, uma mulher foi eleita presidente do parlamento estadual. Embora, ao longo da história do parlamento, a presença feminina não tenha alcançado a equidade desejada, a eleição da enfermeira e ex-prefeita do município de Urbano Santos, Iracema Vale, inaugurou uma nova era na ALEMA, evidenciando a necessidade de ajustes em uma instituição que sempre foi comandada por homens.

Um exemplo foi a presidência do Grupo de Esposas dos Deputados do Maranhão (Gedema), que, tradicionalmente, era ocupada pela esposa do Chefe do Parlamento. Na atual gestão, esse cargo é ocupado por Carol Duailibe, esposa do primeiro secretário da Mesa Diretora, o deputado Antônio Pereira.

A deputada estadual Iracema Cristina Vale, filiada ao Partido Socialista Brasileiro, foi a mais votada entre todos os deputados nas eleições de 2022, com 104.729 votos. A expressiva votação foi um dos fatores que contribuíram para sua escolha como a primeira presidente da ALEMA (Figura 17).

Figura 17 – Deputada Iracema Cristina Vale (Presidente ALEMA)



Fonte: Assembleia Legislativa do Maranhão, 2023.

A eleição unânime da primeira mulher para presidir a ALEMA ocorreu em outro momento histórico, quando a bancada feminina é a maior de todos os tempos. Das 42 cadeiras ocupadas no Plenário Deputado Nagib Haickel, doze são ocupadas por mulheres, incluindo a atual presidente.

Além de Iracema Vale, foram eleitas Solange Almeida (PL), Ana do Gás (PCdoB), Andreia Rezende (PSB), Cláudia Coutinho (PDT), Daniella (PSB), Doutora Vivianne (PDT), Abigail Cunha (PL – licenciada e atual Secretária de Estado da Mulher-MA), Edna Silva (Patriotas), Fabiana Vilar (PL), Janaína Ramos (Republicanos) e Mical Damasceno (PSD) (Figura 18).

Figura 18 – Bancada Feminina da ALEMA



Fonte: Assembleia Legislativa do Maranhão, 2023

Em 16 de junho do ano corrente, a deputada Iracema Vale foi reeleita para continuar no comando da Assembleia Legislativa do Maranhão, após a promulgação da Resolução nº 1.117/2023, que permite a eleição da Mesa Diretora do 2º Biênio, ainda durante os primeiros meses do mandato. A reeleição significa que a deputada chefiará a Assembleia Legislativa nos quatro anos de mandato.

### 3.2 Trajetórias e produtividade.

Ao observar o ingresso e as trajetórias de acesso das mulheres ao legislativo, confirma-se o que a cientista social Clara Araújo (2010) relatou em seu estudo: o parentesco tem sido considerado uma rota importante de acesso feminino à política institucional. Essa característica de acesso também alcança os homens, que herdam capitais políticos de seus pais, irmãos, tios

ou avós, como uma estratégia de manutenção do poder político/ familiar, em que se pesem as relações patriarcais de dominação.

Atualmente, 14 anos após o estudo de Araújo, verifica-se que, no Maranhão e demais estados brasileiros, as ligações familiares continuam sendo a principal via de inserção na política, tanto para homens quanto para mulheres. Entre os deputados estaduais da atual legislatura, pelo menos oito têm ligações de parentesco na política. Entre as mulheres, a maioria foi ou é primeira-dama de municípios maranhenses.

Além dos laços familiares, Ferreira (2010) aponta outras duas maneiras de as mulheres adentrarem na política: militância ou por se destacarem em suas atividades profissionais.

Percebe-se que tratando das (os) parlamentares advindas (os) do interior do Maranhão, elas (es) constroem uma ação política a partir da vida pública e do envolvimento nos problemas municipais que têm funcionado, como uma espécie de escola na formação política (Ferreira, 2010, p.127).

Na 20ª Legislatura da ALEMA, um exemplo é a presidente da Casa, a deputada Iracema Vale, que construiu seu capital político<sup>8</sup>, a partir da carreira na área da saúde, atuando na gestão de hospitais e secretarias municipais. Ela é enfermeira e funcionária pública federal. Nos anos 2000, Iracema Vale foi convidada a se candidatar ao cargo de vereadora na cidade de Urbano Santos, cidade onde iniciou sua trajetória política e onde, além de vereadora, foi prefeita por dois mandatos, entre 2012 e 2016.

As biografias de todas as parlamentares que ocuparam cargos na Assembleia Legislativa do Maranhão, a partir de 1935, publicadas no artefato<sup>9</sup> desta pesquisa, demonstram a longa trajetória de atuação nas bases, antes de assumir qualquer mandato. No entanto, o trabalho realizado por elas, apesar de contar positivamente para a aquisição do capital político<sup>4</sup>, não facilita ou reduz o preconceito e os desafios enfrentados durante a campanha eleitoral, nas relações com os partidos e ao longo do mandato conquistado.

Essa difícil relação com os partidos foi apresentada por Mary Ferreira (2006). Em depoimento à pesquisadora, a deputada Helena Barros Heluy afirmou que o comportamento conservador com as mulheres também ocorre nos partidos de esquerda, e a deputada Telma Pinheiro (2005) descreveu situações em que precisou se impor. "Não foi fácil chegar aqui,

---

<sup>4</sup> Para a sociologia de Bourdieu, o capital político é, em grande medida, uma espécie de capital simbólico: o reconhecimento da legitimidade daquele indivíduo para agir na política. Miguel (2003) 4. O site: [elapolitica.com.br](http://elapolitica.com.br) (2024) é o produto/artefato entregue em cumprimento aos requisitos do mestrado profissional da Universidade Federal do Maranhão. (UFMA). Nessa modalidade, os profissionais discentes são capacitados para entregar por meio do produto, soluções para problemas que envolvem o mercado de trabalho.

dentro do partido, foi muita luta! Brigando, eu batia na mesa para quebrar as barreiras machistas do partido".

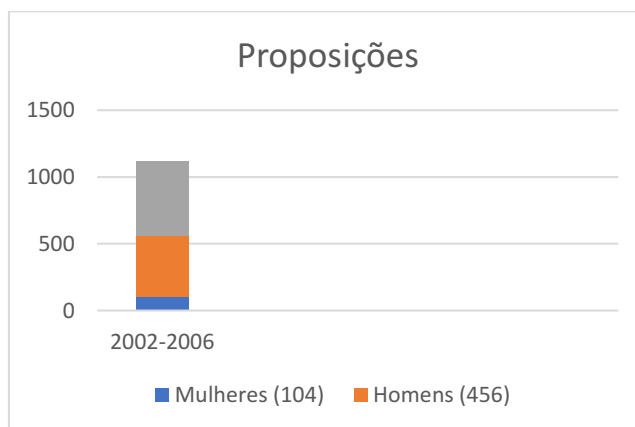
A cultura machista que se mantém na sociedade, e costuma exigir muito mais das mulheres, que ingressam na política - sem deixar de lado as funções de mãe, esposa e dona do lar – foi tema da entrevista concedida por 10 das 12 deputadas estaduais maranhenses ao *Programa Toda Mulher*, apresentado por mim, na TV Assembleia do Maranhão, em março de 2024.

Essa sociedade já se acostumou a um sistema dominado a muito tempo por homens, e às vezes, um comportamento, um gesto, uma atitude de uma mulher, é questionada. Nós somos questionadas até por estarmos aqui. Muitas aqui conhecem a política de base dos municípios de grande e pequeno porte, mas sempre nos condicionaram aos nossos companheiros, aos nossos esposos. Isso é algo que nós temos desconstruído ao longo do tempo. É a nossa identidade, é o nosso valor, nós estamos aqui por nossa capacidade, por outras mulheres (...) apesar de termos companheiros que nos apoiam (Toda Mulher [...], 2024).

Hoje as mulheres que estão à frente da Assembleia Legislativa, com mandato de deputadas, são mulheres que fazem a política lá na base, que têm se levantado e se empoderado e ocupado um espaço que é delas, é nosso, que é das mulheres. (...) Às vezes eu sou muito cobrada. A primeira mulher presidente da Assembleia tem que fazer melhor, tem que fazer diferente, como se fosse uma obrigação. Gosto de dizer que eu não estou presidente da Assembleia, não é porque sou mulher, mas porque estou há 30 anos na política e tive apoio dos 41 deputados. Eu soube me articular também, soube conversar para que chegassem ao consenso no meu nome. (...) A gente sempre dá o nosso melhor, mas é como se a gente sempre fosse cobrada, mais do que os demais (Toda Mulher [...], 2024).

Ferreira (2010) demonstra que a presença das mulheres exercendo mandatos nas casas legislativas está diretamente relacionada ao aumento de proposições de políticas públicas, a maioria delas voltadas para as questões de gênero.

Gráfico 1 – Produtividade das parlamentares (2002 a 2006).

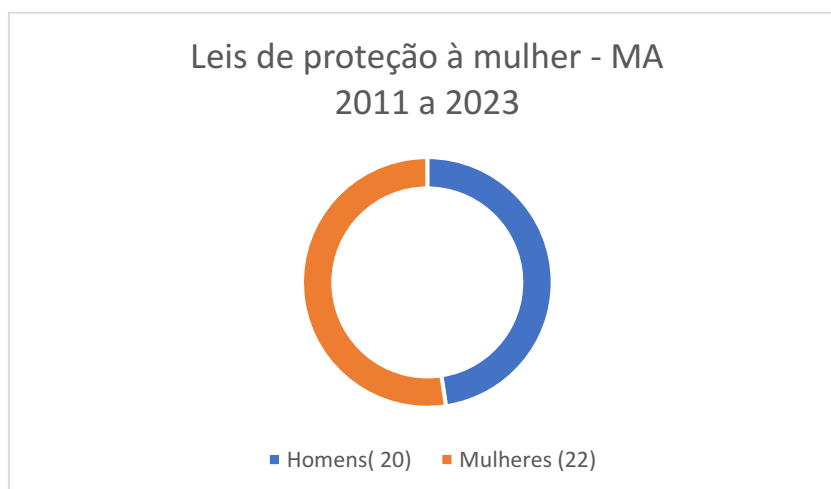


Fonte: Ferreira (2010)

Entre 2002 e 2006, o estudo de produtividade por gênero da pesquisadora apontou que, no total, "os 35 deputados elaboraram 456 projetos de leis. Já as deputadas daquela legislatura apresentaram 104 PLs. Proporcionalmente, significa que as sete deputadas elaboraram 11,54% a mais que os colegas homens" (Gráfico 1).

Ao analisar as leis estaduais <sup>5</sup>, em vigor no Maranhão, destinadas a proteção da mulher e oriundas de projetos de leis de autoria dos deputados e deputadas estaduais, verifica-se que entre 2011 e 2023 foram sancionadas e promulgadas apenas 42 leis destinadas ao cuidado e proteção do gênero no Estado, a exemplo das leis nº 10.253/15 “que garante atendimento integral com a prestação de serviços médicos, psicológicos e jurídicos, 24 horas por dia, a mulher vítima de violência” e a lei 11319/20, “que obriga bares, restaurantes, casas noturnas e estabelecimentos congêneres a adotar medidas de auxílio à mulher que se sinta em situação de risco/ vulnerabilidade” (Figura 19).

Gráfico 2 – Leis para mulheres – MA



Fonte: Leis Estaduais do Maranhão

Das 42 leis sancionadas, apenas 22 têm autoria das deputadas estaduais (Gráfico 02). A quantidade de proposições de deputadas encaminhadas à sanção do Poder Executivo aumenta na medida em que o número de parlamentares femininas é maior no legislativo estadual. Em

<sup>5</sup> As leis estaduais do Maranhão, estão disponíveis para acesso no site: <https://leisestaduais.com.br/ma/>. Seguindo os protocolos da ALEMA, os projetos de lei de autoria dos parlamentares são, primeiramente, analisados pelas Comissões permanentes da Casa, que versam sobre o tema, e, pela CCJ (Comissão de Constituição Justiça e Cidadania), para análise da constitucionalidade do projeto. Após aprovação das Comissões, o PL segue para a votação no Plenário e depois de aprovado, fica aguardando a sanção final do Executivo.

2015, o levantamento aponta apenas uma única lei destinada à mulher. Nesse período, a bancada feminina da ALEMA contava com seis deputadas estaduais. Já em 2018, o número de deputadas aumentou para dez, duas delas suplentes. Durante essa legislatura, encerrada em 2022, foram sancionadas 26 leis.

A partir de 2023, ano da primeira mulher eleita presidente da Assembleia Legislativa do Maranhão e da maior bancada feminina, 12 deputadas estaduais, no intervalo de seis meses, ou seja, até julho, 14 leis de combate à violência, proteção, promoção de saúde e valorização da mulher estão em vigor no Maranhão. Entre elas (Quadro 1):

Quadro 1 – Exemplos de leis de autoria das deputadas estaduais.

| <b>Data</b>     | <b>Lei</b>    | <b>PL</b>           | <b>Texto</b>                                                                                                                                                                                                                                     |
|-----------------|---------------|---------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>Ab/23</b>    | <b>11.913</b> | <b>Ana do Gás</b>   | Dispõe sobre a proibição da veiculação de publicidade de cunho misógino, sexista ou estimuladora de qualquer tipo de agressão ou violência sexual contra a mulher no âmbito do Estado do Maranhão.                                               |
| <b>Nov/23</b>   | <b>12.118</b> | <b>Daniela</b>      | Proíbe a utilização do nome ou da imagem de uma mulher vítima de feminicídio ou de violência doméstica, por parte do agressor ou de sua família, em mídias, propagandas ou entrevistas, sejam virtuais ou impressas no estado maranhense.        |
| <b>Jul/2023</b> | <b>11.990</b> | <b>Iracema Vale</b> | Dispõe sobre a necessidade e obrigatoriedade de viabilizar, no ato da matrícula escolar, formulário para denúncia de violência contra a mulher, nas unidades de ensino da rede pública e privada do Estado do Maranhão e dá outras providências. |

Fonte: <https://leisestaduais.com.br/ma>

As informações reforçam que a presença das mulheres no legislativo contribui com a produção de normas de proteção às mulheres, o que é essencial para combater a violência de gênero e estimula que os parlamentares também se envolvam no debate e contribuam com o avanço da legislação.

### 3.3 Mapeando a presença das Deputadas na ALEMA

Foco desta pesquisa, o mapeamento da presença da mulher na política maranhense, especificamente na Assembleia Legislativa do Maranhão, é ponto essencial para a construção social do saber histórico relacionado à memória do Parlamento.

Ao citar o sociólogo francês Maurice Halbwachs no trabalho *Halbwachs: memória coletiva e experiência*, Schmidt e Mahfoud (1993) lembram que a memória é um trabalho de reconhecimento e reconstrução que atualiza os "quadros sociais" ao dar vitalidade aos objetos culturais e sublinhar momentos históricos significativos. “Para que a memória dos acontecimentos não se disperse, não se perca, deve ocorrer a fixação por escrito das narrativas, pois ‘os escritos permanecem, enquanto as palavras e o pensamento morrem’” (Halbwachs, 2004, p. 101).

Diante do atual contexto, no qual o avanço tecnológico permite a criação de inúmeras plataformas de acesso à informação, sendo este acesso também um direito da sociedade, justifica-se a necessidade da existência de meios digitais de responsabilidade das instituições públicas para a preservação da memória guardada em acervo físico. As instituições públicas, além de disponibilizar o material e indicar as fontes, também asseguram a veracidade dos relatos e documentos históricos depositados na base de dados.

As transformações contemporâneas associam, assim, mudanças de paradigmas, inovações tecnológicas e novos processos comunicacionais e culturais que estruturam novas relações entre os contextos locais e globais. As instituições de memória têm seu papel reconfigurado nesse novo quadro. Considerando que as perspectivas de acesso remoto criadas com as novas tecnologias permitem emergir outros mecanismos de reconhecimento do passado (Tavares, 2012, p. 18).

O cuidado com a preservação da memória da ALEMA é muito recente. Relatos de servidores da Casa apontam que a organização do arquivo da instituição iniciou-se por volta do final da década de 1970. Em 1981, o magistrado e historiador, Milson Coutinho, publicou livros no intuito de recuperar essa memória (Coutinho, 1988).

Nas publicações constam alguns fatos históricos e dados sobre parlamentares com mandatos na Casa entre o período de 1835 a 1989. Há poucos relatos sobre a presença e atuação das parlamentares nesse intervalo de tempo.

Ainda é um desafio elaborar uma pesquisa abordando esse tema historiográfico e socialmente significativo. A quase invisibilidade feminina no passado na documentação comumente utilizada é o primeiro dos desafios que encontramos, seguido pela fragmentação e dispersão das fontes e pela representação masculina das mulheres em diversos períodos da nossa História (Costa; Castro, 2022, p. 153).

Na tese de doutorado, *Bastidores da Tribuna: Mulher, política e poder no Maranhão*, da bibliotecária, doutora em Sociologia e mestre em Políticas Públicas, professora Mary Ferreira, é possível conhecer os nomes das deputadas estaduais que exerceram mandatos na ALEMA entre 1934 e 2006. (Ferreira, 2010). Após inclusão das suplentes, atualizei o quadro.

Ao observar nos quadros 2, 3 e 4 o quantitativo de deputadas maranhenses percebe-se que em nenhuma das legislaturas, inclusive a atual (2023-2026), elas alcançaram 30% dos assentos no Parlamento Estadual. O aumento está relacionado ao avanço na legislação eleitoral e garantia de direitos conquistados a partir de 1988, com a nova Constituição Federal.

Quadro 2 – Deputadas Estaduais do Maranhão (1934-1998)

| ANO  | ELEITAS | NOME                                | PARTIDO     | MANDATOS | ANO       |
|------|---------|-------------------------------------|-------------|----------|-----------|
| 1934 | 02      | Hildenê Castelo Branco              | Republicano | 02       | 1934 /45  |
|      |         | Zuleide Violeta<br>Fernandes Bogéa  | URM         | 01       | -         |
| 1947 | 01      | Maria Dalva Bacelar                 | PPB         | 01       | -         |
| 1966 | 01      | Yolanda Campos Silva                | MDB         | 01       | 1967/1971 |
| 1966 | 01      | Lia Rocha Varela<br>(suplente)      | ARENA       | -        | 1967      |
| 1978 | 01      | Maria da Conceição S.<br>Mesquita   | MDB         | 02       | 1979/83   |
| 1986 | 01      | Conceição Andrade                   | PMDB        | 01       | 1987/1991 |
| 1990 | 02      | Maura A. de Melo<br>Ribeiro         | PFL         | 05       | 1991-1994 |
|      |         | Marly Gonçalves Abdala              | PFL         | 03       | 1991/1994 |
| 1994 | 03      | Marly Gonçalves Abdala              | PFL         | -        | 1995/1998 |
|      |         | Janice dos Santos Braide            | PFL         | 03       | 1995/1998 |
|      |         | Maria Aparecida<br>Cardoso de Sousa | PFL         | 01       | 1995-1998 |
| 1998 | 11      | Maura A. de Melo<br>Ribeiro         | PFL         | -        | 1998/2002 |
|      |         | Marly Gonçalves Abdala              | PFL         | -        | 1999/2002 |
|      |         | Malrinete Santos V.<br>Gualharda    | PFL         | 01       | 1999/2002 |
|      |         | Telma Ribeiro Pinheiro              | PFL         | 02       | 1999/2002 |
|      |         | Luzivete Botelho da<br>Silva        | PFL         | 01       | 1999/2002 |
|      |         | Janice dos Santos Braide            | PSD         | -        | 1999/2002 |
|      |         | Sandra Maria C.<br>Rodrigues        | PMDB        | 01       | 1999/2002 |
|      |         | Maria da Graça Melo                 | PL          | 01       | 1999/2002 |
|      |         | Maria Tereza Trovão<br>Murad        | PSB         | 02       | 1999/2002 |

|  |  |                         |    |    |           |
|--|--|-------------------------|----|----|-----------|
|  |  | Helena Barros Heluy     | PT | 03 | 1999/2002 |
|  |  | Maria Aparecida Queiroz | PL | 01 | 1999/2002 |

Fonte: (Ferreira, 2010, p. 104) com atualizações da autora

De acordo com os quadros acima entre 1934 – quando o voto obrigatório feminino estava efetivado em lei - até 1990 apenas 08 mulheres obtiveram, por meio do voto, mandatos na ALEMA (Hildenê Castelo Branco, Zuleide Bogéa, Maria Dalva Bacelar, Yolanda Campos Silva, Maria S. de Conceição Mesquita, Conceição Andrade, Marly Gonçalves Abdalla e Maura Jorge de Melo Ribeiro).

Entre 1994 e 1998, 14 mulheres ocuparam mandatos na casa legislativa. Desconsiderando as reeleições, foram elas: Marly Gonçalves Abdala, Janice dos Santos Braide, Maria Aparecida Cardoso de Sousa, Maura Jorge de Melo Ribeiro, Malrinete Santos V. Gralhada, Telma Ribeiro Pinheiro, Luzivete Botelho da Silva, Sandra Maria C. Rodrigues, Maria Graça Melo, Tereza Murad, Helena B. Heluy e Maria Aparecida Queiroz. A deputada Janice Braide, na legislatura de 1998, ingressou como suplente.

Quadro 3 – Deputadas Estaduais do Maranhão (2002 a 2006)

| ANO         | ELEITAS | NOME                           | PARTIDO | MANDATOS | ANO       |
|-------------|---------|--------------------------------|---------|----------|-----------|
| <b>2002</b> | 08      | Maura Jorge A. de Melo Ribeiro | PFL     | -        | 2002/2006 |
|             |         | Cristina Archer                | PTB     | 01       | 2003/2006 |
|             |         | Telma Ribeiro Pinheiro         | PSDB    | -        | 2002/2006 |
|             |         | Janice dos Santos Braide       | PTB     | -        | 2003/2006 |
|             |         | Maria da Graça Paz             | PDT     | 04       | 2002/2006 |
|             |         | Maria Tereza T. Murad          | PMDB    | -        | 2002/2006 |
|             |         | Helena Barros Heluy            | PT      | -        | 2002/2006 |
|             |         | Socorro Waquim                 | PMDB    | 01       | 2003/2006 |
| <b>2006</b> | 09      | Maura Jorge A. de Melo Ribeiro | PFL     | -        | 2006/2010 |
|             |         | Eliziane Gama                  | PPS     | 02       | 2006/2010 |
|             |         | Cleide Coutinho                | PSB     | 03       | 2006/2018 |
|             |         | Gardênia Castelo               | PSDB    | 02       | 2010/2010 |

|  |  |                                      |      |    |           |
|--|--|--------------------------------------|------|----|-----------|
|  |  | Maria da Graça Paz                   | PDT  | -  | 2006/2010 |
|  |  | Fátima Vieira                        | PMDB | 01 | 2006/2010 |
|  |  | Helena Barros Heluy                  | PT   | -  | 2006/2010 |
|  |  | Janice Braide (suplente)             | PTB  |    | 2009/2010 |
|  |  | Graciete de Maria<br>Trabulsi Lisboa | PSDB | 01 | 2007/2001 |

Fonte: (Ferreira, 2010 p. 104) com atualizações da autora

Entre 2002 e 2006 observa-se que a presença feminina manteve a média entre as duas legislaturas. O mesmo ocorreu entre 2010 e 2014, havendo inclusive uma redução de mulheres eleitas para ALEMA, de 08 para 06 deputadas.

Quadro 4 – Deputadas Estaduais do Maranhão (2010 a 2022)

| ANO  | ELEITAS | NOME                    | PARTIDO | MANDATO | ANO       |
|------|---------|-------------------------|---------|---------|-----------|
| 2010 | 08      | Vianey Bringel          | PMDB    | 01      | 2010/2014 |
|      |         | Gardênia Castelo        | PSDB    | -       | 2010/2014 |
|      |         | Valéria Macedo          | PDT     | 02      | 2010/2014 |
|      |         | Graça Paz               | PDT     | -       | 2010/2014 |
|      |         | Cleide Coutinho         | PSB     | -       | 2010/2014 |
|      |         | Eliziane Gama           | PPS     | -       | 2010/2014 |
|      |         | Francisca Primo         | PT      | 02      | 2010/2014 |
|      |         | Priscylla Sá (suplente) | PT do B | 1       | 2011/2012 |
| 2014 | 06      | Valéria Macedo          | PDT     | -       | 2014/2018 |
|      |         | Francisca Primo         | PT      | -       | 2014/2018 |
|      |         | Graça Paz               | PSL     | -       | 2014/2018 |
|      |         | Andrea Murad            | PMDB    | 01      | 2014/2018 |
|      |         | Nina Melo               | PMDB    | 01      | 2014/2018 |
|      |         | Ana do Gás              | PRB     | 03      | 2014/2018 |
| 2018 | 10      | Detinha                 | PR      | 01      | 2018/2022 |
|      |         | Cleide Coutinho         | PDT     | -       | 2018/2022 |
|      |         | Betel Gomes (suplente)  | MDB     | 01      | 2021/2022 |
|      |         | Thaiza Ortegá           | PP      | 01      | 2018/2022 |
|      |         | Andréa Rezende          | DEM     | 02      | 2018/2022 |
|      |         | Ana do Gás              | Pcdob   | -       | 2018/2022 |

|      |    |                              |               |    |           |
|------|----|------------------------------|---------------|----|-----------|
|      |    | Daniella                     | DEM           | 02 | 2018/2022 |
|      |    | Helena Duailibe              | Solidariedade | 01 | 2018/2022 |
|      |    | Mical Damasceno              | PTB           | 02 | 2018/2022 |
|      |    | Socorro Waquim<br>(suplente) | PP            |    | 2018/2022 |
| 2022 | 12 | Iracema Vale                 | PSB           | 01 | 2023/2026 |
|      |    | Daniella                     | PSB           | -  | 2023/2026 |
|      |    | Andrea Rezende               | PSB           | -  | 2023/2026 |
|      |    | Mical Damasceno              | PSD           | -  | 2023/2026 |
|      |    | Fabiana Vilar                | PL            | 01 | 2023/2026 |
|      |    | Solange Almeida              | PL            | 01 | 2023/2026 |
|      |    | Janaina                      | Republicanos  | 01 | 2023/2026 |
|      |    | Abigail Cunha                | PL            | 01 | 2023/2026 |
|      |    | Ana do Gás                   | PCdoB         | -  | 2023/2026 |
|      |    | Cláudia Coutinho             | PDT           | 01 | 2023/2026 |
|      |    | Dra. Vivianne                | PDT           | 01 | 2023/2026 |
|      |    | Edna Silva                   | Patriota      | 01 | 2023/2026 |

Fonte: (Autora, 2024)

Observa-se também que no período destacado na pesquisa, compreendido entre 2002 e 2022, (Quadros 3 e 4) 53 mandatos foram conquistados por mulheres. Ao desconsiderar as reeleitas, as parlamentares de primeiro mandato da virada do século XX para o XXI foram: Cristina Archer, Socorro Waquim, Maria da Graça Paz, Vianey Bringel, Gardênia Castelo, Eliziane Gama, Cleide Coutinho, Valéria Macedo, Francisca Primo, Andrea Murad, Nina Melo, Ana do Gás, Detinha, Thaiza Ortegá, Daniella, Helena Duailibe, Mical Damasceno, Andrea Rezende, Iracema Vale, Fabiana Vilar, Solange Almeida, Janaína Ramos, Abigail Cunha, Cláudia Coutinho, Dra Vivianne e Edna Silva.

Sendo assim, de acordo com o mapeamento apresentado, de 1934 até o período atual, desconsiderando reeleições, apenas 45 mulheres foram eleitas para o parlamento estadual maranhense e outras 05 suplentes assumiram o mandato somente uma vez, por um breve período. (Lia Varella (1967), Janice Braide (2006), Priscylla Sá (2011), Socorro Waquim(2020) e Betel Gomes (2021)), totalizando 50 mulheres exercendo 75 mandatos de deputadas estaduais do Maranhão, nos últimos 90 anos.

Apesar do número pouco expressivo se comparado ao gênero masculino com mandatos eletivos na ALEMA, o Maranhão sempre teve destacada presença de mulheres no meio político

brasileiro. A primeira mulher a governar um estado brasileiro foi a maranhense Roseana Sarney. Nice Lobão, Márcia Marinho, Terezinha Fernandes, Amanda Gentil, Detinha Rodrigues, Ana Paula Lobato, Eliziane Gama e Roseana Sarney representaram e continuam representando o Estado em mandatos eletivos no Congresso Nacional (Câmara e Senado Federal).

Avanços na legislação brasileira, destinada à proteção e ao apoio à participação das mulheres na política têm a contribuição das legisladoras. Ao ocupar esses espaços, elas atuam para a implantação de políticas públicas voltadas para o gênero e para a ampliação do debate e criação de estratégias para garantir essa presença.

Ao comparar a presença deputadas da ALEMA, entre os séculos XX e XXI, é possível perceber que, apesar dos esforços, o percentual de mandatos de mulheres na casa legislativa estadual maranhense nunca chegou a 30%. Na atual legislatura, da maior bancada feminina, o percentual é menor que 29% (28,57%).

O dado reflete ao resultado da pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE), referente a 2023, que trata sobre a representatividade de mulheres em cargos do poder público, na pesquisa Estatísticas de Gênero. O estudo coloca o Brasil na 133ª posição do ranking que avaliou 186 países sobre a proporção de parlamentares mulheres em exercícios em seus respectivos governos (Andrade, 2024). Cenário que requer ações conjuntas e efetivas de toda a sociedade, para o alcance da sonhada equidade de gênero na política brasileira.

#### **4 LEIS E ESTRATÉGIAS DE AMPARO**

Em âmbito nacional, foi a Constituição Federal de 1988, que ao estabelecer a igualdade entre homens e mulheres como direito fundamental no artigo 5º, inciso I, trouxe impactos importantes e emancipatórios às mulheres e ao debate de equidade de gênero no país.

O Lobby do Batom e o Conselho Nacional do Direito da Mulher, criado em 1985 pelo Ministério da Justiça contribuíram para a inclusão de direitos na Carta Magna. Foi um movimento que buscava a “construção de uma sociedade verdadeiramente cidadã e democrática” (Pitanguy, 2011, p. 2).

Mais tarde, em 1995, o projeto da chamada Lei de Cotas de autoria da deputada federal Marta Suplicy, solicitava que às mulheres deveria ser reservado no mínimo 30% das candidaturas aos cargos legislativos do Brasil. Após análise do Congresso o texto foi alterado e o percentual proposto foi reduzido para 20%. A iniciativa da Lei 9.100/1995 voltou a ser apreciada em 2009 por meio de um novo projeto, que determinou aos partidos o mínimo de 30% ou o máximo de 70% de candidaturas femininas.

As cotas surgem como exemplo de ações afirmativas, propostas a partir da IV Conferência Mundial sobre a Mulher das ONU, realizada em Pequim, em 1995. O encontro reuniu representantes dos países membros para debater os anseios das mulheres do mundo, considerando a diversidade e condições de vida para promoção da dignidade. A resultado foi traduzido em documentos com objetivos estratégicos em doze áreas, formalizados na Declaração de Pequim e Plataforma de Ação<sup>6</sup>, na qual constatou-se, entre tantas, questões que:

O empoderamento da mulher e sua total participação, em base de igualdade, em todos os campos sociais, incluindo a participação no processo decisório e o acesso ao poder, são fundamentais para a realização da igualdade, do desenvolvimento e da paz. (Organização das Nações Unidas, 1995, p. 152).

Contudo, a visível exclusão das mulheres, sobretudo nos espaços de poder e decisão, demonstra que muitos obstáculos continuam impedindo a equidade de gênero. Apesar dos direitos conquistados, efetivamente, as normas não garantem participação equitativa nesses espaços. Elas estão cada vez mais presentes na política não institucional, mas tal fato não indica progressão de presença na política formal.

Ao citar as recomendações do Comitê de Monitoramento da Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher, Jussara Reis Prá (2014) lembra que o direito ao voto e a participação nas esferas de poder convive com elementos patriarcais na cultura política que, relacionados a déficits em sistemas políticos, eleitorais e partidários, incidem restritivamente, no acesso das mulheres a cargos eletivos e à vida pública (CIDH, 2011, *apud.*, Prá, 2014, p.189).

Para Daniela Rezende (2017), a adoção das cotas eleitorais como importante estratégia de inclusão de mulheres carece de um debate sobre maneiras de ampliar o percentual de mulheres em cargos eletivos. A Doutora em Ciências Políticas, também chama a atenção para os constrangimentos associados à atuação daquelas que conseguem se eleger.

Isso indica que a demanda pela eleição de mais mulheres deve ser agregada a discussão sobre as regras e procedimentos que regulam sua atuação, uma vez que essas podem limitá-la (ou, mesmo, anulá-la) ou torná-la mais efetiva do ponto de vista da representação de mulheres. (Rezende, 2017, p.1213.).

---

<sup>6</sup> De acordo com informação disponibilizada no site do Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania do Brasil (2024), a Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial sobre a Mulher (Declaração de Pequim) constituem documentos com objetivos estratégicos em doze áreas prioritárias de preocupação relativas às mulheres. Tais objetivos buscam incidir diretamente sobre a legislação e as políticas públicas nos países-membros. O relatório nacional faz parte do processo de revisão da implementação dos compromissos assumidos pelo Brasil no âmbito da referida Declaração e Plataforma de Ação e antecede a avaliação dos instrumentos prevista para acontecer em 2020, durante a CSW64 (Comissão sobre a Situação da Mulher), nos termos da Resolução ECOSOC 2018/8.

No que versa sobre constrangimentos, citamos a violência política com um dos principais fatos que podem inclusive inibir o progresso das mulheres nos cargos eletivos.

Em 2021, a lei federal nº 14.192 de 4 de agosto, “estabeleceu normas para prevenir, reprimir e combater a violência política contra a mulher” (Brasil, 2021). A norma alterou a Lei dos Partidos Políticos (9.096/95), a Lei das Eleições (9.504/97) e o Código Eleitoral (4.737/65) para criminalizar notícias falsas durante a campanha eleitoral e assegurar a participação das mulheres em debates eleitorais proporcionalmente ao número de candidatos do sexo masculino às eleições referentes ao pleito.

A Lei sobre Violência Política de Gênero foi aplicada e pela primeira vez efetivada em 2022. De acordo com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) desde que foi sancionada até novembro de 2022, o Ministério Público Federal (MPF) registrou 112 procedimentos relacionados a violência política contra a mulher. Foram sete casos envolvendo humilhação, constrangimento ou ameaças a candidatas a cada 30 dias, no período de 15 meses.

A lei que trata de combate à misoginia e a discriminação política e eleitoral contra mulheres configura-se um grande avanço, já que, legalmente, garante às mulheres proteção ao direito político de concorrer e exercer o mandato conquistado por meio do voto, penalizando possíveis agressores que insistem em discriminar e tratar a mulher de forma desigual e desrespeitosa em virtude do sexo ou raça.

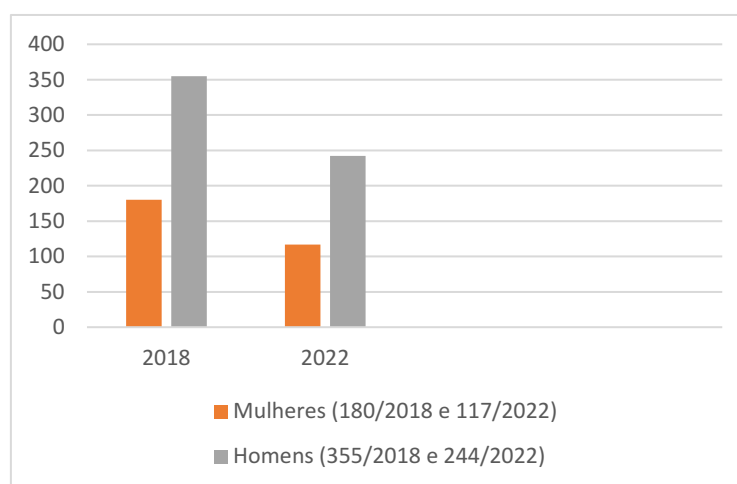
#### **4.1 PEC 117/2021**

No que diz respeito às leis eleitorais, outro avanço efetivo se deu com apoio da Emenda Constitucional 117, promulgada pelo Congresso Federal em 2021. A Proposta de Emenda Constitucional (PEC) obrigou os partidos políticos a destinarem no mínimo 30% dos recursos públicos para campanha eleitoral às candidaturas femininas. O que na prática não acontecia. (Brandão, 2022). Já havia uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) em 2018 sobre a distribuição de recursos, porém a validade sob risco de penalidade e pagamento de multa começou a valer apenas em 2021.

Os reflexos da PEC e da Lei 14.192 foram observados em 2022 e podem ter influenciado positivamente a quantidade de registros femininos. No Maranhão, por exemplo, segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), em 2018, apenas 267 mulheres lançaram seus nomes à disputa eleitoral no universo de 796 registros. Os números incluem candidatos a Governador (a) e vice, Deputados (as) Federais e estaduais e Senadores (as) da República. Já em 2022 das 959 candidaturas registradas no pleito, 318 eram mulheres.

No entanto, no que diz respeito ao cenário do parlamento estadual maranhense houve uma queda entre candidatos e candidatas. Em 2018, do total das 535 candidaturas para deputado estadual, 180 eram de mulheres e 355 eram de homens (Gráfico 3). Em 2022, o número de candidatas ao cargo de deputada estadual foi menor, apenas 117 do total de 359. Mantendo o percentual de participação feminina nas duas últimas eleições na média de 33%.

Gráfico 3 – Percentual da participação feminina nas eleições estaduais - MA (2018-2022)



Fonte: (Brasil, 2018) / Autoria própria

Apesar da redução do número de candidaturas de mulheres, inclusive de homens, em 2022, houve aumento da bancada feminina maranhense na esfera parlamentar estadual e federal, o que também indica os reflexos da PEC 117/2021. No pleito foram eleitas 3 deputadas federais e 12 deputadas estaduais. As parlamentares tomaram posse em 2023 e seguem atuando, respectivamente, na Câmara dos Deputados e na ALEMA.

Além das leis de proteção, o aumento no número de mulheres eleitas no Maranhão para o poder legislativo, também está relacionado a ampliação do debate sobre gênero e políticas públicas nos meios de comunicação e campanhas de combate à violência doméstica contra mulheres. Lutas que ganham o apoio das instituições públicas na medida em que as mulheres têm ocupado espaços de poder e decisão, na política partidária e na sociedade.

#### 4.2 Procuradoria Especial da Mulher: estratégia de apoio

A primeira Procuradoria Especial da Mulher foi instalada na Câmara dos Deputados dia 21 de maio de 2009 com o objetivo de zelar a participação política das mulheres e além disso, promover os direitos, receber denúncias e combater a discriminação e a violência contra as mulheres. A criação do órgão, 12 anos antes da sanção da lei federal 14.192, já demonstrava a

necessidade da proteção da mulher, inclusive durante o exercício da função pública. (Brasil, 2009).

No Brasil, das 27 unidades federativas – 26 estados e o Distrito Federal - até a data desta pesquisa - apenas 4 Assembleias Legislativas ainda não haviam instalado a Procuradoria da Mulher. Destas, 2 estão na Região Nordeste, Paraíba e Pernambuco. Na região Norte, apenas a Assembleia Legislativa do Acre não contava com a ferramenta. Das 23 Procuradorias da Mulher instaladas, a maioria foi criada entre 2018 e 2023, quase 10 anos depois da primeira unidade.

No quadro abaixo (5), que destaca a atual composição dos parlamentos estaduais brasileiros (2023-2026) também são evidenciadas as Assembleias Legislativas que, apesar de terem Procuradoria Especial da Mulher instaladas, não disponibilizam páginas específicas sobre a atuação do órgão. Suscitando a hipótese de que não há muito interesse no uso da ferramenta para ampliar a divulgação do papel da Procuradorias Especial da Mulher.

Quadro 5 – Assembleias Legislativas dos estados 2022-2023

| Assembleias Legislativas | Cadeiras | Deputadas | Instalação | Páginas Procuradoria Especial da Mulher                                                                                                                     |
|--------------------------|----------|-----------|------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Acre                     | 24       | 3         | -          | -                                                                                                                                                           |
| Alagoas                  | 27       | 6         | 2017       | <a href="https://www.al.al.leg.br/institucional/procuradoria-especial-da-mulher">https://www.al.al.leg.br/institucional/procuradoria-especial-da-mulher</a> |
| Amapá                    | 24       | 7         | 2018       | -                                                                                                                                                           |
| Amazonas                 | 24       | 5         | 2023       | -                                                                                                                                                           |
| Bahia                    | 63       | 8         | 2019       | <a href="https://www.al.ba.gov.br/procuradoria-da-mulher">https://www.al.ba.gov.br/procuradoria-da-mulher</a>                                               |
| Ceará                    | 46       | 9         | 2012       | <a href="https://www.al.ce.gov.br/paginas/procuradoria-especial-da-mulher">https://www.al.ce.gov.br/paginas/procuradoria-especial-da-mulher</a>             |
| Distrito Federal         | 24       | 4         | 2013       | <a href="https://www.cl.df.gov.br/procuradoria-especial-da-mulher">https://www.cl.df.gov.br/procuradoria-especial-da-mulher</a>                             |
| Espírito Santo           | 30       | 4         | 2017       | <a href="https://www.al.es.gov.br/Servicos/ProcuradoriaDaMulher">https://www.al.es.gov.br/Servicos/ProcuradoriaDaMulher</a>                                 |
| Goiás                    | 41       | 4         | 2023       | <a href="https://portal.al.go.leg.br/noticias/131011/procuradoria-da-mulher">https://portal.al.go.leg.br/noticias/131011/procuradoria-da-mulher</a>         |
| Maranhão                 | 42       | 12        | 2017       | <a href="https://www.al.ma.leg.br/sitealema/procuradoria-da-mulher/">https://www.al.ma.leg.br/sitealema/procuradoria-da-mulher/</a>                         |
| Mato Grosso              | 24       | 2         | 2022       | -                                                                                                                                                           |
| Mato G. do Sul           | 24       | 1         | -          | -                                                                                                                                                           |
| Minas Gerais             | 77       | 15        | 2021       | <a href="https://www.almg.gov.br/servicos/procuradoria-da-mulher/inicial/">https://www.almg.gov.br/servicos/procuradoria-da-mulher/inicial/</a>             |
| Pará                     | 41       | 7         | 2020       | <a href="https://www.alepa.pa.gov.br/Home/Page/ProcuradoriadaMulher">https://www.alepa.pa.gov.br/Home/Page/ProcuradoriadaMulher</a>                         |
| Paraíba                  | 36       | 6         |            | -                                                                                                                                                           |
| Paraná                   | 54       | 10        | 2019       | <a href="https://www.assembleia.pr.leg.br/promu">https://www.assembleia.pr.leg.br/promu</a>                                                                 |
| Pernambuco               | 49       | 6         |            | -                                                                                                                                                           |
| Piauí                    | 30       | 4         | 2020       | -                                                                                                                                                           |
| Rio de Janeiro           | 70       | 15        | 2023       | -                                                                                                                                                           |
| Rio Grande do Norte      | 24       | 5         | 2023       | <a href="https://www.al.rn.leg.br/promulhe">https://www.al.rn.leg.br/promulhe</a>                                                                           |
| Rio Grande do Sul        | 55       | 11        | 2015       | <a href="https://www.al.rs.gov.br/procuradoriadamulher/">https://www.al.rs.gov.br/procuradoriadamulher/</a>                                                 |
| Rondônia                 | 24       | 5         | 2019       | -                                                                                                                                                           |
| Roraima                  | 24       | 5         | 2016       | <a href="https://al.rr.leg.br/secretaria-especial-da-mulher">https://al.rr.leg.br/secretaria-especial-da-mulher</a>                                         |

|                |    |    |      |                                                                                                                                                                 |
|----------------|----|----|------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Santa Catarina | 40 | 3  | 2021 | <a href="https://bancadafeminina.alesc.sc.gov.br/procuradoria-especial-da-mulher/">https://bancadafeminina.alesc.sc.gov.br/procuradoria-especial-da-mulher/</a> |
| Sergipe        | 24 | 5  | 2018 | <a href="https://al.se.leg.br/procuradoria-da-mulher">https://al.se.leg.br/procuradoria-da-mulher</a>                                                           |
| São Paulo      | 94 | 25 | 2012 | -                                                                                                                                                               |
| Tocantins      | 24 | 3  | 2018 | -                                                                                                                                                               |

Fonte: Autoria própria

O mesmo ocorre ao buscar notícias nos sites das casas legislativas estaduais, com exceção das Assembleias Legislativas do Maranhão, Minas Gerais e Santa Catarina, nos demais parlamentos percebe-se atuação bastante tímida das Procuradorias Especiais das Mulheres. Por outro lado, as atividades divulgadas nos portais de notícias, nestes casos, costumam ser maiores durante o mês de março, quando se comemora o Dia Internacional da Mulher. (Quadro 5).

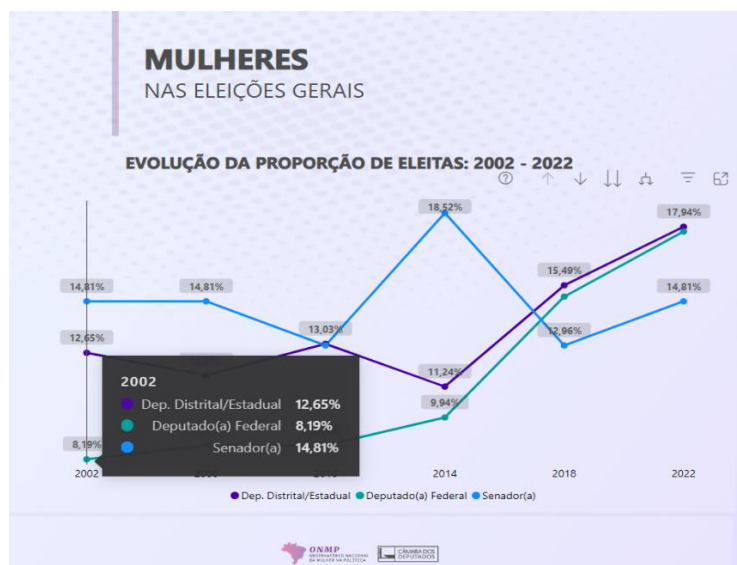
No entanto, é importante frisar que o aumento de Procuradorias Especiais da Mulher implantadas nas Assembleias Legislativas do Brasil coincide com o período em que houve aumento de 52,6% no número de mulheres eleitas para o poder legislativo.

Os dados referem-se ao pleito de 2018 em relação às eleições de 2014, segundo dados da Justiça Eleitoral. Em pleitos anteriores, de acordo com a professora Flávia Piovesan a representação das mulheres no âmbito estadual das Assembleias Legislativas apresentou avanço contínuo a partir de 1998.

Chegou a 8% no universo de 1.045 deputados estaduais eleitos em 1995 e 1998, tendo este percentual se elevado em 2000, com 10% de mulheres, no universo de 1.059 deputados estaduais eleitos no país. Em 2010, dos 1.059 deputados/as estaduais eleitos/as, 137 eram mulheres, ou seja, 13%. Tal como na esfera federal, as décadas de 1980 e 90 sinalizaram expressivo aumento de mulheres nos quadros das Assembleias Legislativas estaduais. (Piovesan, 2011, p.71).

O uso da tecnologia também facilitou a organização de dados que demonstram avanço da presença feminina nos espaços de poder. De acordo com Observatório Nacional da Mulher na Política – ferramenta da Câmara Federal que faz parte da Secretaria da Mulher e monitora participação delas na política brasileira nos últimos vinte anos, entre 2002 e 2022 – os percentuais demonstram aumento de candidatas eleitas na Câmara Federal (8, 19% para 17,74%) e nas Assembleias Legislativas (12,65% para 17,94%). Com exceção do Senado Federal que manteve o mesmo índice de 14,81%, no período avaliado a ocupação dos cargos legislativos, subiu cerca de 10%. (Gráfico 4 e 5).

Gráfico 4 – Evolução da proporção de mulheres eleitas- Brasil (2002)



Fonte: (Observatório [...], [2022])

Gráfico 5 – Evolução da proporção de mulheres eleitas- Brasil (2022)



Fonte: (Observatório [...], [2022])

#### 4.2.1 Procuradoria da Mulher ALEMA: apoio e proteção das maranhenses

No Maranhão, a Procuradoria da Mulher foi criada por meio da Resolução 782/2016 e passou a funcionar na ALEMA no dia 08 de março de 2017, por iniciativa da ex-deputada estadual Valéria Macedo. Atualmente, a procuradora da Mulher na ALEMA é a deputada estadual Daniella, antes dela o Órgão foi comandado pela ex-deputada Helena Duailibe (Assembleia Legislativa do Maranhão, 2023).

A exemplo da Procuradoria Especial da Mulher na Câmara, em âmbito estadual, o órgão atua com o objetivo de garantir os direitos das maranhenses ao promover debates para a elaboração de políticas públicas de zelo e proteção de meninas e mulheres, na esfera estadual.

Além de estimular a participação feminina nesse campo político, por meio de campanhas desenvolvidas com apoio da Casa.

A deputada Daniella está em seu segundo mandato e foi reeleita por unanimidade Procuradora da Mulher da Assembleia Legislativa do Maranhão por ser considerada atuante no debate de pautas que assegurem os direitos das maranhenses, a Frente Parlamentar de Erradicação do Feminicídio, implantada em 2020 foi uma das iniciativas.

Entre os projetos de leis aprovados de autoria da parlamentar, para a proteção de mulheres vítimas de violência no estado, sancionado pelo Governo do Maranhão está a Lei 11.350 /2020 que criou o “Aluguel Maria da Penha”. A referida lei oferece à mulher condições financeiras para sair do convívio com o agressor.

Em 2023, a Procuradoria da Mulher com apoio da bancada feminina da Casa, publicou a cartilha “*Mermã, teu direito é lei*”, com um compilado de leis, em vigor no Maranhão, destinadas à proteção das maranhenses. A gíria “mermã” é usada por mulheres no Maranhão, em um movimento de aglutinação de duas palavras: minha irmã. Trata-se de um arranjo semântico que denota proximidade, solidariedade e acolhimento. (Figura 19).

Figura 19 – Procuradora da Mulher e Presidente da ALEMA entregam kits para instalação de Procuradorias da Mulher nas Câmaras Municipais.



Fonte: Assembleia Legislativa do Maranhão, 2023

Com incentivo da Procuradoria da Mulher, a Assembleia Legislativa do Maranhão, entregou para vereadoras, representantes de 80 municípios, kits (computador, aparelho celular, impressora) para dar suporte às Procuradorias da Mulher recém-instaladas nas Câmaras. (Figura 13).

A atual bancada feminina também é responsável por indicações ao poder executivo estadual, para a implantação da Casa da Mulher Maranhense nos municípios. O espaço oferece, a exemplo da Casa da Mulher Brasileira, atendimento especializado à mulher em situação de violência.

A rede de apoio conta com a Delegacia da Mulher, Ministério Público, Defensoria Pública, Varas Especializadas, apoio psicossocial, transporte e apoio financeiro. A primeira cidade a contar com a Casa da Mulher Maranhense foi Imperatriz. Um dos focos principais do instrumento institucional é combater a violência política de gênero.

A antecipação da eleição da Mesa Diretora do 2º Biênio da 20ª Legislatura da ALEMA definiu o nome da parlamentar Dra. Vivianne para assumir a Procuradoria da Mulher a partir de 2025 até a posse dos próximos parlamentares eleitos em outubro de 2026.

## 5 ANÁLISE DA PESQUISA: percepção sobre presente e passado

Sendo de fato o que indicam os estudiosos do tema, estamos vivenciando a quarta onda do movimento feminista. Nesse período, as diferenças entre as mulheres e as demandas específicas que essas diferenças propõem — grandes e há muito manifestadas política e teoricamente — têm mais visibilidade, especialmente com a explosão do feminismo negro e do transfeminismo<sup>7</sup> (Buarque, 2018, p. 242).

Outra característica da quarta onda é que, nela, o feminismo tem se fomentado com a ajuda das plataformas digitais, disponibilizadas na internet. No Brasil, esse fenômeno teve início a partir dos anos 2000. Foi um momento de expansão das redes sociais, que permitiu a aproximação do movimento com a política, produto de uma agenda que requer o acesso de mulheres a espaços de representação e a órgãos de criação e gestão de políticas públicas (Martinez *apud* Matos, 2010; Paradis, 2014).

Ainda que o abismo digital - desigualdade na quantidade de pessoas que têm acesso à internet – exista, o feminismo que compõe, nos dias de hoje, o imaginário cultural de mulheres de todos os tipos, vivências e marcadores sociais, deve-se à profunda relação entre mulheres e redes sociais (Martinez, 2021), espaços que oferecem liberdade para os debates. As estatísticas da pesquisa “Consumo de Mídias Digitais no Brasil,” realizada pela Fundação Getúlio Vargas em 2023, refletem essa relação.

Subrepresentadas nos parlamentos e nas posições de poder do País, as mulheres buscam fora das instituições o protagonismo na discussão política brasileira. Enquanto o acesso aos corredores dos palácios e plenários é cerceado por uma estrutura majoritariamente masculina, as redes sociais são plataformas onde elas conseguiram conquistar seu espaço. Pesquisa da Fundação Getúlio Vargas (FGV) mostra que as mulheres são as mais interessadas pelo tema no ambiente digital: são 50,4% contra 49,6% dos homens (Agência Estado; 2024).

Diante desse cenário positivo, no qual as mulheres políticas estão em evidência, busquei compreender, com ajuda de questionários semiestruturados enviados pela internet (Formulário 01), a percepção do público externo sobre a atuação das mulheres na Assembleia Legislativa do Maranhão, além de questões sobre equidade de gênero, violência política e a opinião sobre a existência de uma plataforma digital para preservar a memória das parlamentares maranhenses.

---

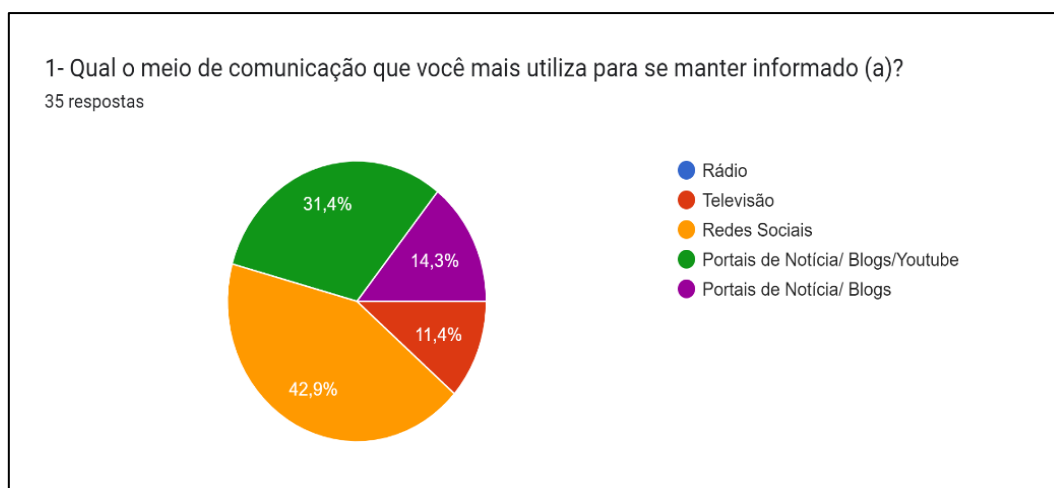
<sup>7</sup> Para Nascimento, citada por Ana Paula V. Rodarte (2022), o transfeminismo é “uma corrente teórica e política vinculada ao feminismo”, que é constituído por vários feminismos e sujeitas. Ou seja, uma linha que reconhece as diferenças entre identidades e os tipos de opressão aos corpos, incluindo o racismo e sexismo, e tem o objetivo de empoderar pessoas as falas e experiências das pessoas trans, travestis, não binárias (Sousa, 2023).

Além disso, 10, entre deputados (as) e ex-deputados (as), inclusive presidentes de partidos, também responderam ao questionário (Formulário 2). Trata-se de uma mostra pequena que não reflete a opinião de todos, mas indica a importância do tema.

### 5.1 Formulário 01 (Apêndice A)

Foram entrevistadas 35 pessoas. Entre as profissões: advogado, servidores públicos, engenheira, professores, administradores e jornalistas. O percentual de entrevistados que se identificou com gênero feminino foi de 68,6%. Do gênero masculino, responderam 31,4%.

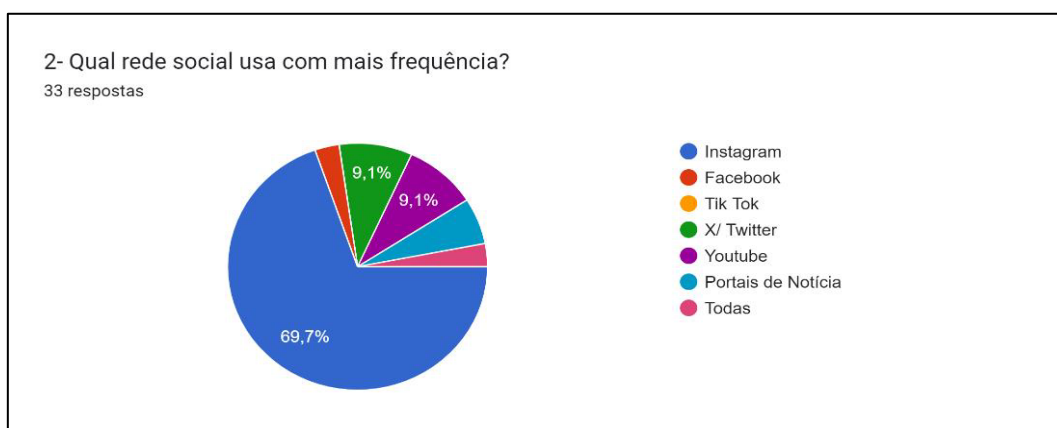
Gráfico 6 – Meios de comunicação.



Fonte: Autoria própria

De acordo com o gráfico acima (6) a maioria usa as redes sociais e plataformas digitais para se manter informado (a). O dado demonstra a importância das redes sociais.

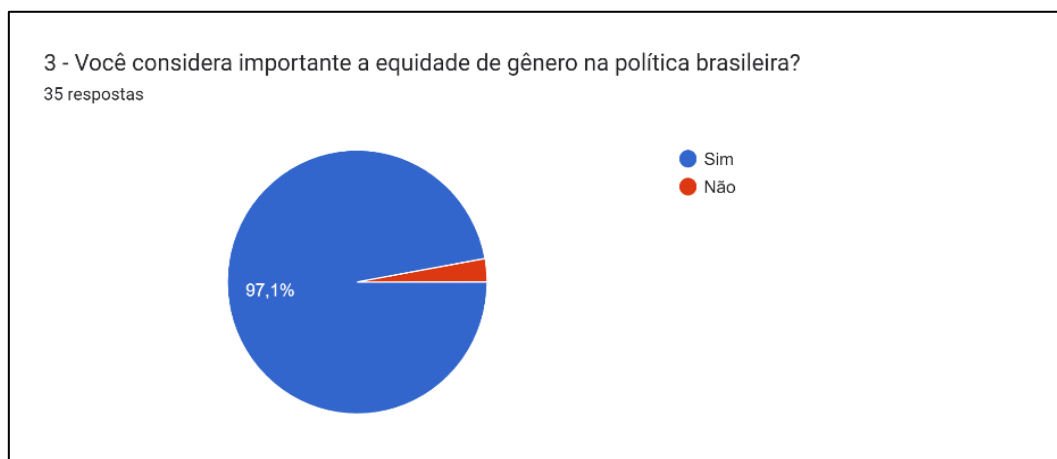
Gráfico 7 – Rede social utilizada com mais frequência.



Fonte: Autoria própria

Dentre as redes sociais informadas, o Instagram é a rede social mais acessada entre os entrevistados. (68,7%) Tal informação indica a potencialidade da plataforma. (Gráfico 7).

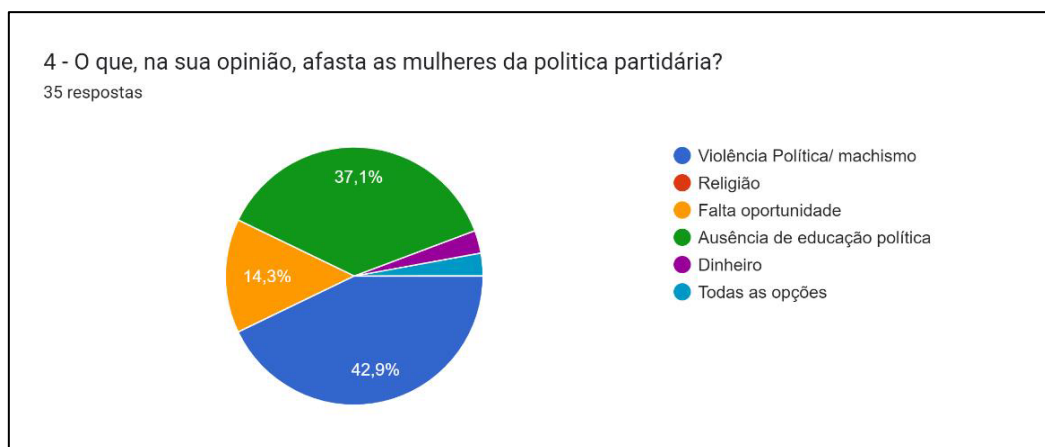
Gráfico 8 – Importância da equidade de gênero na política



Fonte: Autoria própria

Conforme Gráfico 8, a equidade de gênero na política brasileira é considerada essencial para os entrevistados (97,1%), o que demonstra o entendimento dos entrevistados sobre a necessidade de equilíbrio de gênero nos cargos eletivos.

Gráfico 9 – Motivo para o afastamento das mulheres na política.

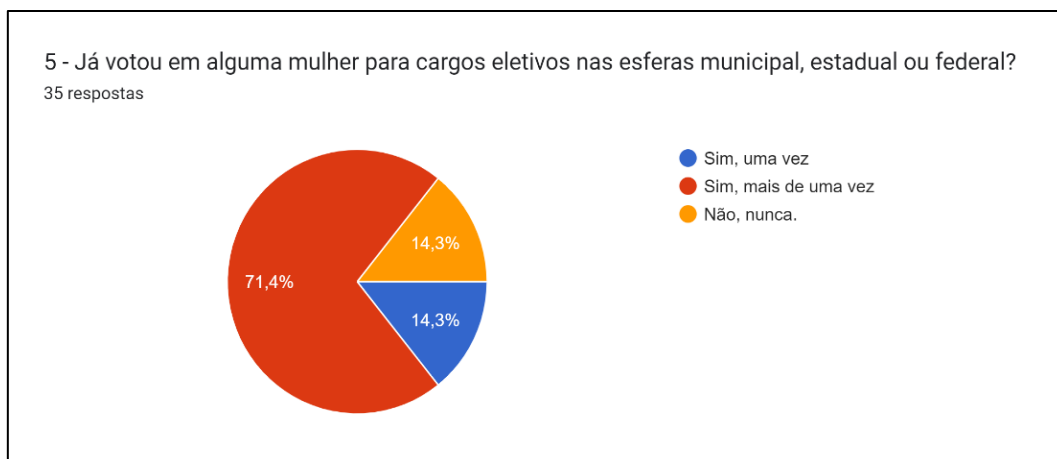


Fonte: Autoria própria

Na opinião dos entrevistados, a violência política é a principal motivo que afasta as mulheres da política, 42,9%, seguido da ausência de educação política (37,1%). (Gráfico 9). Respostas que indicam a necessidade de coibir a violência e investir em educação política.

Como mostra do Gráfico 10, 71,4% dos entrevistados revelaram que já votaram mais de uma vez em mulheres. Trata-se indicativo de que há uma pré-disposição para sociedade em escolher mulheres para cargos eletivos.

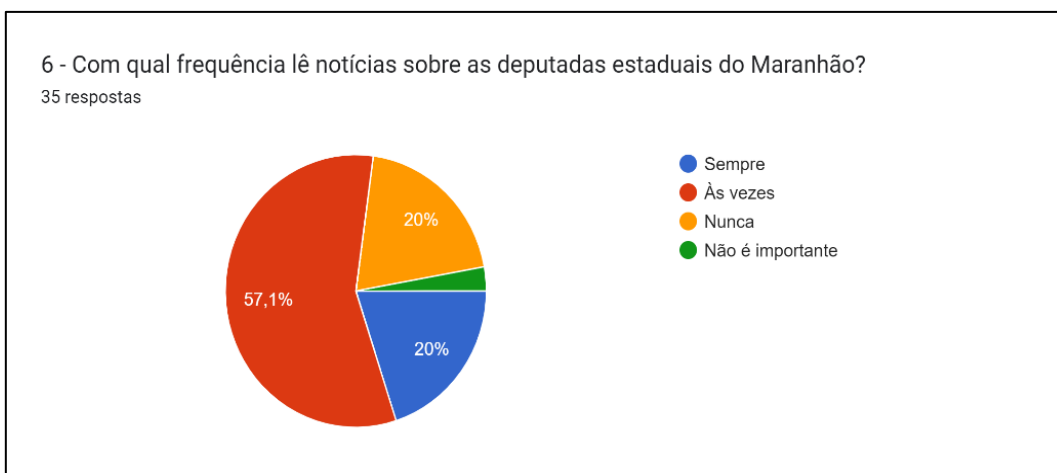
Gráfico 10 – Votos em mulheres para cargo eletivos



Fonte: Autoria própria

Sobre a atuação das deputadas estaduais, 57,1% disse que somente às vezes lê notícias sobre deputadas estaduais. (Gráfico 11). O que demonstra a necessidade de maior visibilidade a atuação das parlamentares..

Gráfico 11 - Frequência de leitura sobre deputadas estaduais do Maranhão

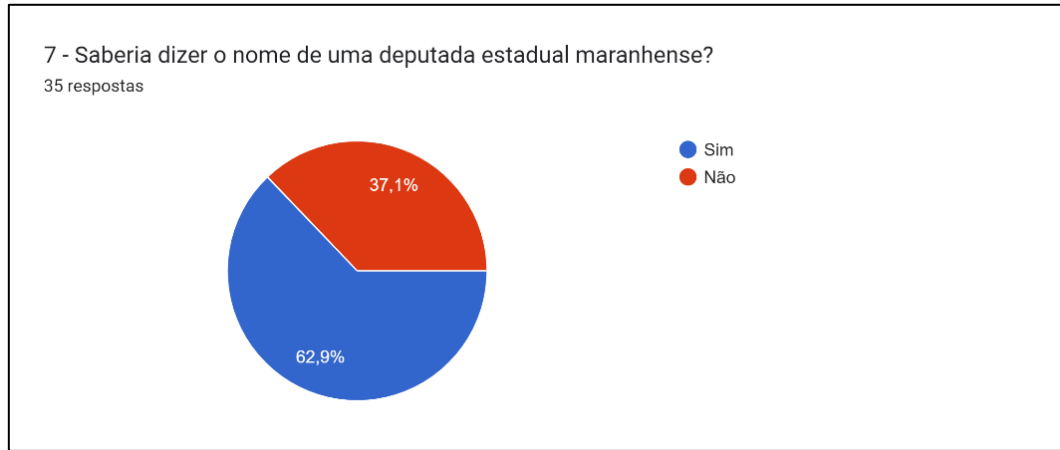


Fonte: Autoria própria

Quando questionados sobre a indicação de um nome de alguma deputada estadual maranhense, 37,1% responderam que não saberiam dizer, enquanto que 62,9% responderam que sim. (Gráfico 12). A deputada estadual Iracema Vale, atual presidente da ALEMA, aparece

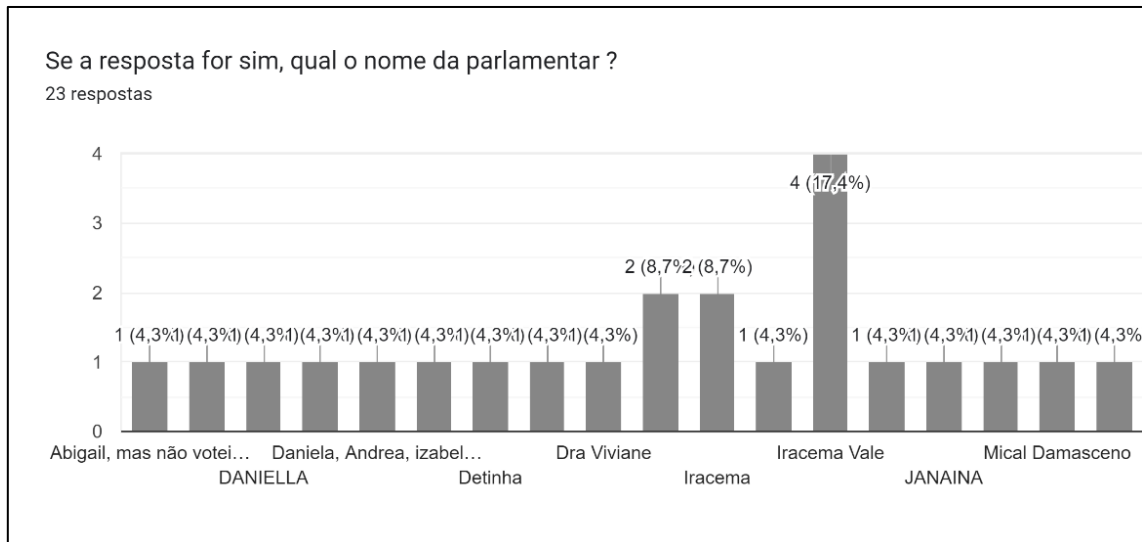
com maior visibilidade (17,4%). (Gráfico 13). As respostas continuam a indicar a necessidade de maior visibilidade na atuação das parlamentares.

Gráfico 12 – Sobre o nome das deputadas estaduais maranhenses



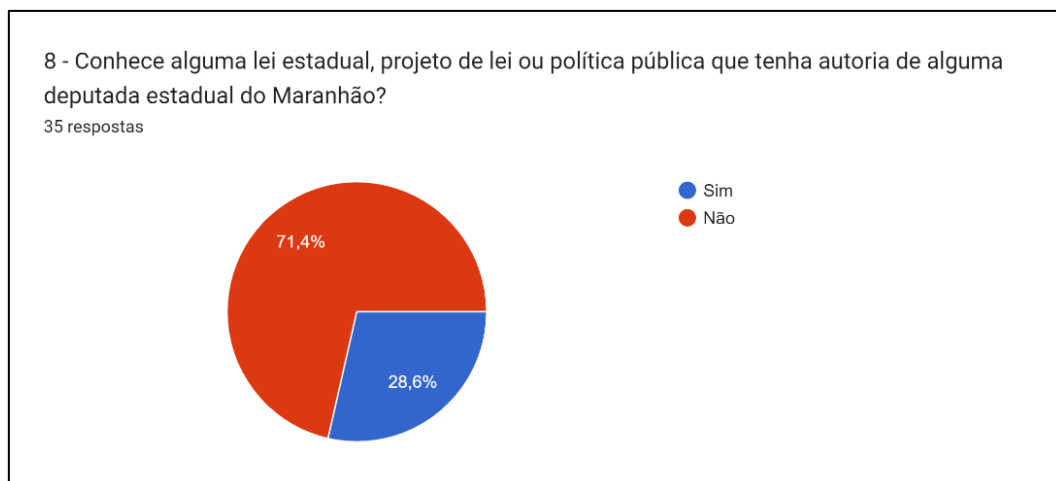
Fonte: Autoria própria

Gráfico 13 – A deputada estadual maranhense com maior visibilidade



Fonte: Autoria própria

Gráfico 14 – Sobre conhecer alguma política pública, lei ou projeto de lei de autoria de deputadas estaduais do Maranhão.



Fonte: Autoria própria

A maioria dos entrevistados não conhecem leis de autoria das deputadas estaduais (Gráfico 14). Mais um indicativo de que o trabalho das parlamentares necessita de mais divulgação para alcançar a população.

Sobre em qual área a mulher deve legislar 100% respondeu que em qualquer área. (Gráfico 15). Indicativo de que a parlamentar pode atuar em todos os campos, não apenas em normas para segurança e proteção das mulheres.

Gráfico 15 – Área em que a mulher deve legislar



Fonte: Autoria própria

Perguntados sobre quem foi a primeira deputada estadual maranhense, 97% dos entrevistados respondeu que não sabia. (Gráfico 16). A informação valida a importância de preservar a memória biográfica das mulheres que atuam na política maranhense. O Gráfico 17, confirma.

Gráfico 16 – Sobre conhecer o nome da primeira deputada estadual maranhense



Fonte: Autoria própria

Todos os entrevistados (as) consideram importante conhecer a história das mulheres da política maranhense. (Gráfico 17).

Gráfico 17 – A importância de conhecer a história das mulheres da política maranhense



Fonte: Autoria própria

Além dos mais, as respostas reforçam a ideia do poder das redes sociais<sup>8</sup> e plataformas digitais como fonte primária de acesso e circulação da informação, na atualidade. Ao mesmo tempo em que se tornaram a ferramentas de comunicação mais utilizadas para conectar as pessoas.

<sup>8</sup> Para Sônia Cristina Vermelho *et al* (2014), o termo "rede social" tornou-se sinônimo de tecnologia da informação e comunicação; seu uso transcorreu áreas e destruiu fronteiras sendo apropriado, hoje, por muitos atores sociais. Uma das apropriações mais intensas deu-se no campo da comunicação - mas não exclusivamente - com o uso de termos como rede social digital, mídia social, mídia digital, entre outros, para expressar o fenômeno em questão. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302014000100011>. Acesso em: 4 ago. 2024.

Ao refletir sobre a influência dos meios digitais, Sônia Cristina Vermelho (2014) e colaboradores explicam que a preferência ocorre em decorrência do fácil acesso às informações e às tecnologias de comunicação. (Vermelho *et al*, 2014). As pessoas passaram a ter mais liberdade para expressar suas opiniões, podem participam de forma ativa dentro das mobilizações e trocar informações constantemente” (Kotler *apud* Vermelho *et al*, 2014. p.182)

Outra questão que ficou bastante visível após a análise dos questionários, diz respeito à visibilidade das parlamentares. O nome da deputada Iracema Vale está entre os mais conhecidos atualmente, por se tratar da primeira mulher a presidir a ALEMA. Tal fato é um marco histórico, constantemente replicado pelos meios de comunicação do Maranhão, inclusive, rádio e televisão.

Apesar de verificarmos entre os entrevistados, que maioria é a favor da equidade de gênero na política brasileira, poucos conhecem leis ou políticas públicas de autoria das deputadas estaduais, demonstrando um possível desinteresse sobre o assunto. Por outro lado, a maioria concorda que é essencial preservar a história das mulheres da política maranhense.

## 5.2 Formulário 02 (Apêndice B)

Após explicar o objetivo da pesquisa ao público alvo o formulário número dois da foi encaminhado via WhatsApp, aos assessores parlamentares ou entregue em mãos a cerca de 30 parlamentares e ex-parlamentares, homens e mulheres, que exerceram ou exercem mandato na ALEMA. Destes, somente 10 (dez) responderam. O que limita o resultado comparativo entre os formulários dificultando a análise.

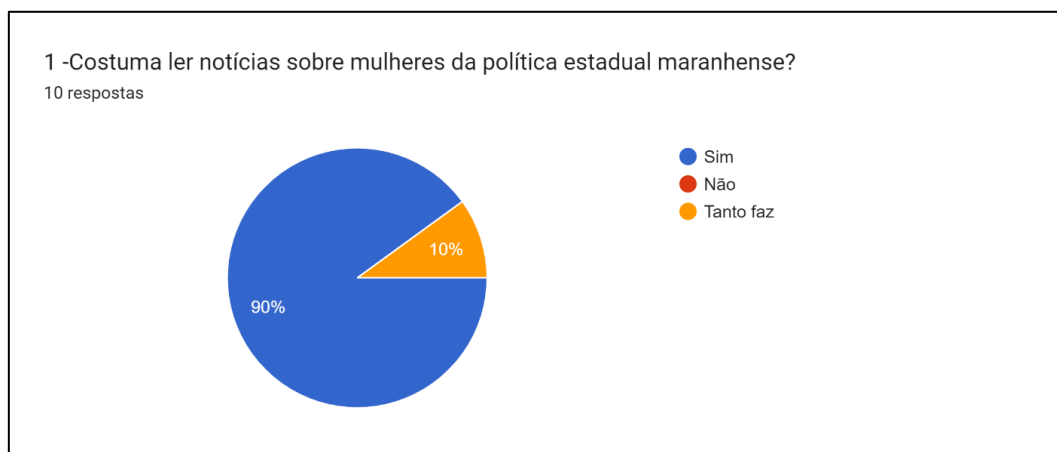
No entanto, ao compararmos as respostas do Formulário 02 ao Formulário 01, os resultados coincidem: a preferência ao uso da rede social para se manter informado. Condição justificada pela praticidade dos meios digitais de comunicação (Gráfico 19).

Com apenas um clique, qualquer pessoa pode acessar uma informação específica e manter contato com pessoas que estão distantes. Os jovens nascidos após 1995 são "nativos" da cibercultura, inseridos num modelo de comunicação com equipamentos que operam por meio da convergência de mídias. É a tradução da tecnocultura, definida por Muniz Sodré (2005), como um processo em que as trocas simbólicas que viabilizam a comunicação de qualquer natureza são mediadas por signos estritamente vinculados à evolução tecnológica. (Sodré *apud* Vermelho *et al*, 2014, p. 182)

As respostas dos dois formulários seguem nos gráficos seguintes. A exemplo do fato de que todos concordam sobre a importância da existência de um repositório que preserve a memória das deputadas estaduais do Maranhão, reforça a necessidade do artefato produzido a partir desta pesquisa, conforme os requisitos do mestrado do Programa de Pós-Graduação em

Comunicação, modalidade profissional (PPGComPro) da UFMA. (Gráfico 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25 e 26).

Gráfico 18 – Leitura sobre mulheres da política estadual maranhense.



Fonte: Autoria própria

Ao contrário do Gráfico 11 referente ao Formulário 01, no qual a maioria dos entrevistados demonstra ler apenas as vezes as notícias sobre as parlamentares, no caso do Gráfico 18, a maioria (90%), lê notícias sobre as mulheres da política estadual, por se tratar de informações de interesse do público alvo.

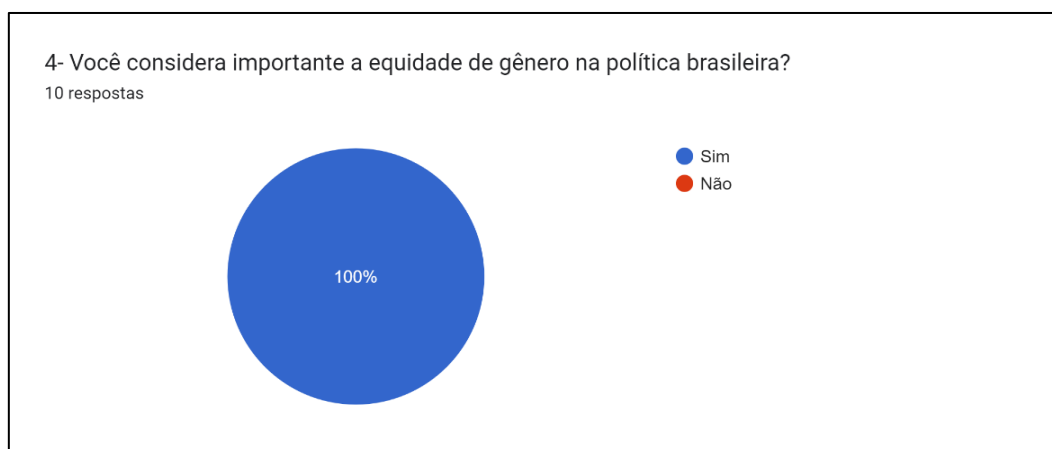
Gráfico 19 – Qual o meio de comunicação utilizado para informação sobre política.



Fonte: Autoria própria

Comparado ao Gráfico 6, as redes sociais continuam preferência entre a maioria dos entrevistados do formulário 2 (60%), mas se trata de um percentual mais elevado em relação as preferências do público do formulário 01 (42,9%), que aponta preferências também aos portais de notícias e blogs (35,7%).

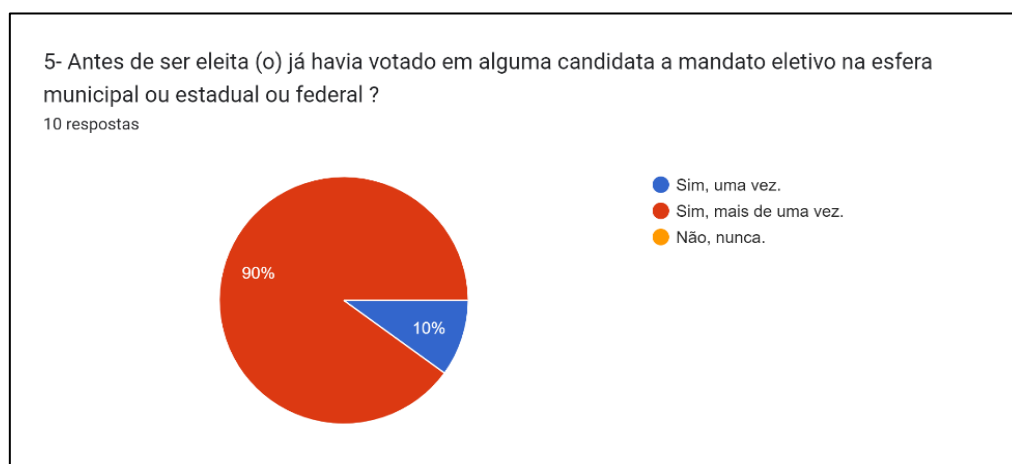
Gráfico 20 – A importância da equidade de gênero na política brasileira



Fonte: Autoria própria

A exemplo das respostas do Formulário 01 (Gráfico 8), todos os deputados(as) e ex-deputados (as) (100%), concordam que a equidade de gênero é importante.

Gráfico 21 – Leitura sobre mulheres da política estadual maranhense



Fonte: Autoria própria

A maioria dos parlamentares e ex-parlamentares (90%) declarou ter votado mais uma vez em mulheres. Percentual aproximado ao do Formulário 01 (71,4%) (Gráfico 10).

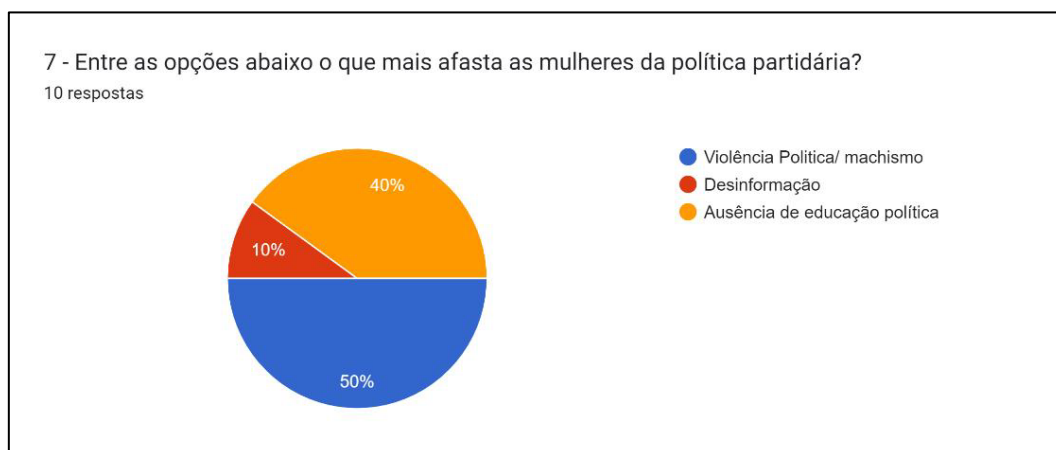
Gráfico 22 – O que costuma eleger uma mulher



Fonte: Autoria própria

A partir da experiência e opinião dos entrevistados, observa-se que capacidade (30%) e representatividade (30%) são elementos considerados importantes para a eleição das mulheres. Dinheiro (10%) religião (10%), surgem como vantagens para as candidatas. Dois entrevistados acreditam que todas as opções sugeridas garantem votos às candidatas. (Gráfico 22).

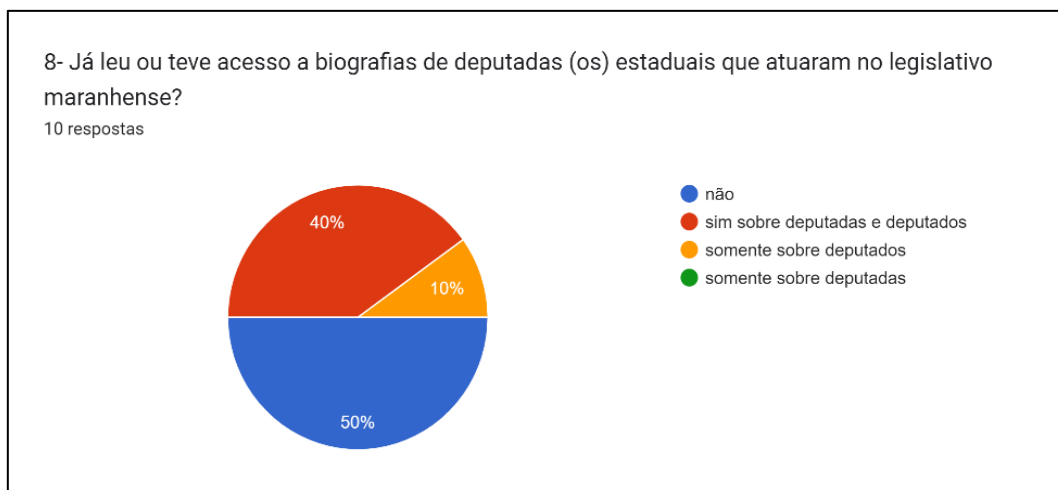
Gráfico 23 – Motivos que afastam as mulheres da política partidária



Fonte: Autoria própria

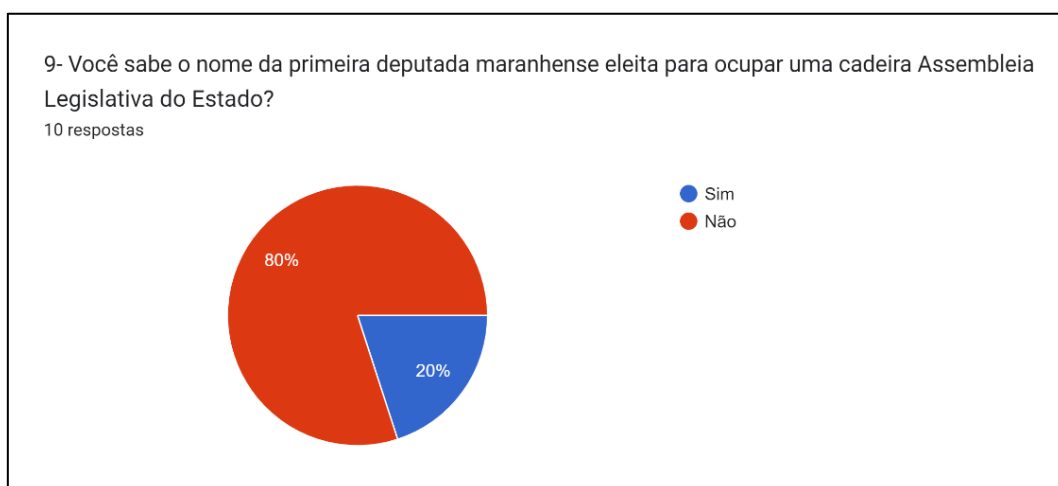
As opiniões se dividem nas respostas referentes ao Gráfico 23. Metade dos entrevistados (50%) confirma que a violência política é um obstáculo para as candidaturas femininas; (40%) a maioria das mulheres não tem acesso à educação política e apenas um entrevistado (10%) acredita que o motivo principal é a desinformação. Os dados são semelhantes às respostas do Formulário 01 (Gráfico 9).

Gráfico 24 – Acesso a biografias de deputadas (os) estaduais que atuam no legislativo maranhense.



Fonte: Autoria própria

Gráfico 25 – Sobre o nome da primeira deputada estadual maranhense



Fonte: Autoria própria

No Gráfico 26, apenas dois entrevistados (as) responderam corretamente o nome da primeira deputada eleita em 1935 para a ALEMA. Mas a maioria, nunca ouviu falar sobre a parlamentar. Confirmando a importância de resgatar-se essa história.

Gráfico 27 – Opinião sobre uma página na destinada a preservar a história de todas parlamentares maranhenses



Fonte: Autoria própria

As opiniões sobre a necessidade de existir uma plataforma que reúna a história das deputadas estaduais e mulheres que contribuíram com a política maranhense foi 100% positiva entre os entrevistados (as). Confirmando a importância de preservar em um meio eletrônico a memória dessas mulheres.

## 6 ARQUITETURA DO SITE: Elas política

A internet, base técnica do ciberespaço, por onde circulam os dados enviados por e-mail ou publicados em redes sociais ou sites que podem ser acessados de uma jurisdição física a outra, possibilita, com ajuda das novas tecnologias da informação e comunicação a organização da informação dispersa, permitindo interatividade instantânea, atendendo demandas individuais, sobretudo no que diz respeito à pesquisa.

Na ausência da existência de proposta semelhante, a página *elaspolitica.com.br* reúne informações dispersas na internet sobre as parlamentares maranhenses e, caso desejem, as informações podem ser atualizadas pelas protagonistas, por meio de assessorias ou familiares.

A página foi construída com o propósito de ser ligada ao site oficial da Assembleia Legislativa do Maranhão, por meio de link ou hiperligação que permite a conexão entre os blocos informativos (Canavilhas *et al*, 2014). (Figura 20).

Figura 20 – Link ou hiperligação proposta para página Elas Política



Fonte: Elaborado pela autora, 2023

Trata-se de um repositório temático institucional que promove o acesso livre à informação científica Open Access Initiative (OAI) ou como explica Priscila de Assunção B. Côrbo ao citar Vera Lúcia Dodebei (2009), uma base de dados digital e virtual de caráter coletivo que, especialmente, representa a memória eletrônica de um grupo de pessoas. (Côrbo, 2013).

Sobre a necessidade da construção de repositórios biográficos, Maria de Fátima Tavares (2012) leva em consideração a tendência de expansão dos registros digitalizados. A autora também chama atenção sobre a necessidade de construção crítica do olhar sobre o documento que está destinado a preservar a memória do tempo presente.

As próximas gerações necessitarão para o reconhecimento do seu passado do compromisso das sociedades atuais com a preservação digital da informação, considerando a expansão dos meios e dos formatos tecnológicos que já

condicionam a elaboração dos documentos do presente (Besser, 2010 *apud* Tavares, 2012, p.13).

Em seu estudo *Preservação digital: entre a memória e a história*, Tavares explica que, associar as bases de dados às instituições de memória ao universo cotidiano dos habitantes é uma das formas de retirar do esquecimento, os documentos do passado urbano. As memórias individuais e coletivas apoiam-se e, não obstante, são negociadas a partir das condições determinadas pelo presente. A mente reconstrói suas memórias sob a pressão da sociedade” (Halbwachs, 2004, p. 136)

Destarte, a página também atende ao Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico (eMAG), promovendo inclusão de pessoas com deficiência ao oferecer recursos de autonomia e independência. As diretrizes técnicas serão de responsabilidade do webdesigner no ato da implementação da arquitetura do projeto.

A arquitetura da informação refere-se como o texto e as imagens que são apresentadas na tela do computador de acordo com o objetivo e a necessidade do usuário. Uma metodologia de desenho formada por sistemas interdependentes - organização, rotulagem, navegação e busca - reduzindo ao máximo o esforço do usuário para a localização da informação (Braga, 2021, p. 9-10). (Quadro 6).

Quadro 6 – Arquitetura do Site

| Arquitetura           | Sistemas Interdependentes                                                                                                                                                                                 |
|-----------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>1- Organização</b> | Agrupa e categoriza o sistema informacional. Sistema formado por instruções para classificar o conteúdo (Paiva, 2012)                                                                                     |
| <b>2 - Navegação</b>  | Especifica as rotas de movimentação pelo espaço informacional e hipertextual da página proposta. (Braga, 2021, p.10)                                                                                      |
| <b>3 - Rotulagem</b>  | Rótulos são nomenclaturas dadas aos itens dos menus, botões e textos que precisam ser clicados pelos os usuários para obter alguma instrução (Rosenfeld; Morville; Arango, 2015 <i>apud</i> Braga, 2021). |
| <b>4 - Busca</b>      | Determina as questões que o usuário pode fazer ao sistema e o conjunto de respostas a serem obtidas. (Braga, 2021, p.11)                                                                                  |

Fonte: (Braga, 2021, p.10-11)

Para facilitar a navegação do usuário na página *www.elaspolitica.com.br*, optou-se por um design minimalista, cores neutras, formas geométricas retas e simples. No cabeçalho foi

colocada uma ferramenta de busca e o menu no qual os usuários podem acessar a biografia das parlamentares estaduais que cumpriram mandato e categorias de interesse. (Figura 21).

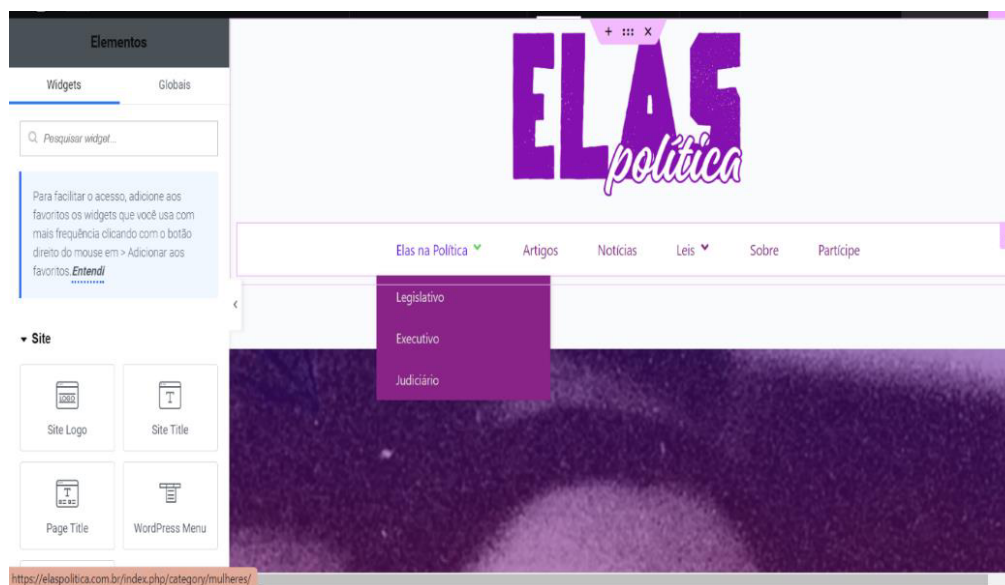
Figura 21 – Home da Página Elas Política



Fonte: Página Inicial/autora

Ainda no cabeçalho da página, no menu horizontal, o usuário poderá acessar links que o direcionarão, conforme a Figura 22, para serviços da página inicial. *Elas Política* é o espaço destinado aos perfis bibliográficos das parlamentares maranhenses com a possibilidade de resguardar a história das mulheres que ocuparam cargos nos poderes Executivo e Judiciário, além das mulheres pioneiras que contribuíram com a política local.

Figura 22 – Elementos secundários: biografias por esfera de poder, artigos e notícias

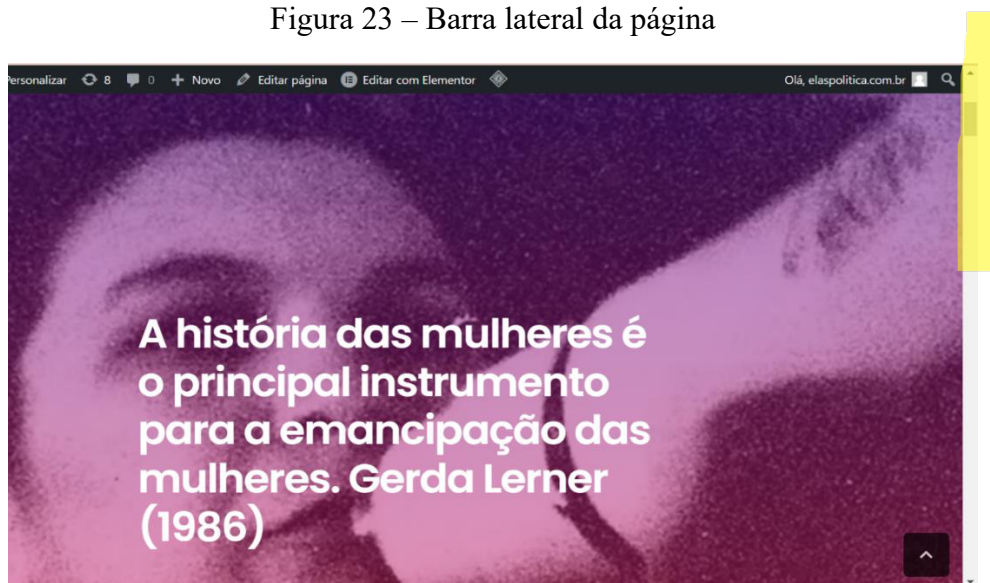


Fonte: Captura de tela do protótipo de página desenvolvida pela autora, 2023

Dessa forma, a arquitetura Black's Wheel apresentada por Canavilhas *et al* (2014), atende a ideia da página ao trazer um modelo específico que dispõe de um elemento central (eixo/ home) e os elementos secundários (raios/menu horizontal) ligados através de linhas que mostram a hierarquia das informações. Cada elemento é autoexplicativo. (Figura 22).

Com ajuda da barra de rolagem localizadas na lateral direita da janela do browser é possível acessar o conteúdo fora da área visível. (Figura 23, 24, 25 e 26).

Figura 23 – Barra lateral da página



Fonte: Captura de Tela. Barra Lateral (elaspolitica.com.br) 2024

No menu, o usuário pode acessar notícias sobre debates de interesse da sociedade, políticas públicas e leis em vigor para garantir direitos nas relações de gênero, e artigos científicos relacionados ao tema, mulher. (Figuras 24, 25 e 26)

Figura 24 – Aba Notícias



Fonte: Captura de Tela. Aba Notícias, produzida pela autora, 2024.

Figura 25 – Aba Leis para ELAS



Fonte: Captura de Tela. Aba Notícias, produzida pela autora, 2024.

Figura 26 – Aba Elas na Política – Artigos



Fonte: Captura de Tela produzida pela autora, 2024.

A navegação para o acesso à biografia das deputadas poderá ser feita com a ajuda da barra de rolagem e por meio do *link* disponibilizado no menu horizontal do topo da página. Foram localizados dados que indicam a presença de 50 mulheres exercendo mandato na ALEMA, destes, apenas duas deputadas não dispõem de informações suficientes.

Figura 27 – Aba 1 Deputadas Estaduais - MA



Fonte: Captura de Tela, site Elas Política, produzida pela autora, 2024.

Figura 28 – Aba 5 Deputadas Estaduais - MA



Fonte: Captura de Tela, site Elas Política, produzida pela autora, 2024.

No site [elapolitica.com.br](http://elapolitica.com.br), os nomes das parlamentares disponibilizados estão em ordem decrescente, de acordo com a legislatura para qual foram eleitas. Os nomes das deputadas poderão ser acessados com ajuda da ferramenta “busca”, também localizada no início da página (Figura 27 e 28).

A página está disponível na internet, cumprindo o propósito estabelecido pela pesquisa no que diz respeito à reunião das biografias das deputadas estaduais eleitas e reeleitas entre 1935 e 2022. Ela pode ser vinculada ao site da Assembleia Legislativa do Maranhão ou adaptada conforme os requisitos da Instituição. Trata-se de um produto que pode ser atualizado

à medida que os quadros sociais referentes à memória da Casa Parlamentar se alteram, permitindo também a atualização das biografias, para que as histórias das mulheres que atuam na política do Maranhão sejam lembradas e celebradas.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

"Elas no Parlamento Maranhense: impactos, desafios e avanços institucionais em um registro biográfico digital das deputadas eleitas no século XXI para Assembleia Legislativa do Maranhão" é um estudo que desvenda a complexa realidade da participação feminina na política maranhense, revelando uma luta que se estende por diversas ondas feministas e que ainda enfrenta os desafios da cultura patriarcal.

A pesquisa cumpriu os objetivos propostos, entre eles o de sistematizar o conhecimento científico ao proporcionar a diversos públicos o acesso a informações bibliográficas sobre a política estadual, com foco na participação feminina, preservando a memória das primeiras mulheres no parlamento maranhense e conferindo maior visibilidade ao tema, que tem ganhado destaque atualmente.

Especificamente, o estudo analisa a participação das deputadas estaduais na ALEMA no século XXI, mapeia e destaca suas trajetórias, além de avaliar a percepção pública sobre o tema e a influência dos meios de comunicação, sobretudo as redes sociais.

Ao resgatar a história das parlamentares maranhenses desde 1935, a pesquisa destaca a importância de preservar a memória feminina na política. "A história das mulheres é indispensável e essencial para a emancipação das mulheres" (Lerner, 2022, p. 22) e se apoia nas teorias do sociólogo francês Maurice Halbwachs, referentes à construção da memória coletiva. Segundo o estudioso, trata-se de um trabalho de reconhecimento e reconstrução que atualiza os "quadros sociais" ao dar vitalidade aos objetos culturais e sublinhar momentos históricos significativos.

Destarte, o estudo demonstra que o papel das chamadas Ondas Feministas é fundamental para compreender a evolução da luta das mulheres por reconhecimento, cidadania, inclusão social e emancipação política. Durante a Primeira Onda, identificada nas últimas décadas do Século XIX, as sufragistas se organizaram pelo direito ao voto. No Brasil, a conquista foi garantida na Constituição em 1934, quando as mulheres também puderam se candidatar aos cargos eletivos. Mesmo ano, no qual foram eleitas as primeiras deputadas estaduais do Maranhão, as professoras Zuleide Violeta Fernandes Bogéa e Hildenê Gusmão Castelo Branco.

Na Segunda Onda, a pesquisa demonstra que os debates se ampliaram para além do sufrágio, englobando questões como a igualdade de oportunidades, o acesso ao trabalho e à educação, o fim da discriminação em relação à sexualidade e à reprodução. Esses avanços abriram caminhos para que o movimento feminista identificasse novas formas de opressão, que ganharam maior destaque durante o período considerado, por especialistas, como a Terceira

Onda do Movimento Feminista, que dá ênfase à interseccionalidade, reconhecendo que opressão feminina se manifesta de forma diferente para as mulheres negras.

O estudo também considera a importância dos meios de comunicação para o movimento feminista na transição entre a Terceira e a Quarta Ondas, ao destacar o papel da televisão brasileira no período pós Ditadura Militar e a potência das novas tecnologias de comunicação, principalmente as redes sociais, evidenciando que estas ferramentas ampliaram o debate sobre questões de gênero, proporcionando mais autonomia ao convocar mulheres para a ação política.

O estudo também comprova que a presença das mulheres no legislativo maranhense, especialmente a partir do século XXI, foi fundamental para a aprovação de leis que garantem a proteção de mulheres vítimas de violência e o fortalecimento de políticas públicas voltadas para a igualdade de gênero. Com apoio da análise da Doutora Mary Ferreira, realizada entre 2002 e 2006 sobre a produtividade das parlamentares, demonstra que as mulheres têm contribuído significativamente para a criação de leis que atendem às demandas femininas.

Na atualidade, a hipótese da pesquisadora é novamente comprovada a partir do levantamento de leis em vigor no Maranhão, destinadas às mulheres. Entre 2011 e 2023, das 42 leis sancionadas e promulgadas no Maranhão com esses objetivos, 22 têm autoria das deputadas estaduais. A quantidade de proposições de deputadas encaminhadas à sanção do poder executivo aumenta na medida em que o número de parlamentares femininas é maior no legislativo estadual.

Em 2023, ano da primeira mulher eleita presidente da Assembleia Legislativa do Maranhão e da maior bancada feminina (12 deputadas estaduais), no primeiro semestre da legislatura, 14 leis de combate à violência, proteção, promoção de saúde e valorização da mulher entraram em vigor no Maranhão.

Outro ponto destacado no estudo, demonstra que apesar das ações para a promoção da paridade, cotas, por exemplo, a sub-representatividade das mulheres, sobretudo na esfera do legislativo, é uma realidade. Leis têm avançado no país, mas efetivamente ainda existem obstáculos que impedem a conquista da igualdade.

Em sua teoria sobre o campo político, Pierre Bourdieu (2012), nos faz entender as relações de poder que limitam a participação das mulheres na política. A cultura patriarcal, um sistema que abraça a violência de gênero e se manifesta em todas as esferas da vida.

Entre as ferramentas estratégicas de apoio, a pesquisa resgata uma iniciativa da Câmara Federal: a criação da Procuradoria Especial da Mulher, em 2009. Na ALEMA, a Procuradoria da Mulher foi instalada em 2017 e representa um avanço na busca por garantir os direitos das mulheres e ampliar sua participação na política maranhense. É importante frisar que o aumento

de Procuradorias Especiais da Mulher implantadas nas Assembleias Legislativas do Brasil coincide com o período no qual foi determinado aos partidos políticos o mínimo de 30% dos recursos públicos destinados às campanhas eleitorais, para as candidatas e cujo reflexo foi o aumento no número de eleitas para o poder legislativo.

A pesquisa também revela que a visibilidade das deputadas ainda é limitada ao mandato e que a memória da ação feminina na ALEMA ainda precisa ser ressignificada e divulgada. Sendo assim, a importância de preservar a memória, defendida por Maurice Halbwachs, se torna ainda mais relevante no contexto atual, em que as novas tecnologias de comunicação facilitam o acesso à informação e à construção de narrativas históricas.

A pesquisa também apresenta o resultado dos questionários semiestruturados respondidos por 45 pessoas, 35, homens e mulheres de diferentes profissões e 10 entrevistados de um grupo de deputados(as) e ex-deputados (as). O objetivo foi compreender a percepção do público sobre a história das legisladoras e identificar quais meios de comunicação são mais acessados pelo público, quando o tema se refere à política local.

Sendo assim, o estudo confirmou que maioria dos entrevistados dos dois grupos utiliza as redes sociais como principal fonte de informação, demonstrando a importância das novas tecnologias de comunicação para a construção de narrativas políticas. A percepção sobre a equidade de gênero na política brasileira apresenta-se de forma positiva, revelando uma consciência da necessidade de uma sociedade mais igualitária.

A violência política foi considerada o principal motivo que afasta as mulheres da política logo seguida pela ausência de educação política. Esses dados demonstram a percepção do público sobre os desafios enfrentados pelas mulheres na política e a necessidade de se trabalhar para combater a violência política e promover a educação política

Sobre a escolha de candidatas, a maioria dos entrevistados disse que já votou em alguma mulher para cargos eletivos. A informação demonstra que a população está cada vez mais disposta a votar em mulheres e que a presença feminina na política está ganhando espaço. A maioria dos entrevistados afirmou ler notícias sobre as deputadas estaduais do Maranhão apenas às vezes. A informação revela que a visibilidade das deputadas ainda é limitada e que a memória da ação feminina na ALEMA ainda precisa ser resgatada e divulgada.

A deputada estadual Iracema Vale, atual presidente da ALEMA, é a que aparece com maior visibilidade entre as entrevistadas, demonstrando a importância da representatividade feminina e o impacto da eleição da primeira mulher para presidir a casa legislativa maranhense. A maioria dos entrevistados disse não conhecer leis de autoria das deputadas estaduais do Maranhão. Essa informação reforça a necessidade de se trabalhar para dar maior visibilidade à

ação legislativa das mulheres e para fortalecer o reconhecimento de sua contribuição para a sociedade.

Outro fato revelado na aplicação de questionários, trata das opiniões sobre a necessidade de existir uma plataforma que reúna a história das deputadas estaduais e mulheres que contribuíram com a política maranhense. Elas indicam que 100% dos entrevistados (as), confirmaram a importância de preservar em um meio eletrônico, a memória dessas mulheres.

Sendo assim, a iniciativa de construir um repositório digital, "Elas Política", com informações sobre as deputadas maranhenses é um passo importante para combater a invisibilidade histórica das mulheres e fortalecer a luta por uma maior representatividade feminina no legislativo estadual e demais esferas.

O fato de a Assembleia Legislativa do Maranhão ter, pela primeira vez, uma mulher presidindo a Casa e a maior bancada feminina entre todas as legislaturas demonstra que o Maranhão está avançando em direção à equidade de gênero na política e que as leis são ferramentas importantes para a garantia dessa participação.

No entanto, ao mapear a presença feminina no parlamento maranhense, nos últimos 90 anos, a pesquisa expõe que o percentual de mulheres exercendo mandatos eletivos na ALEMA está muito abaixo do ideal, a exemplo do que ocorre nas casas legislativas brasileiras. Além de ressignificar e visibilizar a história das legisladoras, o estudo "Elas no Parlamento Maranhense: impactos, desafios e avanços institucionais em um registro biográfico digital das deputadas eleitas no século XXI para Assembleia Legislativa do Maranhão" também é um convite à reflexão.

As mulheres conquistaram direitos políticos, mas o acesso pleno e o exercício desses direitos, continuam limitados pela cultura patriarcal vigente, traduzida nas diversas formas de opressão que matam, silenciam e as invisibilizam cotidianamente, independentemente da origem e da identidade de cada uma delas.

A luta por mais representatividade feminina em todos os espaços de poder e decisão precisa ser acompanhada de ações afirmativas e educativas voltadas a uma mudança cultural efetiva, que reconheça o valor da contribuição das mulheres para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

## REFERÊNCIAS

AGÊNCIA ESTADO. **Mulheres se interessam cada vez mais por política nas redes, diz FGV.** [S.l.]: Correio Brasiliense, 12 jan. 2024. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2024/01/6785871-mulheres-se-interessam-cada-vez-mais-por-politica-nas-redes-diz-fgv.html>. Acesso em: 5 ago. 2024.

AGÊNCIA SENADO. **Bertha Lutz.** [S.l.]: Senado notícias, out. 2015. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/entenda-o-assunto/bertha-lutz>. Acesso em: 31 maio 2024.

AGÊNCIA SENADO. **Primeira deputada negra do Brasil é reconhecida como heroína da pátria.** [S.l.]: Senado notícias, 5 jan. 2023. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2023/01/05/primeira-deputada-negra-do-brasil-e-reconhecida-como-heroína-da-patria>. Acesso em: 7 ago. 2024.

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade.** São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. (Feminismos Plurais).

ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. **O que é feminismo.** [São Paulo]: Brasiliense, 2017.

ANDRADE, Mariana. Maioria do eleitorado no Brasil, mulheres ocupam menos cargos públicos. Metropolis, 8 mar.2024. Disponível em: <https://www.metropoles.com/brasil/maioria-do-eleitorado-no-brasil-mulheres-ocupam-menos-cargos-publicos>. Acesso em: 16 jun.2024.

ARAÚJO, C. Rotas de ingresso, trajetórias e acesso das mulheres ao legislativo: um estudo comparado entre Brasil e Argentina. **Revista Estudos Feministas**, [S.l.], v. 18, n. 2, p. 567-584, maio 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2010000200016> . Acesso em: 27 de jul. 2024.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO MARANHÃO. **Procuradoria da Mulher – Apresentação.** [S.l.: s.n], 2023. Disponível em: <https://www.al.ma.leg.br/estaticas/estatica.php?cod=28>. Acesso em: 15 out. 2023.

AZEVEDO, Fernanda Maria Caldeira de. O conceito de patriarcado nas análises teóricas das ciências sociais: uma contribuição feminista. Dossiê Múltiplos Olhares sobre gênero. **Revista Três Pontos**, [S.l.], v. 13, n.1, p.12-20, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistatrespontos/article/view/3386>. Acesso em: 4 maio 2024.

BOURDIEU, Pierre. O campo político. **Revista Brasileira de Ciência Política**, [S. l.], n. 5, p. 193–216, 2012. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/rbcp/article/view/1761>. Acesso em: 15 out. 2023.

BRAGA, Lucas Leal. **Elementos da arquitetura da informação em repositório institucionais:** uma análise do repositório institucional da UFPA. 2021. Trabalho de

Conclusão de Curso (Bacharelado em Biblioteconomia) – Faculdade de Biblioteconomia, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2021. Disponível em: <https://bdm.ufpa.br:8443/handle/prefix/4922>. Acesso em: 14 out. 2023.

BRANDÃO, Francisco. **Congresso promulga cota de 30% do fundo eleitoral para candidaturas femininas**. [S.l.: s.n.], 2022. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/864409-congresso-promulga-cota-de-30-do-fundo-eleitoral-para-candidaturas-femininas/>. Acesso em: 11 jun. 2023.

BRASIL. **Lei nº 14.192, de 4 de agosto de 2021**. Estabelece normas para prevenir, reprimir e combater a violência política contra a mulher; e altera a Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral), a Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995 (Lei dos Partidos Políticos), e a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997 (Lei das Eleições), para dispor sobre os crimes de divulgação de fato ou vídeo com conteúdo inverídico no período de campanha eleitoral, para criminalizar a violência política contra a mulher e para assegurar a participação de mulheres em debates eleitorais proporcionalmente ao número de candidatas às eleições proporcionais. Brasília, DF: Presidência da República, 2021. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2021/Lei/L14192.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/Lei/L14192.htm). Acesso em: 11 jun. 2023.

BRASIL. **Resolução da Câmara dos Deputados nº 10, de 2009**. Cria a Procuradoria Especial da Mulher, alterando o Regimento Interno da Câmara dos Deputados, aprovado pela Resolução nº 17 de 1989, e da outras providências. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2009. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/rescad/2009/resolucaodacamaradosdeputados-10-21-maio-2009-588668-publicacaooriginal-113377-pl.html>. Acesso em: 11 jun. 2023.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Estatísticas eleições 2022**. [S.l.: s.n.]: 2018. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas>. Acesso em: 20 de out. 2023.

CAETANO, Ferreira Ivone. **O feminismo brasileiro: Uma análise a partir das três ondas do movimento feminista e a perspectiva da interseccionalidade**. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Gênero e Direito) – Escola de Magistratura do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: [https://www.emerj.tjrj.jus.br/revistas/genero\\_e\\_direito/edicoes/1\\_2017/pdf/DesIvoneFerreiraCaetano.pdf](https://www.emerj.tjrj.jus.br/revistas/genero_e_direito/edicoes/1_2017/pdf/DesIvoneFerreiraCaetano.pdf). Acesso em: 14 de nov. 2023.

CAMANA, Ângela. **A representação da mulher durante a ditadura militar brasileira: Anúncios da Revista Veja 1969-85**. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Comunicação) – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/54467>. Acesso em: 21 de ago. 2024.

CANAVILHAS, João *et al* (org.). **Webjornalismo: 7 características que marcam a diferença**. [S.l.]: Labcom, 2014. Disponível em: [https://ubibliorum.ubi.pt/bitstream/10400.6/4336/1/LIVRO\\_Webjornalismo\\_7.pdf](https://ubibliorum.ubi.pt/bitstream/10400.6/4336/1/LIVRO_Webjornalismo_7.pdf). Acesso em: 12 nov. 2023.

CASTELLS, M. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet**. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. [S.l.]: Zahar. 2013. Disponível em:

[https://ciberconflitos.files.wordpress.com/2014/10/castells\\_redes-de-indignacao-e-esperanca.pdf](https://ciberconflitos.files.wordpress.com/2014/10/castells_redes-de-indignacao-e-esperanca.pdf). Acesso em: 13 nov. 2023

COLEÇÃO Quadro Comportamento Sexual/TV Mulher. [São Paulo]: [PUCSP], [2018?]. Disponível em: <https://www5.pucsp.br/cedic/semui/colecoes/colecao-quadro-comportamento-sexual-tv-mulher.html> . Acesso em: 2 de jun. 2024.

COLLING, Ana Maria. **A resistência da mulher à Ditadura Militar no Brasil**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997. Disponível em: <file:///C:/Users/User/Downloads/11605-Texto%20do%20artigo-40064-1-10-20170705.pdf>. Acesso em: 2 jun. 2024.

CÔRBO, Priscila de Assunção Barreto. **Repositório institucional: um olhar para a preservação e o acesso aos documentos de memória histórico-institucional do Colégio Pedro II**. 2013. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <https://repositorioslatinoamericanos.uchile.cl/handle/2250/1069128>. Acesso em: 12 nov. 2023.

COSTA, Cristiane. Rede. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.) **Explosão feminista: arte, cultura, política e universidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

COSTA, Márcia Cordeiro; CASTRO, Cesar Augusto. Em cena com a Mestra Rosa Castro: o percurso de uma professora no cenário educacional maranhense. **Revista Teias**, [S.l.], v. 23, n.70, p. 152–166. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/teias.2022.66670>. Acesso em: 13 nov. 2023.

COUTINHO, Milson. **O poder legislativo do Maranhão**. São Luís: Assembleia Legislativa, 1988.

COUTINHO, Milson. **O Poder Legislativo do Maranhão: A Constituinte de 1935**. São Luís: Secretaria de Cultura; SIOGE. 1981.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina D. Comunicação e Gênero no Brasil: discutindo a relação. **Revista Eco-Pós**, [S.l.], v. 23, n. 3, p. 103–138, 2020. Disponível em: [https://revistaecopos.eco.ufrj.br/eco\\_pos/article/view/27643](https://revistaecopos.eco.ufrj.br/eco_pos/article/view/27643). Acesso em: 9 de jun. 2024.

FERREIRA, Maria Mary. **Mulheres, Protagonismo e Sub-representações: Dados para pensar e transformar as relações de gênero na política no Maranhão**. São Luís: NIEPEM, 2019.

FERREIRA, Maria Mary. **Nos bastidores da tribuna: mulher política e o poder no Maranhão**. São Luís. EDUFMA, 2010.

FERREIRA, Maria Mary. **Os bastidores da tribuna: mulher, política e poder no Maranhão**. 2006. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Ciências, Letras e Artes Araraquara, Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2006.

FOLTER, Regiane. **O que é o patriarcado?**. [S.l.]: Politize, .2021. Disponível em: <https://www.politize.com.br/patriarcado/> Acesso em: 21 ag. 2024

GARCIA, Maria Fernanda. **A brasileira que era chamada de “mulher do diabo” por ter senso de justiça.** [S.l.]: Observatório do Terceiro Setor, 2019. Disponível em: <https://observatorio3setor.org.br/noticias/a-brasileira-que-era-chamada-de-mulher-do-diabo-por-ter-senso-de-justica/> Acesso em: 21 de ag. 2024.

GEVEHR, Daniel Luciano. A crise dos lugares de memória e dos espaços identitários no contexto da modernidade: questões para o ensino de história. **Rev. Bras. Educ.**, [S.l.], v. 21, n. 67, out.-dez., p. 945-962, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/3BwvJbPMpDKvB6L7pGGScvd/?lang=pt#>. Acesso em: 31 maio 2024.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** São Paulo: Ed. Centauto, 2004.

HOLLANDA, Heloisa Buarque de. **Explosão feminista: arte, cultura, política e universidade.** [S.l.]: Companhia das Letras, 2018.

HOOKS, Bell. **Teoria feminista: da margem ao centro.** Tradução Rainer Patriota. São Paulo: Perspectiva, 2019.

ITAQUY, Antônio Carlos de Oliveira. **Nísia Floresta: ousadia de uma feminista de um Brasil do século XIX.** 2013. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013. Disponível em: <https://bibliodigital.unijui.edu.br:8443/server/api/core/bitstreams/d0b9c37a-efd9-453e-9cb6-3f0a87ac9355/content>. Acesso em: 4 de maio 2024.

LERNER, Gerda. **A criação da consciência feminista: a luta de 1.200 anos das mulheres para libertar suas mentes do pensamento patriarcal.** Tradução Luiza Sellera. São Paulo: Editora Cultrix, 2022.

LERNER, Gerda. **A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens** Tradução Luiza Sellera. São Paulo: Cultrix, 2019.

MARTINEZ, Fabiana Jordão. Militantes e radicais da quarta onda: o feminismo na era digital. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 29, n. 3, p. 1-14, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/jTjDvt7MK4h4vjnjPwchhZR/#>. Acesso em: 4 ago. 2024.

MATOS, Marlise. A quarta onda feminista e o campo crítico-emancipatório das diferenças no Brasil: entre a destradicionalização social e o neoconservadorismo político”. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 38., 2014, Caxambu. **Anais [...]**, Caxambu: UNICAMPI, 2014. Disponível em: <https://www.anpocs.com/index.php/papers-38-encontro/mr-1/mr20/9339-a-quarta-onda-feminista-e-o-campo-critico-emancipatorio-das-diferencas-no-brasil-entre-a-destradicionalizacao-social-e-o-neoconservadorismo-politico/file&gt>. Acesso em: 21 fev. 2023.

MELO, Emerinda de Fátima Ireno de; SALGADO, Eneida Desiree. **Nota Técnica 04/2022.** Mulheres em posição de poder nos parlamentos do Brasil. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2022. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/secretarias/secretaria-da-mulher/observatorio-nacional-da-mulher-na-politica/nota-tecnica-04-2022>. Acesso em: 28 ago. 2023.

MENUCCI, Júlia Monfardini. Uma História do Feminismo no Brasil. **Caderno Espaço Feminino**, [S. l.], v. 30, n. 2, p. 375-382, 2018. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/neguem/article/view/37855>. Acesso em: 13 nov. 2023.

MIGUEL, Luís Felipe. Capital político e carreira eleitoral: algumas variáveis na eleição para o Congresso brasileiro. **Revista de Sociologia e Política**, [S. l.], n. 20, p. 115-134, jun. 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/GZdWQw5qbZmzfNnNhMq6j4F/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 4 ago. 2024.

MIGUEL, Luís Felipe; BIROLI, Flávia. Mídia e representação política feminina: hipóteses de pesquisa. **Opinião Pública**, [S. l.], v. 15, n. 1, p. 55-81, jun. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/op/a/pTPzn8cRQyZ3svhH7prFkxJ/#>. Acesso em: 21 ago. 2024.  
NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. **Revista Estudos Feministas**, [S. l.], v. 8, n. 2, p. 1-33, 2000. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/11917>. Acesso em: 27 abr. 2024.

OBSERVATORIO Nacional da Mulher na Política. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, [2022]. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/secretarias/secretaria-da-mulher/observatorio-nacional-da-mulher-na-politica/paineis-de-dados>. Acesso em: 20 ago. 2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração e Plataforma de Ação de Pequim sobre a Mulher**. Pequim: ONU, 1995. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/atuacao-internacional/organizacao-das-nacoes-unidas-onu/relatorios-internacionais-1/declaracao-e-plataforma-de-acao-de-pequim-sobre-a-mulher>. Acesso em: 14 ago. 2024

PINTO, Céli Regina Jardim. Feminismo, história e poder. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, jun. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/GW9TMRsYgQNzxNjZNcSBf5r/?format=pdf>. Acesso em: 29 abr. 2024.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. Editora Fundação Perseu Abramo, São Paulo. 2003.

PIOVESAN, Flávia. Direitos humanos, civis e políticos: a conquista da cidadania. In: BARSTED, Leila Linhares; PITAGUY, Jacqueline (org.). **O progresso das mulheres no Brasil 2003-2010**. Rio de Janeiro: CEPIA; Brasília, DF: ONU Mulheres, 2011. p. 58-88.

PITAGUY, Jacqueline (org.). **O progresso das mulheres no Brasil 2003-2010**. Rio de Janeiro: CEPIA; Brasília: ONU Mulheres, 2011.

PRÁ, J. R.. Mulheres, direitos políticos, gênero e feminismo. **Cadernos Pagu**, [S. l.], n. 43, p. 169-196, jul. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/8nHJp8hN4rvR4sBpGWdKm9L/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 2 de jun. 2024

REZENDE, D. L.. Desafios à representação política de mulheres na Câmara dos Deputados. **Revista Estudos Feministas**, [S.l.], v. 25, n. 3, p. 1199–1218, set. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/75Qtbgy8g3qGZP4FrngsjHn/>. Acesso em: 5 ago. 2024.

RODARTE, Ana Paula Veloso Silveira Teodoro. “Transfeminismo: vivências, (r)ex(s)istências e autodeterminação”. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 30, n. 2, p. 1-4, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/C7DLqZbqhfccF38STMGMtpb/>. Acesso em: 5 ago. 2024.

SÁ, Sânya Cecília Aquino; ABREU, Wanderson Carlos Medeiros. 91 anos de sinergia da Justiça Eleitoral e o voto feminino pela democracia. In: CONGRESSO NACIONAL DO CONPEDI, 3. Fortaleza, 2023. **Anais [...]**, Fortaleza: CONPEDI, 2023. Disponível em: [http://site.conpedi.org.br/publicacoes/pxt3v6m5/a6j8k6c1?fbclid=PAZXh0bgNhZW0CMTEAAaasaXEDyFZf4cjrgqIcYJZr3k8-ZxhoiA8zKu75EtoTGOxX8O5Jkibnfi4\\_aem\\_adsAf5d52y-V5gu59H6TFQ](http://site.conpedi.org.br/publicacoes/pxt3v6m5/a6j8k6c1?fbclid=PAZXh0bgNhZW0CMTEAAaasaXEDyFZf4cjrgqIcYJZr3k8-ZxhoiA8zKu75EtoTGOxX8O5Jkibnfi4_aem_adsAf5d52y-V5gu59H6TFQ). Acesso em: 27 jul. 2024.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero patriarcado violência**. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SARTI, C. A.. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 2, p. 35–50, maio 2004. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2004000200003>. Acesso em: 13 fev. 2024.

SCHMIDT, Maria Luisa Sandoval; MAHFOUD, Miguel. Halbwachs: memória coletiva e experiência. **Psicol. USP**, [S.l.], v.4, n. 1-2, p. 285-298, 1993. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/psicousp/article/view/34481>. Acesso em: 14 nov. 2023.

SCHUMAHER, Shuma, CEVA, Antonia. **Mulheres no poder: trajetórias na política a partir da luta das sufragistas do Brasil**. Rio de Janeiro: Edições de janeiro, 2015. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/secretarias/secretaria-da-mulher/coordenadoria-dos-direitos-da-mulher/arquivos-e-documentos/biografia-mietta-santiago>. Acesso em: 14 nov. 2023.

SOARES, Amanda Cantú Rodrigues; MAZZARINO, Jane Marcia. Feminismo en Internet: cómo las redes sociales contribuyen al desarrollo de la cuarta ola feminista en Brasil. **Contratexto**, [S.l.], v. 36, n. 36, p. 261-286, 29 nov. 2021. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/5706/570671147010/html/>. Acesso em: 13 nov. de 2023. SOUSA, Natália. Transfeminismo: por que é urgente compreender essa luta? [S.l.]: AZMina, 2023. Disponível em: <https://azmina.com.br/reportagens/transfeminismo-o-que-e/>. Acesso em: 5 ago. 2024.

TAVARES, M. de F. D. Preservação digital: entre a memória e a história. **Ciência da Informação**, [S. l.], v. 41, n. 1, 2012. Disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1348> . Acesso em: 14 nov. 2023.

TODA MULHER especial debate com deputadas estaduais pauta voltada aos interesses do público feminino. [S.l.: s.n.], 2023. 1 vídeo (65 min.). Publicado pelo canal TV Assembléia do Maranhão. Disponível em:

[https://www.youtube.com/watch?v=AqDkbPW8N9I&list=PLwCxSDsSaipQNFYQmnruZkH9zuZ743jb\\_&index=21](https://www.youtube.com/watch?v=AqDkbPW8N9I&list=PLwCxSDsSaipQNFYQmnruZkH9zuZ743jb_&index=21). Acesso em: 5 ago. 2024.

TV MULHER (1980) - Início do Programa. [S.l.: s.n.], 2008. 1 vídeo (106 min.). Publicado pelo canal Emanuel Nunes. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=QgWes342g-U>. Acesso em: 2 de jun. 2024.

VERMELHO, Sônia Cristina. et al. Refletindo sobre as redes sociais digitais. **Educação & Sociedade**, [S.l.], v. 35, n. 126, p. 179–196, jan. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/4JR3vpJqsZLSgCZGVr88rYf/?lang=pt#>. Acesso em: 4 ago. 2024.

ZIRBEL, Ilse. Ondas do Feminismo. **Blogs de Ciências da Universidade de Campinas: Mulheres na Filosofia**, [S.l.], v. 7, n.2, p. 10-3, 2021. Disponível em: <https://www.blogs.unicamp.br/mulheresnafilosofia/wp-content/uploads/sites/178/2021/03/Ondas-do-Feminismo.pdf>. Acesso em: 30 de jun. 2024.

## APÊNDICES

## APÊNDICE A – Formulário Semi-estruturado 01



Pesquisa mestrado PPGCOMPRO/UFMA - 01

B I U ↻ ↺

Olá! Estou finalizando minha dissertação de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Comunicação - modalidade Profissional / UFMA. Preciso da sua ajuda para concluir esta etapa da pesquisa que versa sobre equidade de gênero na política local, sobretudo no poder legislativo.

A pesquisa: **ELAS NO PARLAMENTO MARANHENSE**: Impactos, desafios e avanços Institucionais em um registro biográfico digital das deputadas eleitas no século XXI para Assembleia Legislativa do Maranhão. Sua participação é essencial. Dados pessoais não serão divulgados. Obrigada, desde já!

Dados de Identificação:

Gênero:

Resposta curta

Idade:

Resposta curta

Profissão:

Resposta curta

1- Qual o meio de comunicação que você mais utiliza para se manter informado (a)?

2- Qual rede social usa com mais frequência?

3 - Você considera importante a equidade de gênero na política brasileira?

4 - O que, na sua opinião, afasta as mulheres da política partidária?

5 - Já votou em alguma mulher para cargos eletivos nas esferas municipal, estadual ou federal? Se a resposta for sim, fale para qual cargo?

6 - Com qual frequência lê notícias sobre as deputadas estaduais do Maranhão?

7 - Saberria dizer o nome de uma deputada estadual maranhense?

Se a resposta for sim, qual o nome da parlamentar ?

8 - Conhece alguma lei estadual, projeto de lei ou política pública que tenha autoria de alguma deputada estadual do Maranhão?

9 - Na sua opinião, a deputada estadual deve apenas propor leis sobre:

10 - Sabes quem foi a primeira deputada estadual maranhense? Se a resposta for sim, qual o nome?

11 - Considera importante conhecer a história das mulheres que atuaram na política maranhense?

## APÊNDICE B – Formulário Semi-Estruturado 02 para Parlamentares e Ex-Parlamentares



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO  
MESTRADO PROFISSIONAL

**ELAS NO PARLAMENTO MARANHENSE: impactos, desafios e avanços institucionais em um registro biográfico digital das deputadas eleitas no século XXI para Assembleia Legislativa do Maranhão**

**Pesquisa mestrado PPGCOMPRO/UFMA - 02.**

B I U ↺ ↻

Olá! Estou finalizando minha dissertação de mestrado destinada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação - modalidade Profissional - da UFMA. Preciso da sua ajuda para concluir esta etapa da pesquisa que versa sobre equidade de gênero na política local, sobretudo no poder legislativo.

A pesquisa: **ELAS NO PARLAMENTO MARANHENSE** : impactos, desafios e avanços institucionais em um registro biográfico digital das deputadas eleitas no século XXI para Assembleia Legislativa do Maranhão. Sua participação é essencial. Esta pesquisa tem aprovação do Comitê de Ética da Plataforma Brasil, que garante a seriedade do trabalho. Dados pessoais não serão divulgados. Obrigada, desde já!

Dados de Identificação:

Gênero:

Idade:

Formação/Profissão

Período que ocupa/ocupou o mandato:

- 1 -Costuma ler notícias sobre mulheres da política estadual maranhense?
  - 2 - Qual o meio de comunicação que você mais utiliza para se manter informada sobre a política local?
  - 3- Qual rede social costuma usar com mais frequência?
  - 4- Você considera importante a equidade de gênero na política brasileira?
  - 5- Antes de ser eleita (o) já havia votado em alguma candidata a mandato eletivo na esfera municipal ou estadual ou federal ?
  - 6- Na sua opinião, o que mais costuma eleger uma mulher?
  - 7 - Entre as opções abaixo o que mais afasta as mulheres da política partidária?
  - 8- Já leu ou teve acesso a biografias de deputadas (os) estaduais que atuaram no legislativo maranhense?
  - 9- Você sabe o nome da primeira deputada maranhense eleita para ocupar uma cadeira Assembleia Legislativa do Estado?
- Se a resposta for sim, qual o nome?
- 10- Gostaria que existisse uma página na Internet destinada à preservar a história de todas parlamentares maranhenses?

## ANEXOS

**Anexo A – Parecer Consubstanciado do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP)**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO  
MARANHÃO - UFMA

**PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP****DADOS DO PROJETO DE PESQUISA**

**Título da Pesquisa:** A participação midiática no apoio às reivindicações das mulheres na Procuradoria da Mulher da ALEMA.

**Pesquisador:** MARCIA REJANE CARVALHO LEITE

**Área Temática:**

**Versão:** 1

**CAAE:** 68510623.3.0000.5087

**Instituição Proponente:** FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

**DADOS DO PARECER**

**Número do Parecer:** 6.314.164

**Apresentação do Projeto:**

Este projeto pretende ser a base da pesquisa sobre a Procuradoria da Mulher, órgão permanente ligado à Mesa Diretora do Parlamento - instalada

na Assembleia Legislativa do Maranhão no dia 08 de março de 2017 - com o objetivo de garantir o protagonismo da mulher na política maranhense

e impulsionar a elaboração de políticas públicas de igualdade de direitos entre homens e mulheres em âmbito estadual. A pesquisa propõe a

criação de uma página específica da Procuradoria da Mulher no portal principal de notícias online da Assembleia Legislativa do Maranhão. O acesso

poderá ser feito por meio de um hiperlink visível na página inicial da Instituição. Ao acessá-la os interessados poderão conhecer o trabalho

desenvolvido pela Procuradoria da Mulher, linhas de atuação, consultar os projetos de leis em tramitação e leis aprovadas e outorgadas no

Parlamento Estadual, destinadas às mulheres. Também estarão disponíveis, informações sobre as Procuradoras (deputadas estaduais escolhidas

para representar o Órgão a cada biênio) e os canais de contato. A página funcionará, também, como um repositório documental e multimidiático,

contribuindo com a construção da memória institucional da Procuradoria da Mulher, na ALEMA

**Endereço:** Avenida dos Portugueses, 1966 CEB Velho Cidade Universitária Dom Delgado

**Bairro:** Bacanga

**CEP:** 65.080-805

**UF:** MA

**Município:** SÃO LUIS

**Telefone:** (98)3272-8708

**E-mail:** cepufma@ufma.br

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO  
MARANHÃO - UFMA**



Continuação do Parecer: 6.314.164

**Considerações Finais a critério do CEP:**

**Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:**

| Tipo Documento                                            | Arquivo                                                                              | Postagem               | Autor                        | Situação |
|-----------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------|------------------------|------------------------------|----------|
| Informações Básicas do Projeto                            | PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2110958.pdf                                        | 04/04/2023<br>11:49:05 |                              | Aceito   |
| Solicitação registrada pelo CEP                           | Cartarespostapendencia_assinado.pdf                                                  | 04/04/2023<br>11:48:14 | MARCIA REJANE CARVALHO LEITE | Aceito   |
| Folha de Rosto                                            | folhaDeRosto_assinadaMarciaV2_.pdf                                                   | 04/04/2023<br>11:00:43 | MARCIA REJANE CARVALHO LEITE | Aceito   |
| Declaração de Pesquisadores                               | declaracao_pesquisadores_MARCIA_CARVALHO_TERMOS_DE_COMPROMISSO_CEP_2023_assinado.pdf | 27/03/2023<br>22:16:58 | MARCIA REJANE CARVALHO LEITE | Aceito   |
| Outros                                                    | Modeloquestionarios_Marcia.pdf                                                       | 27/03/2023<br>13:44:45 | MARCIA REJANE CARVALHO LEITE | Aceito   |
| Brochura Pesquisa                                         | AutorizacaoALEMA.pdf                                                                 | 27/03/2023<br>13:27:35 | MARCIA REJANE CARVALHO LEITE | Aceito   |
| Projeto Detalhado / Brochura Investigador                 | ProjetoDetalhadoMarciaRCL_assinado.pdf                                               | 27/03/2023<br>13:24:32 | MARCIA REJANE CARVALHO LEITE | Aceito   |
| Declaração de Instituição e Infraestrutura                | AutorizacaoPPGCOM.pdf                                                                | 27/03/2023<br>13:21:20 | MARCIA REJANE CARVALHO LEITE | Aceito   |
| Orçamento                                                 | Orcamentofinanceiro.pdf                                                              | 27/03/2023<br>13:20:44 | MARCIA REJANE CARVALHO LEITE | Aceito   |
| Cronograma                                                | CronogramapesquisaMarcia.pdf                                                         | 27/03/2023<br>13:20:26 | MARCIA REJANE CARVALHO LEITE | Aceito   |
| TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência | TCLE_Marcia.pdf                                                                      | 27/03/2023<br>13:19:19 | MARCIA REJANE CARVALHO LEITE | Aceito   |

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

## Anexo B – Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE)

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

**Título do Projeto de pesquisa:** A mídia como linha de apoio às reivindicações das mulheres e a Procuradoria da Mulher na Assembleia Legislativa do Maranhão.

**Pesquisador Responsável:** Márcia Rejane Carvalho Leite

Você está sendo convidado (a) para ser participante do Projeto de pesquisa intitulado “A participação midiática no apoio às reivindicações das mulheres na Procuradoria da Mulher da ALEMA”, de responsabilidade da pesquisadora Márcia Rejane Carvalho Leite.

Leia cuidadosamente o que se segue e pergunte sobre qualquer dúvida que você tiver. Caso se sinta esclarecido (a) sobre as informações que estão neste Termo e aceite fazer parte do estudo, peço que assine ao final deste documento, em duas vias, sendo uma via sua e a outra do pesquisador responsável pela pesquisa. Saiba que você tem total direito de não querer participar.

1. O trabalho tem por finalidade nortear a pesquisa sobre pretende ser a base da pesquisa sobre a Procuradoria da Mulher, órgão criado por meio da Resolução Legislativa 782/2016, que passou a funcionar na Assembleia Legislativa do Maranhão no dia 08 de março de 2017. Busca demonstrar à sociedade maranhense, especialmente, entidades, associações e movimentos sociais ligados às questões femininas que a Procuradoria da Mulher atua na garantia dos direitos das maranhenses e se constitui um caminho de acesso à cidadania e informação ao promover debates para a elaboração de políticas públicas de zelo e proteção de meninas e mulheres, na esfera estadual.

A primeira Procuradoria da Mulher foi instalada na Câmara Federal em 2009, servindo de modelo para outras casas legislativas – Assembleias estaduais e Câmaras municipais. Pode-se afirmar que a iniciativa é um dos frutos da luta sufragista que entre o final do século XIX e início do século XX marcaram o momento classificado como Primeira Onda do Movimento Feminista, no qual mulheres se organizavam para conquistar direitos civis e ao voto. Nessa pesquisa há também o destaque ao papel da mídia brasileira, especialmente a televisão, a partir do período conhecido como redemocratização do país, em apoio a disseminação das pautas feministas que almejaram, entre tantas bandeiras, a participação política e cidadania.

2. A sua participação nesta pesquisa acontecerá com entrevistas, que poderão ser presenciais ou online, com duração média de 1h00, podendo se repetir mais de vez. A entrevista será feita pela autora do projeto, caso seja presencial, em local com boas condições de infraestrutura para a coleta de dados. A entrevista será gravada para que a pesquisadora extraia o conteúdo e através do registro da fala do entrevistado, porém sendo mantido o sigilo sobre sua identidade.

Página 1 de 3

Rubrica do pesquisador: \_\_\_\_\_.

Rubrica do participante: \_\_\_\_\_.

3. Durante a execução da entrevista, o (a) participante poderá correr riscos quanto à natureza psicológica devido ao seu envolvimento emocional com a história, devido à possibilidade de lembranças e memórias, e momentos da sua vida que tenham marcado a trajetória naquele local. Porém, o (a) participante poderá se eximir de responder determinadas perguntas, caso não se sinta à vontade, podendo optar por interromper a entrevista. Também será colocado à disposição o apoio psicológico caso necessário.
4. Os benefícios com a participação nesta pesquisa iniciam-se com a construção, a divulgação e o fortalecimento da atuação da Procuradoria da Mulher, Órgão de proteção e Promoção de Direitos de meninas e mulheres, com carreira política ou não e da sociedade em geral, em âmbito estadual. A contribuição do (a) participante ocorrerá na elaboração de uma página na internet que poderá ser fonte de pesquisa para estudantes, professores, pesquisadores, e sociedade em geral sobre a história da P.M/ ALEMA e canais de contato.
5. Na intenção de prevenir e/ou minimizar os riscos aos participantes, a pesquisadora se propõe a alternar ou interromper os momentos de pesquisa/entrevista/coleta de dados, quando necessário, para que o participante se refaça ou se recomponha de momentos emocionantes e experiências sensíveis.
6. Os participantes não terão nenhuma despesa ao participar da pesquisa e poderão retirar sua concordância na continuidade da pesquisa a qualquer momento.
7. Não há nenhum valor econômico a receber ou a pagar aos voluntários pela participação, no entanto, caso haja qualquer despesa decorrente desta participação haverá o seu ressarcimento pela pesquisadora.
8. Caso ocorra algum dano comprovadamente decorrente da participação no estudo, os voluntários poderão pleitear indenização, segundo as determinações do Código Civil (Lei nº 10.406 de 2002) e das Resoluções 466/12 e 510/16 do Conselho Nacional de Saúde.
9. O nome dos participantes será mantido em sigilo, assegurando assim a sua privacidade, e se desejarem terão livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas consequências, enfim, tudo o que queiram saber antes, durante e depois da sua participação.
10. Os dados coletados serão utilizados única e exclusivamente, para fins desta pesquisa, e os resultados poderão ser publicados. Qualquer dúvida, pedimos a gentileza de entrar em contato com Márcia Rejane Carvalho Leite, pesquisador (a) responsável pela pesquisa, telefone: (98) 99201-9670, e-mail: [marciarecal@gmail.com](mailto:marciarecal@gmail.com), residente à Rua 04, Quadra 01, Casa 29, Jardim SM2 – Bairro Bequimão – CEP 65061- 290 – São Luís-MA. Também com o Comitê de Ética em Pesquisa da UFMA, localizado na Rua Cidade Universitária Dom Delgado - Avenida dos Portugueses, 1966 – São Luís- MA, telefone: (98) 3272-8000, ou com a Comissão Nacional de Ética em Pesquisa-CONEP, telefone (61) 3315.5877, e-mail: [conep@saude.gov.br](mailto:conep@saude.gov.br).

Página 2 de 3

Rubrica do pesquisador: \_\_\_\_\_.

Rubrica do participante: \_\_\_\_\_.

Eu, \_\_\_\_\_, RG nº \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_ declaro ter sido informado e concordo em ser participante do  
Projeto de pesquisa acima descrito.

São Luís, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20 \_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do participante

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Pesquisador Responsável